

AVALIAÇÃO DO PROJETO BRA/98/004
– “IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE CTPD”

APRESENTAÇÃO

Este volume contém dois Relatórios de avaliação do *Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD*, fruto do trabalho dos consultores Humberto Falcão Martins e Maria Luiza Faraone Silveira (primeiro Relatório) e Márcio de Paula Fernandes (segundo Relatório).

Humberto Falcão Martins

Márcio de Paula Fernandes

Maria Luiza Faraone Silveira

SUMÁRIO GERAL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO BRA/98/004 – “IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE CTPD” (Humberto F. Martins & Maria Luiza F. Silveira) - 4 -

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO BRA/98/004 – “IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE CTPD” (Marcio de Paula Fernandes) - 4 -

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO BRA/98/004
– “IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE CTPD”**

Humberto Falcão Martins
Maria Luiza Faraone Silveira

Brasília, Março de 2005.

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	7
1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO: REFERENCIAL ANALÍTICO E PROCEDIMENTOS	13
2.1. COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UM REFERENCIAL ANALÍTICO PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE CTPD.....	13
2.2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA AVALIAÇÃO.....	16
3. A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA COM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: CONTEXTO E EXPECTATIVAS DO PROJETO BRA/98/004.....	20
3.1. A COOPERAÇÃO DO BRASIL EM PERSPECTIVA.....	20
3.2. A ABC: ATRIBUIÇÕES E MECANISMOS OPERACIONAIS.....	27
3.3. POLÍTICAS E DIRETRIZES DA CTPD	29
3.4. O PROJETO BRA/98/004.....	32
4. REALIZAÇÕES DO PROJETO BRA/98/004	34
4.1. ATIVIDADES E OUTPUTS PREVISTOS E REALIZADOS	34
4.2. IDENTIFICAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE PROJETOS DE CTPD.....	38
4.2.1. Programas e projetos de CTPD identificados.....	39
4.2.2. Programas e projetos de CTPD operacionalizados.....	41
4.2.2.1. Projetos e atividades concluídos entre 1998 e 2002.....	43
4.2.2.2. A carteira de projetos de cooperação técnica horizontal.....	44
5. ESTUDOS DE CASO: A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA COM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E BOLÍVIA.....	48
5.1. VISÃO GERAL DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ANGOLA.....	48
5.2. PROJETOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ANGOLA FOCALIZADOS.....	54
5.2.1. Projeto Centro de Formação Profissional Angola - Brasil ou Centro de Formação Profissional do Cazenga	54
5.2.1.1. Informação documental	54
5.2.1.1. Informações de campo e percepções do País	58
5.2.2. Projeto Fortalecimento do Programa DST / AIDS em Angola	65
5.2.2.1. Informação documental	65
5.2.2.2. Informações de campo e percepções do País	65
5.3. VISÃO GERAL DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM MOÇAMBIQUE	67
5.4. PROJETOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM MOÇAMBIQUE FOCALIZADOS	70
5.4.1. Alfabetização Solidária em Moçambique.....	70
5.4.1.1. Informação documental	70
5.4.1.2. Informações de campo e percepções do País	72
5.4.2. Bolsa-Escola em Moçambique.....	74
5.4.2.1. Informação documental	74
5.4.2.2. Informações de campo e percepções do País	75

5.4.3. Projeto Ntwanano.....	77
5.4.3.1. Informação documental	77
5.4.3.2. Informações de campo e percepções do País	78
5.5. VISÃO GERAL DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A BOLÍVIA	80
5.6. PROJETOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A BOLÍVIA FOCALIZADOS	83
5.6.1. Projetos na área agropecuária.....	83
5.6.1.1. Informação documental	83
5.6.1.2. Informações de campo e percepções do País	85
5.6.2. Projetos na área de meio ambiente	86
5.6.2.1. Informação documental	86
5.6.2.2. Informações de campo e percepções do País	88
5.6.3. Projetos na área da saúde	89
5.6.3.1. Informação documental	89
5.6.3.2. Informações de campo e percepções do País	90
5.6.4. Projetos na área de administração pública.....	91
5.6.4.1. Informação documental	91
5.6.4.2. Informações de campo e percepções do País	92
 6. CONCLUSÕES	 93
 ANEXO I - COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	
COORDENADA PELA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO	105
ANEXO II - TABELAS E RELAÇÕES DE PROJETOS / ATIVIDADES	120 -
ANEXO III- DADOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (GERAL E ACIMA DE US\$ 100 MIL)	170

RESUMO EXECUTIVO

Este relatório apresenta a avaliação do *Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD*. O Projeto BRA/98/004 constitui um instrumento de cooperação entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores - MRE, que tem como objetivo de desenvolvimento (impacto) “contribuir para o desenvolvimento de países parceiros da cooperação técnica com o Brasil, transferindo, por meio dos mecanismos operacionais da CTPD, conhecimentos e técnicas disponíveis no país, apropriadas, testadas e aprovadas e que demonstraram ter alto impacto no desenvolvimento dos recursos humanos, na modernização dos sistemas de produção, na prestação de serviços de melhor qualidade e no aumento da produtividade”. Para o alcance desse objetivo de impacto, o *BRA/98/004* baseou-se numa estrutura programática que preconizava um único *objetivo imediato*, “conceber e desenvolver programas e projetos de cooperação horizontal do Brasil”, e cinco *resultados*: a) programas e projetos de CTPD identificados; b) programas e projetos de CTPD operacionalizados; c) mecanismos de gestão de cooperação horizontal implantados; d) recursos humanos da ABC capacitados; e e) capacitação de gestão de projetos de cooperação técnica transferida aos parceiros de CTPD.

O texto está dividido em seis segmentos. O capítulo 1 apresenta o documento e sua composição. O capítulo 2 busca elaborar e explicitar o referencial conceitual sobre *cooperação e desenvolvimento*, bem como descrever e justificar o delineamento metodológico adotado no estudo realizado. O capítulo 3 trata de caracterizar o contexto de proposição e realizações do *Projeto BRA/98/004*, por meio de breve histórico, relativo à criação da Agência Brasileira de Cooperação - ABC e do registro das políticas e diretrizes da cooperação técnica brasileira com outros países em desenvolvimento. Inclui, também, descrição do projeto avaliado. O capítulo 4 está centrado na análise global dos resultados previstos e alcançados pelo *Projeto BRA/98/004*, com especial atenção para os resultados relativos à identificação e à operacionalização de projetos de CTPD (resultados 1 e 2). O capítulo 5 é dedicado aos casos de CTPD analisados em profundidade, seu desenho e implementação, e seus resultados, apresentando, para cada um dos três países visitados (Angola, Moçambique e Bolívia), uma visão geral da cooperação técnica (a carteira de projetos com o país) e uma caracterização e análise dos projetos focalizados (objetos da análise em profundidade), a partir de informações coletadas em

documentos e em entrevistas realizadas nos países. O capítulo 6 resume as conclusões e recomendações. Seguem-se três anexos. O Anexo I busca detalhar o contexto de desenvolvimento do *Projeto BRA/98/004*, tratando, com base em documentos que consubstanciam a parceria ABC - PNUD, das diretrizes e prioridades da cooperação técnica brasileira com outros países em desenvolvimento, da execução e financiamento da cooperação, da estratégia dos projetos ABC - PNUD desenvolvidos, dos problemas de implementação e da situação presente. O Anexo II contém as tabelas e quadros utilizados para a análise global dos resultados do projeto. O Anexo III apresenta dados sobre a execução orçamentária do projeto.

Como conclusão, no que tange ao desenvolvimento do *Projeto BRA/98/004*, pode-se afirmar, em termos gerais, que as metas relativas à atividades e produtos atingidas no seu âmbito encontram-se bastante próximas do planejado ou que o planejamento foi bastante realista – o que demonstra uma capacidade de processamento de um crescente volume de projetos de cooperação, capacidade esta proporcionada pelo Projeto BRA 98/004. Os principais problemas evidenciados na análise global dos resultados do Projeto são: a) a fragilidade das informações disponíveis, o que aponta para a precariedade do monitoramento e, certamente, para problemas de gerenciamento das atividades; b) um assistemático trabalho de identificação interna de experiências exitosas a serem compartilhadas com outros países em desenvolvimento; e c) a destinação de um expressivo volume de recursos para a instalação de Centros de Formação Profissional, considerados os princípios que orientam a cooperação Sul – Sul, o impacto sobre outras iniciativas de cooperação, e os riscos que representa a imobilização.

No que concerne aos casos analisados, em Angola, verificou-se que o *Centro de Formação Profissional Angola - Brasil*, em Luanda, possui equipamentos adequados e suficientes, formação teórico - prática, formadores capacitados, planejamento da atividade didática, sentido de ordem e limpeza. As ocupações ensinadas são básicas e, provavelmente, adequadas ao momento de reorganização social e econômica pelo qual passa o País. O que pode ser objeto de questionamento e reflexão não é, portanto, o Centro em si mesmo, mas a capacidade construída em Angola para que o CFP *se mantenha como centro de referência*, após a saída dos técnicos e dos recursos financeiros brasileiros, e para que seus traços distintivos sejam estendidos a *toda a rede de Centros de Formação Profissional* mantidos pelo Governo Angolano. Em relação ao *projeto na área de HIV/AIDS*, a situação encontrada revela dispersão e a falta de continuidade das atividades, benefícios reduzidos e divergência de visão

a respeito da situação do projeto (concluído, pelo lado brasileiro; interrompido, pelo lado angolano).

A análise da cooperação técnica horizontal com Moçambique mostrou a existência de resultados positivos, ao lado de aspectos passíveis de revisão. No que se refere ao programa *Alfabetização Solidária*, os entrevistados – que demonstram conhecimento do problema, foco e objetividade –, embora reconheçam a contribuição da cooperação à estratégia nacional, destacam a não-orientação para a criação de capacidades locais. No caso do programa *Bolsa-Escola*, o projeto se esgota na concessão do benefício, sem institucionalização da ação e sem desenvolvimento de capacidade de gestão que favoreça a identificação de beneficiários e a definição de critérios de elegibilidade, para efeito de focalização; a busca de fontes alternativas de financiamento; o controle das condicionalidades; e ações de monitoramento e avaliação. Na *área do combate ao HIV / AIDS*, a linha até agora adotada – de formação de médicos para o tratamento e de capacitação de comunidades para a prevenção – está perfeitamente de acordo com os focos da estratégia nacional e expressa adequadamente o princípio básico da cooperação Sul - Sul, resultando no reconhecimento de que o Brasil vem atuando de forma competente na criação de capacidades.

O estudo dos casos de cooperação com a Bolívia revelou a existência de várias atividades interrompidas, algumas sequer iniciadas, bem como carência de diálogo e de coordenação das iniciativas. A situação encontrada sugere considerações a respeito de quatro questões: a) a *fragilidade das informações* com as quais conta a ABC para gerenciamento dos projetos; b) a *ausência de mecanismos efetivos de gerenciamento dos projetos* de cooperação; c) a proposição de *projetos pontuais*, em desacordo com as diretrizes propostas para a CTPD brasileira, orientadas no sentido de canalizar esforços para projetos de *maior impacto e abrangência*, que promovam *mudanças duradouras* e ensejem maior *efeito multiplicador*; e d) a inexistência de uma avaliação estratégica, precedendo o estabelecimento de acordos para desenvolvimento de projetos de cooperação, em que se aclarassem pontos fracos e pontos fortes, riscos e oportunidades, e se definissem estratégias para superar uns e potencializar outros.

O documento é finalizado com recomendações à ABC, ao MRE e ao PNUD, especialmente concentradas na revisão dos *processos de trabalho* da Agência e na ênfase no *desenvolvimento de capacidades*, nos projetos levados a cabo com outros países em desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

A missão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD traduz-se em três principais objetivos:

- fortalecer a cooperação internacional para o Desenvolvimento Humano Sustentável - DHS e servir como o maior facilitador para o seu cumprimento;
- ajudar as Nações Unidas a serem uma força realmente unida, a serviço do DHS; e
- concentrar forças e recursos, a fim de maximizar sua contribuição ao DHS nos países envolvidos.

Por meio de sua rede de escritórios nacionais, o PNUD colabora no desenvolvimento das capacidades nacionais para o DHS. A maior parte da cooperação técnica desse tipo ocorre no setor público, o que reflete o amplo consenso existente entre os acadêmicos, segundo o qual um governo capaz, responsável pelo estabelecimento do marco de desenvolvimento, constitui-se em pré-requisito para aquele desenvolvimento.

A cooperação para o desenvolvimento preconizada pelo PNUD focaliza a erradicação da pobreza, condições sustentáveis de vida, a inclusão da perspectiva de gênero no desenvolvimento, meio ambiente sustentável e o manejo racional dos recursos naturais, em um contexto de governabilidade racional.

Em junho de 1997, o Comitê Executivo do PNUD deliberou sobre políticas de monitoramento e avaliação, definindo, dentre outras questões, que:

- o monitoramento e a avaliação são funções essenciais de gerenciamento – interativas e sinérgicas;
- o monitoramento e a avaliação devem ser continuamente fortalecidos, de modo a permitir que o PNUD responda às demandas por maior responsabilidade no uso dos recursos, uma base clara para o processo decisório e lições práticas para orientar futuras intervenções;
- o monitoramento e a avaliação devem ser voltados aos resultados, abordando a relevância, o desempenho e o sucesso das intervenções do PNUD;

- a avaliação dos programas e projetos deve ser feita de maneira seletiva, de acordo com os seguintes critérios: avaliações mandatórias, para projetos e programas de grande porte, isto é, aqueles com orçamento de US\$ 1 milhão ou mais e de duração da cooperação técnica por dez anos ou mais (por meio de vários programas e projetos); avaliações não-mandatórias, para projetos e programas inovadores e estratégicos.

Este relatório apresenta a avaliação do *Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento - CTPD* e busca, em consonância com os Termos de Referência que orientaram sua realização, apresentar, como produtos da avaliação, achados, lições aprendidas, boas práticas e recomendações. Trata-se, portanto, de uma avaliação intencionalmente *propositiva, positiva e transformadora*, de caráter essencialmente formativo, que atribui ao avaliador o papel de fornecer recomendações concernentes ao aperfeiçoamento das ações, fundamentada na premissa de que "o mais importante propósito da avaliação não é provar, mas melhorar¹".

Os resultados da avaliação encontram-se neste relatório. O texto está dividido em seis segmentos, incluindo-se esta introdução.

O capítulo 2 busca elaborar e explicitar o referencial conceitual sobre *cooperação e desenvolvimento*, revelador da filosofia do PNUD, que serviu de base para a definição das questões de avaliação e para as análises realizadas, bem como descrever e justificar o delineamento metodológico adotado no estudo realizado.

O capítulo 3 busca caracterizar o contexto de proposição e desenvolvimento do *Projeto BRA/98/004*, por meio de breve histórico, relativo à criação da Agência Brasileira de Cooperação - ABC e do registro das políticas e diretrizes da cooperação técnica brasileira com outros países em desenvolvimento. Inclui, também, descrição dos objetivos, estrutura e estratégias propostas para o projeto avaliado.

O capítulo 4 está centrado na análise global dos resultados previstos e alcançados pelo *Projeto BRA/98/004*, com especial atenção para os resultados relativos à identificação e à operacionalização de projetos de CTPD (resultados 1 e 2).

¹ United Nations Development Programme. Office of evaluation and strategic planning. **Results-oriented monitoring and evaluation**. New York, 1997.

O capítulo 5 trata dos casos de CTPD analisados em profundidade, seu desenho e implementação, e seus resultados, apresentando, para cada um dos três países visitados (Angola, Moçambique e Bolívia), uma visão geral da cooperação técnica (a carteira de projetos com o país) e uma caracterização e análise dos projetos focalizados (objetos da análise em profundidade), a partir de informações coletadas em documentos e em entrevistas realizadas nos países.

O capítulo 6 resume as conclusões sob a forma de achados, recomendações, lições aprendidas e boas práticas.

Seguem-se três anexos. O Anexo I busca detalhar o contexto de desenvolvimento do *Projeto BRA/98/004*, tratando, com base em documentos que consubstanciam a parceria ABC - PNUD, das diretrizes e prioridades da cooperação técnica brasileira com outros países em desenvolvimento, da execução e financiamento da cooperação, a estratégia dos projetos ABC - PNUD desenvolvidos, dos problemas de implementação e da situação presente. O Anexo II contém as tabelas e quadros utilizados para a análise global dos resultados do projeto. O Anexo III apresenta dados sobre a execução orçamentária do projeto.

2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO: REFERENCIAL ANALÍTICO E PROCEDIMENTOS

O propósito deste capítulo é, inicialmente, apresentar o referencial conceitual sobre cooperação e desenvolvimento que orientou a formulação das questões da avaliação. Tal referencial está baseado no conceito de *desenvolvimento de capacidades*, desenvolvido e adotado no âmbito do PNUD². Em continuação, é descrito e justificado o delineamento metodológico adotado no estudo realizado.

2.1. Cooperação e desenvolvimento: um referencial analítico para avaliação de projetos de CTPD

O conceito de cooperação tem evoluído de forma significativa, ultimamente. Nos anos 60, a cooperação norte-sul, predominante, se baseava no conceito de *assistência técnica*, que pressupunha ter o norte o monopólio do conhecimento que era disponibilizado ao sul, segundo suas regras próprias. Nos anos 60 e 70, o foco de programas de assistência técnica recaía na implementação, pressupondo-se que as opções a serem transferidas seriam inquestionáveis. Nos anos 70, 80 e 90, o conceito de assistência técnica evolui para uma concepção de *cooperação* e, sucessivamente, *construção de capacidade*, culminando com a noção de *desenvolvimento de capacidade* (*capacity building*). O ponto a destacar é que os dois primeiros, cooperação e construção de capacidades, estão baseados na transplantação de capacidades, cujos projetos acentuam a necessidade de compromisso e vontade política para que as soluções logrem êxito. Já para o desenvolvimento de capacidades, que está baseado no aproveitamento das capacidades existentes, os projetos requerem uma condição central: *apropriação* (*ownership*), ou a capacidade de o beneficiário dominar o processo de geração de resultados de desenvolvimento, apropriando-se deles no sentido instrumental e no sentido dos benefícios gerados.

Desenvolvimento de capacidade é, por definição, um curso de ação endógena, baseada em ativos e capacidades existentes e na habilidade de pessoas, instituições e da sociedade em

² Lopes, C e Theisohn, T. ***Ownership, leadership and transformation. Can we do better for capacity development?*** UNDP / Earthscan, 2004. e Fukuda-Parr, Lopes & Malik 2004.

geral em desempenhar funções, solucionar problemas, fixar e alcançar objetivos. O pressuposto central, portanto, é o de que *as capacidades existem e devem ser desenvolvidas*, atribuindo-se papel predominante ao conhecimento e às instituições locais, instrumentando-as para o exercício de suas funções, em substituição à mera importação de soluções-padrão (*one size fits all*). Também pressupõe-se que o desenvolvimento de capacidades locais torna o desenvolvimento mais sustentável. O principal objetivo da cooperação técnica deve ser, portanto, contribuir para a utilização e expansão de capacidades locais.

- Nesse sentido, Lopes & Theisohn estabelecem os 10 princípios do desenvolvimento de capacidades:
- Estabelecer um processo de longo prazo que não pode estar atrelado a pressões por resultados e correções de curto prazo.
- Respeitar o sistema de valores e promoção da auto-estima, porque a imposição de valores exógenos pode minar a confiança.
- Observar global e localmente, reinventar localmente, sem roteiros pre-estabelecidos e baseados no aprendizado voluntário, com compromisso e interesses genuínos. O conhecimento não pode ser simplesmente transferido, deve ser adquirido, aprendido e reinventado.
- Desafiar conceitos e arranjos de poder estabelecidos, mediante diálogo franco e transparência.
- Pensar e agir para gerar impactos sustentáveis de capacitação para o desenvolvimento, mediante a mobilização de instituições e da sociedade em geral.
- Estabelecer motivos e incentivos positivos, alinhados com os objetivos do desenvolvimento de capacidades, por meio de sistemas de governança que assegurem direitos fundamentais e fortalecimento institucional.
- Integrar ajuda externa a sistemas, prioridades e processos nacionais, orientando-os para necessidades e agendas locais, fortalecendo-os, jamais passando ao largo deles.
- Promover capacidades existentes em vez de criar novas, revitalizando instituições nacionais e protegendo o capital social e cultural.
- Permanecer coeso e íntegro perante circunstâncias difíceis, impedindo a fragmentação ou captura das agendas.

- Permanecer responsável perante os beneficiários últimos, respondendo às suas demandas de forma transparente e participativa.

Segundo Lopes & Theisohn, *o desenvolvimento de capacidades é um processo endógeno* que ocorre em toda sociedade nos planos individual, organizacional e social. Este processo pode ser apoiado ou distorcido por intervenção externa. O desenvolvimento de capacidades é voluntário, demandando motivação; leva tempo e não se casa com pressões por resultados de curto prazo; é um processo específico que resiste a roteiros pre-estabelecidos; baseia-se na expansão e fortalecimento de capacidades existentes; e é dinâmico e aberto à adaptação. Não é recomendável passar ao largo do Estado, mesmo quando sua legitimidade e liderança são questionáveis. Iniciativas de cooperação para o desenvolvimento devem envolver e atribuir responsabilidades aos estados.

A *apropriação (ownership)*, ainda segundo os autores, é o domínio de idéias, estratégias, processos, recursos e resultados, tanto por parte de governos, quanto de segmentos sociais (sociedade civil e mercados) recipiendários. A apropriação é pré-condição para o compromisso e para o desenvolvimento de capacidades. A falta de apropriação é a grande causa do malogro de muitos programas de desenvolvimento. Um enfoque de vendas não proporciona a apropriação; a venda de algo desnecessário distorce a alocação de energias, tornando-se, no máximo, um investimento com significativos custos de oportunidade. O compromisso e envolvimento dos atores locais deve estar baseado numa análise prévia que permita identificar e avaliar os interesses legítimos que serão afetados positiva ou negativamente, a partir de uma determinada intervenção.

O desenvolvimento de capacidades é, essencialmente, o desenvolvimento de capacidades de desenvolvimento. A literatura sobre gestão do desenvolvimento é vasta do ponto de vista interdisciplinar e diversa em enfoques, mas tem acentuado, ultimamente, o retorno do tema “administração para o desenvolvimento”³. Não apenas novos cenários, lições de experiências reformistas recentes e gerações emergentes de reformas, segundo novos requisitos de desenvolvimento, são tratados no âmbito da nova administração para o desenvolvimento, mas esta requer um ativo e profícuo novo modelo de cooperação para o desenvolvimento.

³ Martins, H F. Administração para o desenvolvimento - a relevância em busca da disciplina. **Governança e desenvolvimento**, ano 1, n° 1, abril de 2004.

Essas considerações, dentro do enfoque do *desenvolvimento de capacidades*, serviram de referencial analítico, na presente avaliação.

2.2. Delineamento metodológico da avaliação

“Avaliação é um exercício fixo no tempo, destinado a aferir, sistemática e objetivamente, a *relevância*, o *desempenho* e o *sucesso* de projetos e programas já concluídos ou em andamento. [...] Se conduzida após o término do programa ou projeto, a avaliação determina em que medida o projeto ou programa avaliado obteve sucesso em termos de *impacto*, *sustentabilidade dos resultados* e *contribuição para o desenvolvimento da capacidade*”. A avaliação difere substancialmente da auditoria, que é a “verificação ou a revisão que afere a adequação de um processo segundo padrões ou critérios predeterminados. [...] Uma auditoria focaliza basicamente o cumprimento de certas regras e regulamentos já existentes, pouco dizendo quanto ao estabelecimento da relevância e a determinação dos impactos prováveis, ou mesmo a sustentabilidade dos resultados de programas ou projetos, os quais são as principais preocupações da avaliação⁴”.

Os Termos de Referência para a realização do estudo avaliativo do *Projeto BRA/98/004* previam que fossem analisados:

- a pertinência dos subprojetos operacionalizados (projetos de cooperação realizados no âmbito do projeto "guarda-chuva");
- o desenvolvimento de capacidades, em um conjunto de casos selecionado com base no critério de valor do orçamento;
- a estratégia de implementação; e
- a eficácia de uso dos recursos do projeto.

A estrutura originalmente prevista para o estudo sofreu, como decorrência, tanto das condições encontradas, como do aprendizado ao longo do processo de avaliação, especialmente em função do referencial analítico adotado – focalizado no desenvolvimento de capacidade – ajustes que implicaram, simultaneamente, delimitações e aprofundamentos, em dois aspectos: a) no que se refere ao conjunto de resultados previstos pelo *Projeto BRA/98/004*;

⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Monitoramento e avaliação por resultados: um manual para Gerentes de Programa, 2002, pp. 10-20.

e b) relativa às iniciativas de cooperação a serem analisadas em profundidade. Tais ajustes, contudo, não violam o teor dos Termos de Referência, robustecendo a avaliação, na medida em que as conclusões e recomendações permitem ampla generalização analítica.

Em relação ao primeiro aspecto, cabe ressaltar que o estudo aborda com baixo grau de detalhamento os resultados previstos relativos à implantação de *mecanismos de gestão de cooperação horizontal*, à *capacitação de recursos humanos da ABC*, e à *transferência, aos parceiros de CTPD, da capacidade de gestão de projetos de cooperação técnica*. O primeiro obstáculo para o estudo aprofundado desses resultados consistiu na pouca disponibilidade de informações, assunto detidamente comentado no capítulo 4, dedicado à análise global dos resultados previstos e alcançados pelo *Projeto BRA/98/004*. Entendeu-se, porém, que a relativa superficialidade na análise desses resultados não produzia impactos negativos no conjunto do estudo, na medida que a análise dos demais resultados previstos, relativos à *identificação e operacionalização de projetos de cooperação técnica horizontal*, produzia elementos suficientes e adequados para a obtenção de conclusões e a elaboração de recomendações referentes aos *processos de trabalho* da ABC, vertente privilegiada na avaliação e, em última instância, à qual estavam intrinsecamente ligados os três resultados inicialmente mencionados.

Preferiu-se, assim, dedicar maior tempo e atenção à identificação e, principalmente, à operacionalização de projetos de cooperação técnica horizontal. Em primeiro lugar, foi necessária a realização de um paciente exercício de organização de informações para prover uma visão geral dos projetos identificados e operacionalizados ao abrigo do *Projeto BRA/98/004*, do qual resultou, porém, aumento da abrangência das análises. Em segundo lugar, foi necessário adotar critério alternativo para a delimitação dos casos (projetos) a serem estudados em profundidade, por um lado, em razão do tempo e do custo de obtenção de informações e, por outro, de modo a produzir uma visão mais compreensiva da cooperação. Considerando o limitado tempo disponível, não seria possível dar um tratamento de estudo de caso aos seis projetos mais vultosos, cujo orçamento ultrapassava os US\$ 100,000, critério originalmente utilizado para sugestão dos casos a serem abordados em profundidade⁵. Foi, assim, abandonada a perspectiva de *análise de projeto* e adotada, em substituição, a

⁵ Tratam-se dos seguintes projetos: Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social em Timor Leste; Expansão Nacional - Alfabetização Comunitária em Timor Leste; Centro de Formação e Capacitação Profissional Paraguai - Brasil em Hernandárias; Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe; Centro de Formação Profissional Brasil - Angola; Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua.

perspectiva de análise de casos por país, considerada mais abrangente, por permitir enxergar o entrelaçamento de questões subjacentes a diversos projetos, ao mesmo tempo. Os países escolhidos, por razões que são apresentadas no capítulo 5, dedicado aos estudos de casos, foram Bolívia, Angola e Moçambique.

No que tange à análise de eficiência, a avaliação deparou-se com a impossibilidade de estimação e comparabilidade de seus níveis, quer no que respeita aos arranjos institucionais que suportam a CTPD como um todo (a ABC e as instituições executoras, em distintas composições de funções de formulação, execução, monitoramento, avaliação), quer no que se refere às iniciativas de CTPD em particular, a partir de suas estruturas de custos e da relação custo-benefício no geral e em relação a cada iniciativa. Uma análise aprofundada a respeito da adequação e da execução orçamentária do *Projeto BRA/98/004* escapou ao escopo da avaliação.

No que concerne à efetividade, a análise de impacto secundário foi dificultada pela precariedade de dados quantitativos sobre o impacto que as iniciativas de CTPD geraram sobre os beneficiários primários (os países recipiendários e seus públicos diretamente beneficiados). Isso impediu a realização de um estudo avaliativo de corte quantitativo, baseado na correlação de variáveis observacionais, preferencialmente sob a forma de indicadores (idealmente pre-estabelecidos, por ocasião do desenho do projeto, e com metas associadas, em relação às quais observações presentes pudessem ser comparadas), a partir dos quais relações causais pudessem ser obtidas.

Nesse sentido, a avaliação buscou coletar e processar, da forma mais objetiva possível (clarificando-se as questões da avaliação e extraindo-se inferências, a partir de um diálogo argumentativo dentro da equipe de consultores), elementos e indícios de impactos gerados, a partir de dados documentais e da percepção dos sujeitos prioritários do *Projeto BRA/98/004* (em especial, dos países recipiendários). Esta observação aplica-se fundamentalmente às análises em profundidade realizadas no âmbito dos estudos de casos (objetos do capítulo 5) e aparecem no texto sob a forma de narrativas analíticas denominadas “informações de campo e percepções no país”.

O estudo baseou-se em abrangente e extensa coleta de dados, por meio de:

- entrevistas semi-estruturadas, para coleta de dados relativos às questões da avaliação junto aos seus sujeitos, realizadas em Brasília, La Paz, Maputo e Luanda;

- observação de campo, em visitas a projetos de CTPD;
- análise de documentos pertinentes ao *Projeto BRA/98/004*, às instituições envolvidas e aos beneficiários, incluindo-se Documentos de Projeto, Documentos de Revisão, relatórios financeiros da ABC e relatórios de progresso;
- consulta a sítios eletrônicos das instituições envolvidas.

Os dados coletados receberam tratamento quantitativo, mediante confecção de estatísticas descritivas relativas à carteira de projetos de cooperação, e qualitativo, mediante debates para a construção das inferências, sob a forma de narrativas analíticas fundamentadas.

Não obstante as conclusões e recomendações estejam solidamente baseadas em ampla coleta de dados documentais e testemunhais, cabe observar que, em princípio, nenhuma avaliação é exaustiva e todas estão sujeitas a limitações, que, contudo, não invalidam suas conclusões.

3. A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA COM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: CONTEXTO E EXPECTATIVAS DO PROJETO BRA/98/004

Este capítulo busca caracterizar o contexto de proposição e desenvolvimento do *Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento*, apresentando notícia histórica relativa à criação da Agência Brasileira de Cooperação - ABC e registrando as políticas e diretrizes que orientam a cooperação brasileira com outros países em desenvolvimento⁶. Inclui, também, descrição dos objetivos, estrutura e estratégias propostas para o projeto avaliado.

3.1. A Cooperação do Brasil em Perspectiva⁷

O quadro da cooperação internacional vigente hoje no Brasil – institucional, direcionamento estratégico, capacidade operacional, resultados já alcançados, projeção da imagem do País no exterior – traduz as políticas setoriais que foram inicialmente estabelecidas na década de 50 e atualizadas ao longo das décadas seguintes.

Desde os primórdios da cooperação internacional, o Brasil se beneficiou das oportunidades surgidas, tanto no âmbito bilateral quanto multilateral. Com o apoio da cooperação, datam da década de 50 a estruturação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e os intercâmbios entre as instituições de ensino e pesquisa nacionais e suas congêneres dos países desenvolvidos. A cooperação prestada pelos organismos internacionais muitas vezes apresentava grande atrativo quando comparada à cooperação bilateral, que freqüentemente limitava os assuntos passíveis de apoio em função de políticas específicas dos países doadores. Esses organismos – com destaque para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) – tiveram atuação marcante em áreas estratégicas, no

⁶ O Anexo I examina a evolução dessas políticas e diretrizes, ao longo dos 18 anos transcorridos desde a criação da ABC, bem como resume as prioridades estabelecidas em diferentes momentos, em termos de países potencialmente beneficiários e áreas de atuação.

⁷ Este tópico foi integralmente elaborado a partir dos subsídios oferecidos pelo Eng. Márcio de Paula Fernandes.

Brasil, recrutando especialistas disponíveis no mercado internacional para atuar nos projetos de CTI e apoiando financeiramente sua implementação.

A primeira iniciativa de implantação de um “Sistema de Cooperação Técnica Internacional” no Brasil ocorreu em 1950, quando o Governo brasileiro criou a Comissão Nacional de Assistência Técnica – CNAT, composta por representantes governamentais: da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, do Ministério das Relações Exteriores – MRE e de Ministérios setoriais. Sua principal atribuição era a de estabelecer a prioridade dos pleitos de instituições brasileiras solicitantes de assistência técnica do exterior, fornecida por países industrializados com os quais o Brasil mantinha acordos específicos de transferência de tecnologia sob a forma de cooperação.

Após dezenove anos, em 1969, optou-se por uma ampla reforma institucional do Sistema, centralizando, via decreto, as competências básicas de cooperação técnica internacional (negociação externa, planejamento, coordenação, fomento e acompanhamento) na SEPLAN e no MRE, escolhidos como órgãos centrais responsáveis pela sua gestão. Identificava-se, já naquela ocasião, um volume crescente de programas e projetos de cooperação oficial entre o Brasil, como beneficiário, e países e organismos internacionais, como doadores, além daqueles canalizados por intermédio de organizações estrangeiras não governamentais. Era, então, necessário, dado o expressivo volume de recursos externos postos à disposição das instituições brasileiras de ensino e de pesquisa, fortalecer o Sistema e adequar a demanda às diretrizes e prioridades definidas nos *Planos Nacionais de Desenvolvimento*.

A partir de 1984, já se delineava a necessidade de um novo reexame dos mecanismos de gestão do Sistema a fim de dota-lo de maior eficácia gerencial. De fato, o Sistema de Cooperação Técnica apresentava um duplo comando: a Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN). Enquanto a SUBIN desempenhava as funções técnicas – prospecção, análise, avaliação e acompanhamento de projetos –, a Divisão se encarregava dos aspectos políticos da cooperação técnica. A fusão das funções desempenhadas por essas unidades – com a extinção da SUBIN e da Divisão de Cooperação Técnica e a criação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC no âmbito do MRE – representou um avanço no sentido de dotar o País de uma agência especializada em CTI, unificando as funções *técnica* e de *política externa*. A

criação da ABC, em setembro de 1987, por meio do Decreto N^o. 94.973, definiu-a como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, vinculada ao MRE.

A constituição de uma moderna agência de cooperação técnica no Brasil, nos moldes das principais agências estrangeiras existentes, mas incorporando características próprias para acolher as duas vertentes da CTI – cooperação recebida (bilateral e multilateral) e a cooperação horizontal, exigiu o planejamento estratégico de sua estruturação no longo prazo. Esse trabalho foi iniciado pelo grupo de especialistas oriundos da SUBIN e da Divisão de Cooperação Técnica do MRE, ainda na fase de transição do Sistema, e posteriormente ampliado pela própria equipe técnica que foi sendo formada na ABC.

Os trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e pela SUBIN, e a própria criação da ABC, vieram ao encontro da orientação geral dada pelas Nações Unidas ao assunto: o acúmulo de experiências positivas dos países em desenvolvimento, passíveis de serem transferidas para outros países com problemas semelhantes, motivou o desenvolvimento do conceito de “*cooperação técnica entre países em desenvolvimento –CTPD*” ou “*cooperação horizontal*”, em contraponto à “*cooperação Norte-Sul*”. Em 1974 foi criada a *Unidade Especial para CTPD* no âmbito do PNUD, iniciando-se os estudos para o fomento a essa modalidade de cooperação. Em 1978, as diretrizes elaboradas foram propostas na *Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento* e suas recomendações aprovadas na forma do *Plano de Ação de Buenos Aires – PABA*. Não obstante a orientação e as políticas da cooperação internacional terem evoluído consideravelmente nas últimas décadas, o conceito inicial de “*ajuda para a autonomia*”, próprio da cooperação técnica internacional, permanece vivo até os dias atuais.

Por outro lado, a criação da ABC ocorreu em um momento de mudanças fundamentais na orientação dada à cooperação para o desenvolvimento pelos organismos internacionais. De fato, no final dos anos 80, as Nações Unidas realizavam estudos visando estimular o controle, por parte dos países em desenvolvimento, dos programas de cooperação técnica implementados pelos organismos que integravam seu Sistema. Neste sentido, a Assembléia das Nações Unidas aprovou resolução, em 1989, recomendando a implementação de política de “*Execução de Governo*”, mais tarde consolidada na expressão “*Execução Nacional de Projetos*”. O objetivo almejado era o de aumentar o controle, a legitimidade e a vinculação das ações de cooperação técnica internacional aos interesses e prioridades dos países beneficiários, resultando em maior apropriação (*ownership*) e responsabilidade (*accountability*)

destes sobre os programas de cooperação (até então existia a “*Execução Internacional*”, ou seja, aquela realizada pelos próprios organismos internacionais cooperantes, que detinham a responsabilidade tanto da gestão administrativo-financeira como da condução técnica dos projetos nos países hospedeiros). Desde sua criação, a ABC lançou mão da possibilidade da Execução Nacional de Projetos, articulando-se com o PNUD para sua adoção no Brasil.

A segunda mudança ocorrida nessa época refere-se à perda de valor do conceito de “*desenvolvimento*” como uma iniciativa de responsabilidade coletiva internacional. As contribuições voluntárias aos organismos internacionais não-financeiros decaíram, passando os países doadores a atribuir maior prioridade às ações bilaterais e às atividades assistenciais e humanitárias. Em consequência, os recursos multilaterais recebidos a fundo perdido de países de renda média como o Brasil caíram drasticamente, concomitantemente à pressão para gradua-los e mudar o *status* de países receptores de programas de cooperação multilateral para o de doadores. No Brasil, a mobilização de contrapartida financeira, que era reduzida, a partir dos anos 90 chegou a cerca de 90% dos recursos mobilizados pelos projetos com os parceiros multilaterais. Uma nova modalidade de co-financiamento passou a prevalecer, no qual os recursos internacionais foram sendo gradativamente substituídos por recursos nacionais, como *cost-sharing*, *trust-funds* ou *management service agreements*.

No que diz respeito ao início das ações de cooperação horizontal pelo Brasil, as primeiras iniciativas relevantes datam da década de 70, com um volume mais significativo somente na década de 80. Até 1989, a cooperação prestada pelo Brasil a países da América Latina, Caribe e África estava contida na maioria dos 68 projetos do PNUD para a América Latina, na quase totalidade dos 105 projetos apoiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e nos 694 projetos de CTPD apresentados diretamente ao Governo brasileiro. Os levantamentos que permitiram estabelecer estes dados⁸, concluem que “... as modalidades de CTI ... [dos] 173 projetos latino-americanos voltavam-se sobretudo para o treinamento de pessoal que se fazia através de seminários, cursos e estágios diversos. ... Dentre os 694 projetos ... apenas 2 tiveram início nos anos sessenta e 26 nos anos setenta. A quase totalidade da demanda foi, portanto, encaminhada na década de oitenta, quando declinava sensivelmente o número de projetos novos relativos à CTI recebida pelo Brasil. Estaria o país transformando-se de recipiendário em prestador de CTI? O número de iniciativas

⁸ A. L. Cervo. Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 37, no. 1, 1994.

indicava que sim. ... A boa imagem de país em desenvolvimento espalhava-se, pois, nos anos setenta, pelo hemisfério sul, gerando na década seguinte a grande demanda por cooperação. Dentre os 694 projetos ..., os países da América hispana e do Caribe encaminharam cerca de dois terços (475) ... ”.

A reforma do Sistema de Cooperação Técnica brasileiro, culminando com a criação da ABC, recebeu apoio específico do PNUD para a estruturação da CTPD⁹: inicialmente, o projeto *BRA/86/001 – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)* ensejou a capacitação em planejamento e gerenciamento das ações nesse campo. A seguir, o PNUD apoiou a estruturação da ABC e a realização dos trabalhos necessários ao seu fortalecimento institucional, principalmente por meio dos projetos *BRA/87/041 – Fortalecimento Institucional da Agência Brasileira de Cooperação* e *BRA/87/032 – Sistemas Informatizados de Gerenciamento da Cooperação Técnica*. A estruturação da CTPD teve continuidade com os projetos *BRA/93/004 – Identificação e Planejamento de Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD* e *BRA/94/017 – Programa de Cooperação com os Países Membros da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. A estas iniciativas, veio somar-se a parceria ABC-PNUD constituída pelo projeto *BRA/98/004 – Implementação de Programas e Projetos de CTPD*, objeto da presente avaliação, que veio a ser o principal instrumento operacional para a cooperação técnica do Brasil com os países da América Latina, Caribe, África e Ásia/Oceania entre 1998 e 2004.

A demanda pela cooperação técnica brasileira foi, ao longo do tempo, concentrando seu foco sobre temas de maior impacto na área social, seja pela sua importância para o processo de desenvolvimento dos países parceiros, seja pelos bons resultados e experiência acumulada nas instituições brasileiras. Neste sentido, cresceram as demandas por projetos nas áreas do ensino fundamental, em função de iniciativas como as dos *Programas Bolsa-Escola* e *Alfabetização Solidária*; por projetos de ensino profissionalizante, em função do sucesso obtido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que já havia formado mais de 30 milhões de técnicos desde sua criação em 1942, por meio de cerca de 1800 cursos ofertados; por projetos na área de saúde, com destaque para aqueles de combate às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS; por projetos de desenvolvimento da agro-pecuária tropical, com a adoção de novas tecnologias que permitem maior produtividade e melhor

⁹ O Anexo I contém uma apreciação da evolução da cooperação PNUD-ABC.

qualidade dos produtos, e do trabalho de extensão rural, responsável por disseminá-las junto aos pequenos e médios produtores rurais. Concomitantemente, a cooperação técnica brasileira expandiu sua área geográfica de atuação: fixou como prioritários os intercâmbios com os países da América do Sul, com os países africanos de língua oficial portuguesa e com Timor-Leste, mas sem deixar de atender às solicitações da América Central e Caribe e de diversos países de língua inglesa da África, entre outros.

Finalmente, há que se destacar que, ao inserir a ABC, em 1996, na estrutura organizacional do MRE, como unidade subordinada à Secretaria-Geral¹⁰, o Governo brasileiro redefiniu o modelo institucional da Agência: de órgão vinculado a uma pessoa jurídica de direito privado – a FUNAG – passou a ser parte integrante de um órgão da administração direta – o MRE. Tendo em vista a “reconfiguração institucional” da ABC, à luz do projeto de reforma do aparelho do Estado proposto em 1995 pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), em 1997 e 1998 foram elaborados estudos objetivando “instrumentalizar o processo de transformação da ABC, de unidade do Ministério das Relações Exteriores ... para uma autarquia, ... como pré-requisito para qualificá-la como Agência Executiva.” Esses estudos tinham como objetivo tornar a ABC “uma organização menos rígida e burocrática e mais gerencial; menos voltada para o controle *a priori* e mais para resultado; menos dependente de recursos orçamentários e mais autônoma financeiramente.”¹¹ Não tendo esses estudos vingado, e tendo o Governo decidido manter a ABC como parte integrante da estrutura organizacional do MRE, seus mecanismos operacionais para gestão da CTI deverão ser estruturados de acordo, podendo-se afirmar que as mudanças neste sentido encontram-se ainda em curso e se estenderão ainda por algum tempo.

A criação da ABC permitiu que o Brasil iniciasse, paulatinamente, a implantação de uma nova política de desenvolvimento de programas e projetos de cooperação horizontal, cuja orientação básica consistiu na "substituição do atendimento pontual de demandas por cooperação técnica, pelo planejamento das iniciativas de CTPD, consubstanciado a partir de programas e projetos identificados e negociados com os países beneficiários"¹². A figura a

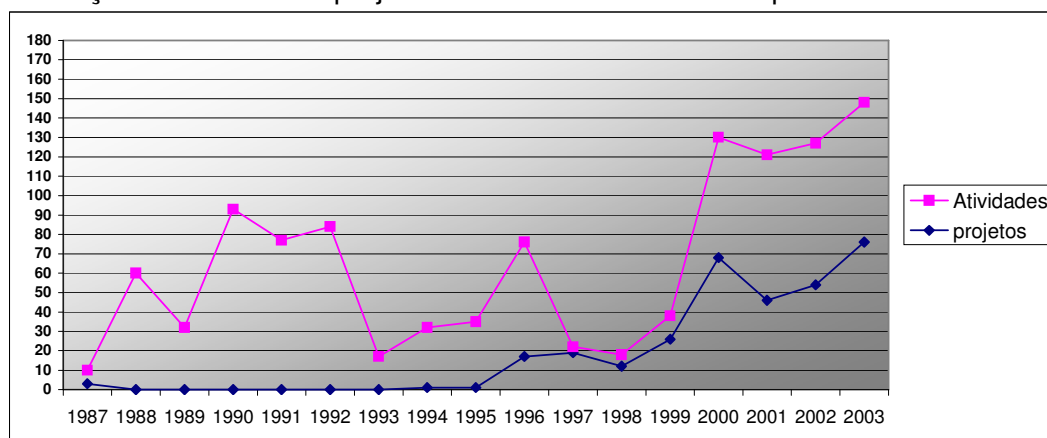
¹⁰ Decreto nº 2.070, de 13/11/1996, que aprova a Estrutura Regimental do MRE e dá outras providências.

¹¹ Projeto Institucional da ABC, Relatório de Consultoria, versão validada, 2 de março de 1998.

¹² Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, Revisão F, junho de 1998, p.1.

seguir ilustra esse movimento. Segundo Moreschi, "... no período de 1987 a 1994, constata-se apenas a realização de atividades pontuais de cooperação. A despeito dos esforços empreendidos, nesse período 78% das ações foram relacionadas às missões de diagnóstico e prospecção, no Brasil e no exterior, sem a concretização de projetos específicos¹³".

Evolução do número de projetos e atividades de CTPD implementados



Fonte: Moreschi, M.T., 2004

Contudo, "no decorrer da década de 1990, o Brasil deixou de ser apenas um receptor da cooperação técnica internacional e passou a ser um dos principais prestadores de cooperação entre países em desenvolvimento¹⁴". Essa transição ocorreu de forma incisiva a partir de 1995-1996, viabilizada pela decisão do MRE de direcionar os recursos provenientes dos rendimentos do *cost-sharing* com o PNUD para a operacionalização de programas e projetos de CTPD. A tabela a seguir ilustra essa tendência.

Tabela 1. Evolução do número de projetos de CTPD em execução

Ano / País	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
América do Sul	0	4	6	2	7	24	23	25	33
América Central, Caribe e México	0	9	13	6	15	30	12	14	16
África	1	4	0	4	4	12	11	11	23
Ásia, Oceania, Leste Europeu	0	0	0	0	0	2	0	4	4
Total	1	17	19	12	26	68	46	54	76

Fonte: Moreschi, M.T., 2004

¹³ Moreschi, M T. **Monografia de Mestrado**. Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2004.

¹⁴ **Cooperação técnica com Angola**. Publicação elaborada para divulgar o resultado do trabalho de criação do Centro de Formação Profissional Angola - Brasil. 2003.

3.2. A ABC: atribuições e mecanismos operacionais¹⁵

A ABC, no desempenho de suas atribuições de coordenação e supervisão dos programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, atua segundo duas vertentes: a cooperação brasileira com outros países em desenvolvimento, a cargo da Coordenação-Geral de CTPD, e a cooperação técnica recebida pelo Brasil, pelos canais bilateral e multilateral, ações coordenadas pela Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral – CTRB e a Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral – CTRM.

Para desempenhar suas atribuições, a ABC articula-se com órgãos setoriais do Governo Brasileiro (Ministérios, Secretarias, Institutos etc.), com as instituições brasileiras beneficiárias e prestadoras de cooperação técnica (instituições de ensino, institutos de pesquisa e desenvolvimento, entidades da iniciativa privada, ONGs etc.), com organismos multilaterais e com entidades e agências estrangeiras envolvidas na definição e operacionalização dos programas e projetos de cooperação técnica internacional¹⁶.

A escolha das instituições nacionais participantes dos projetos de CTPD tem-se dado obedecendo a três critérios¹⁷:

- as manifestações de interesse dos países parceiros, que muitas vezes já direcionam suas demandas para a cooperação com uma determinada entidade brasileira;
- os resultados dos exercícios de combinação das necessidades dos países beneficiários com as capacidades e intenções de instituições brasileiras, obtidos quando da preparação e realização pela ABC de missões de diagnóstico e visitas técnicas multidisciplinares; e
- a existência de Centros de Excelência no Brasil, cujo domínio de suas áreas de atuação os tornam a melhor e, em alguns casos, a única opção para projetos de CTPD.

¹⁵ Este tópico contém colaborações do Eng. Márcio de Paula Fernandes.

¹⁶ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 3.

¹⁷ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001, p. 3.

A operacionalização da cooperação técnica oficial brasileira, negociada e coordenada com os órgãos de governos interessados, concretiza-se com a realização conjunta de uma proposta de trabalho aprovada pelas partes. Para que uma proposta de projeto possa ser implementada sob a égide do Governo Brasileiro, um *Acordo de Cooperação* entre o Brasil e o país parceiro deve existir, para dar respaldo à iniciativa.

Sendo o objetivo imediato do trabalho a ser implementado, a *transferência e a absorção de conhecimentos técnicos*, são três os mecanismos utilizados para efetivá-las:

- a consultoria por parte de especialistas no assunto;
- a formação e o treinamento de pessoal; e
- a complementação da infra-estrutura ou dos materiais da instituição executora, necessários para o alcance dos objetivos almejados (material bibliográfico, equipamentos, etc.).

Os programas e projetos de CTPD levados a cabo pelo Brasil podem envolver diferentes arranjos, no que respeita ao financiamento das ações. São três, basicamente, os esquemas adotados: bilateral, multilateral e triangular.

No esquema *bilateral*, os custos são compartilhados: a parte brasileira arca com seus custos de participação (remuneração dos técnicos brasileiros, cobertura de suas despesas de locomoção e estadia, custos dos treinamentos e eventuais doações de materiais e equipamentos) e o país parceiro arca com a contrapartida local (remuneração de seus técnicos, material de consumo, infra-estrutura local, etc.). A doação de material permanente pelo Brasil foi sempre limitada pela escassez de recursos financeiros para tanto. Em algumas oportunidades, a própria ABC arcou com esses custos; em outras, interagiu com instituições técnicas ou empresas privadas, com sucesso, para viabilizar a doação de alguns equipamentos imprescindíveis à implementação do projeto específico de cooperação técnica. O financiamento brasileiro provém de recursos da ABC e das instituições executoras nacionais. "Enquanto a ABC, usualmente, cobre as passagens aéreas e as despesas de estadia dos especialistas, as entidades brasileiras participantes arcam com sua remuneração". Em 1996, para cada real despendido pela ABC, três reais foram alocados pelas entidades brasileiras participantes e por

organismos internacionais¹⁸. Em 1998, "cada real despendido pela Agência alavanca(va) a alocação de quinze reais pelas entidades brasileiras participantes dos projetos de CTPD, além de alguns organismos internacionais¹⁹.

No esquema *multilateral*, as ações se desenvolvem, em sua maioria, no âmbito de temas apoiados por organismos internacionais (como, por exemplo, as agências das Nações Unidas e bancos de fomento) ou juntas diretivas de grupos de países (como, por exemplo, a União Européia, a Organização dos Estados Americanos, o MERCOSUL, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

O conceito de *triangulação* envolve parceria com doador do grupo das nações desenvolvidas, para o financiamento de iniciativas bilaterais. A ABC vem procurando estimular essa vertente de atuação, apoiada na idéia de que "muitos doadores perceberam ... que o Brasil detém vantagens comparativas no âmbito dos países em desenvolvimento, como, por exemplo, junto aos países de língua portuguesa²⁰". Com esse objetivo, vêm sendo implementadas ou discutidas ações com os Governos da Alemanha, Canadá, Coréia do Sul, Espanha, França, Japão e Reino Unido²¹.

3.3. Políticas e diretrizes da CTPD

O *Manual da CTPD - Organização, Procedimentos e Instruções*²², contém o conjunto de parâmetros orientadores das ações desenvolvimentos, registrado a seguir.

“Missão da CTPD

¹⁸ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/93/034 - Identificação e planejamento de projetos de cooperação técnica com países em desenvolvimento**, Documento da Fase Principal, outubro de 1997, pp. 5 e 6.

¹⁹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 8.

²⁰ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/93/034 - Identificação e planejamento de projetos de cooperação técnica com países em desenvolvimento**, Documento da Assistência Preparatória, agosto de 1993, p. 2.

²¹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso 2003.

²² Agência Brasileira de Cooperação. **Manual da CTPD - Organização, Procedimentos e Instruções**. Versão preliminar, 2003.

Contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições.

“Políticas da CTPD

Os projetos devem atender às prioridades e programas nacionais dos países parceiros e o principal parâmetro de aferição do seu desempenho deve ser a relevância da sua contribuição para o seu desenvolvimento.

A instituição executora nacional, ao transferir conhecimentos e apoiar sua absorção pelos seus parceiros, deve ter em vista a autonomia da instituição recipiendária até o término do projeto de cooperação técnica.

CTPD brasileira deve priorizar a implementação de projetos em temas nos quais as instituições executoras nacionais apresentem reconhecida competência.

Os esforços de CTPD devem ser canalizados para projetos de maior impacto, que promovam mudanças duradouras e propiciem maior efeito multiplicador.

Os projetos de CTPD devem ater-se aos objetivos da cooperação técnica internacional, em contraponto aos projetos de ajuda e assistência humanitária e outras modalidades de cooperação, que extrapolam a missão da ABC.

A CTPD brasileira deve priorizar a cooperação com os países da região (América do Sul, América Central e Caribe), da África, em especial com os países de língua oficial portuguesa, e com Timor Leste, com os quais o Brasil tem estreitos laços históricos e culturais.

O apoio técnico à integração de mercados e à livre circulação de bens e serviços entre os Estados Parte do Mercosul deve constituir linha de ação prioritária da CTPD brasileira.

Diretrizes da CTPD

Intensificação das relações externas. Conceder prioridade a projetos e ações pontuais que projetem imagem positiva do Brasil junto a seus parceiros e à comunidade internacional. Conceder prioridade a projetos e ações pontuais que contribuam significativamente para a cooperação em outras áreas, como a política, econômica e diplomática.

Efeito multiplicador. Conceder prioridade à implementação de projetos e ações pontuais cuja concepção incorpore a multiplicação dos benefícios dele decorrentes.

Sustentabilidade. Conceder prioridade a projetos e ações pontuais que constituam iniciativas auto-sustentáveis, considerando a necessidade (ou não) de dar continuidade às ações implementadas após o término do projeto. Apoiar projetos e ações pontuais que contem com o apoio efetivo dos países parceiros, traduzido por contrapartida em recursos humanos e materiais compatível com o esforço necessário para absorver os conhecimentos sendo transferidos.

Abrangência. Conceder prioridade a projetos e ações pontuais cujos resultados sejam de interesse de ampla parcela da população, com benefícios potenciais para comunidades estabelecidas em áreas geográficas as mais amplas possíveis.

Riscos. Analisar os projetos e ações pontuais apresentados com vistas a identificar possíveis alternativas de ação e estabelecer e adotar estratégias que minimizem os riscos de que os objetivos e resultados almejados não venham a ser alcançados.

Ação pró-ativa. Adotar uma abordagem programática na definição das linhas de ação da CTPD, de forma a balizar a cooperação técnica desenvolvida pela relevância da sua contribuição para a solução dos problemas setoriais identificados. Desenvolver ação pró-ativa visando identificar e apoiar projetos e ações pontuais que sejam consentâneos com as prioridades e os programas estabelecidos.

Articulação institucional. Ampliar a contribuição da cooperação técnica brasileira no cenário internacional por intermédio dos foros multilaterais, com ênfase no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Articular-se com entidades da iniciativa privada, órgãos de Governo, empresas estatais, instituições de ensino, entidades de pesquisa e desenvolvimento e organismos internacionais com vistas a canalizar fontes complementares de financiamento para as ações de CTPD e o seu engajamento nos programas e projetos identificados.

Desenvolvimento institucional. Desenvolver estudos e gestões no sentido da constante adequação do modelo institucional da ABC / CTPD e dos seus procedimentos operacionais visando desempenhar com eficácia sua missão. Aferir continuamente a qualidade do atendimento das demandas apresentadas pelo ambiente externo, inclusive por meio do monitoramento e da avaliação dos programas, projetos e ações pontuais implementados.”

3.4. O projeto BRA/98/004

O Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento constitui um instrumento de cooperação entre a ABC e o PNUD que tem como objetivo de desenvolvimento: “contribuir para o desenvolvimento de países parceiros da cooperação técnica com o Brasil, transferindo, por meio dos mecanismos operacionais da CTPD, conhecimentos e técnicas disponíveis no País, apropriadas, testadas e aprovadas e que demonstraram ter alto impacto no desenvolvimento dos recursos humanos, na modernização dos sistemas de produção, na prestação de serviços de melhor qualidade e no aumento da produtividade²³”.

Para a produção desse impacto, o projeto baseou-se numa estrutura programática que preconizava um único *objetivo imediato*, “conceber e desenvolver programas e projetos de cooperação horizontal do Brasil”, e cinco *resultados*: a) programas e projetos de CTPD identificados; b) programas e projetos de CTPD operacionalizados; c) mecanismos de gestão de cooperação horizontal implantados; d) recursos humanos da ABC capacitados; e e) capacitação de gestão de projetos de cooperação técnica transferida aos parceiros de CTPD.

O *BRA/98/004* definiu como beneficiários os países parceiros do Brasil na implementação de projetos de cooperação horizontal e, eventualmente, as instituições brasileiras engajadas nas ações de CTPD “considerando-se que a cooperação horizontal enseja benefícios para ambos os lados envolvidos”.

A estratégia básica prevista para o projeto consistia na identificação de um certo número de experiências brasileiras bem sucedidas e na organização e consolidação dos conhecimentos e técnicas a serem transferidos. Adicionalmente, deveriam ser identificados países com setores produtivos que apresentassem carências que pudessem ser supridas por meio dos projetos de cooperação nas áreas consideradas. A estratégia previa, ainda, que fossem desenvolvidos esforços no sentido de replicar, tanto quanto possível, as experiências exitosas.

Entre os setores considerados prioritários para efeito de identificação de oportunidades de cooperação, o *Projeto BRA/98/004* destacou, originariamente, os seguintes: levantamento integrado de recursos, naturais para fins de elaboração de planos de desenvolvimento regional;

²³ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 12.

agricultura (aproveitamento hídrico, tecnologia de irrigação, sistemas de produção, fruticultura e horticultura); agroindústria e tecnologia de alimentos (processamento artesanal de frutas, leite e carne; sistemas industriais de pequeno porte para o processamento de alimentos); saúde (sistemas públicos, combate a endemias, DST / AIDS, campanhas de vacinação); energia (planejamento energético e conservação de energia); informatização de serviços (setor bancário, serviços postais, processo eleitoral etc.); telecomunicações; administração pública e fortalecimento da capacidade gerencial; e meio ambiente.

O *BRA/98/004* é essencialmente um projeto “guarda-chuva”, ao prever que sob sua égide seriam identificados, elaborados e implementados os projetos de CTPD, propriamente ditos. Os recursos financeiros para esse fim seriam aqueles provenientes dos rendimentos auferidos sobre contribuições de contra-partida ao PNUD (rendimentos do *cost-sharing*).

Tendo sido assinado em 1998, o *BRA/98/004* tinha um orçamento inicial de US\$ 2,954,453. O orçamento aprovado na revisão “F” do projeto totaliza US\$ 23,955,506, para o período 1998-2004, baseado na estimativa dos rendimentos futuros do *cost-sharing*.

4. REALIZAÇÕES DO PROJETO BRA/98/004

Este capítulo é dedicado a uma visão geral das atividades desenvolvidas e resultados de output (produtos gerados e entregues) alcançados no âmbito do *Projeto BRA/98/004 – Implementação de programas e projetos de CTPD*. Inicialmente, é apresentada uma comparação entre atividades realizadas e produtos (outputs) *previstos e realizados*, com base nos indicadores estabelecidos e dados disponíveis para um dos cinco componentes da estrutura programática do projeto. Em seguida, são examinados, com maior grau de detalhe, os dois primeiros componentes, referentes à execução da cooperação técnica propriamente dita, ou seja, à *identificação e operacionalização de projetos de CTPD*.

4.1. Atividades e produtos previstos e realizados²⁴

O quadro apresentado a seguir sintetiza as realizações do *Projeto BRA/98/004*, até o final de 2003, permitindo sua comparação com os indicadores de alcance de cada um dos resultados previstos, definidos no Documento de Projeto.

²⁴ Este tópico foi elaborado a partir dos subsídios oferecidos pelo Eng. Márcio de Paula Fernandes.

Quadro 1. Realizações do *Projeto BRA/98/004* até o final de 2003 – previsão x realização

Resultados	Indicadores	Realizado (a)
Resultado 1: Programas e projetos de CTPD identificados	150 solicitações de CTPD analisadas e aprovadas. 12 Missões de prospecção junto a países parceiros.	Estima-se em cerca de 300 as solicitações de CT analisadas e, as aprovadas, em 156, até setembro de 2004 (b). 24 missões de prospecção realizadas.
Resultado 2: Programas e projetos de CTPD operacionalizados	Apoiar a implementação de pelo menos 162 novos projetos de CTPD, a serem aprovados até fins de 2004 (c). Organizar e apoiar 36 visitas técnicas estrangeiras a instituições brasileiras. Realizar 20 missões de monitoramento e/ou avaliação de projetos de CTPD.	87 projetos e atividades apoiados até outubro de 2001 e 69 projetos e atividades até dezembro de 2004, totalizando 156 projetos e atividades (b). 14 visitas técnicas de representantes de 11 países a instituições brasileiras organizadas e apoiadas. Número de missões de monitoramento realizadas não disponível; 3 missões de avaliação realizadas.
Resultado 3: Mecanismos de gestão de cooperação horizontal implantados	Manuais da CTPD atualizados. Relatórios informatizados sobre a execução físico-financeira dos projetos de CTPD elaborados rotineiramente. Avaliação de desempenho dos técnicos da CTPD disponível. Pelo menos 3 estudos sobre procedimentos de CTPD elaborados.	Manual de Execução Nacional de Projetos de CTPD do PNUD implantado. Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP – Fin) concluído e operacionalizado; relatórios financeiros de projetos e atividades disponíveis. Instrução para Apresentação de Propostas de Atividades Isoladas de CTPD elaborada Manual de Elaboração de Projetos de CTPD consolidado. Procedimentos operacionais da CTPD consolidados e versão preliminar do Manual da CTPD elaborado (d).

Quadro 1. Realizações do *Projeto BRA/98/004* até o final de 2003 – previsão x realização (continuação)

Resultados	Indicadores	Realizado (a)
Resultado 4: Recursos humanos da ABC capacitados	Pelo menos 8 cursos realizados; todos os técnicos de CTPD treinados (treinamento e reciclagem nas áreas de Planejamento Estratégico, Análise e Enquadramento de Propostas de Projetos de CTPD, Concepção e Formulação de Projetos de CTI, Monitoramento de Projetos e Avaliação de Projetos, etc.).	3 cursos internos realizados; todos os técnicos da CTPD treinados em cursos de concepção e formulação de projetos de CTI e de análise e enquadramento de projetos de CTI; parte dos técnicos das Coordenações de Cooperação Recebida Multilateral - CTRM) e Recebida Bilateral - CTRB treinados nesses temas. Cursos para utilização do SGP - Fin Cursos para utilização do SAP-R3. Curso para Coordenadores de Administração e Finanças (CT-CAF-2002).
Resultado 5: Capacidade de gestão de projetos de cooperação técnica transferida aos parceiros de CTPD.	Pelo menos 6 cursos internacionais realizados; pelo menos 180 representantes de países parceiros treinados.	21 cursos realizados (concepção e formulação de projetos e análise e enquadramento de projetos de CTI) para representantes de países da América Latina, Caribe, África e Timor-Leste. Locais: República Dominicana, Venezuela, Portugal (CPLP), Guatemala, Brasília (4 módulos Cicotec), Natal (PALOP), Guiana, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde / Angola / Moçambique / Timor-Leste (Cicotec - 4 módulos, CEProDe - 4 módulos, ProCTI-MAE - 6 módulos). Cerca de 500 participantes treinados.

Notas do Quadro 1:

(a) A principal fonte de informações utilizada foi o Relatório de Progresso do Projeto BRA/98/004, referente ao ano de 2003. Os números devem ser considerados com reservas: muitas vezes os quantitativos não aparecem explicitamente nos documentos consultados e tiveram que ser computados a partir das atividades relatadas. No caso das missões de monitoramento, essa estimativa não foi possível.

(b) Fonte: PNUD. Termos de Referência - Avaliação de Projetos de Cooperação Sul - Sul. Supondo-se que cerca de 50% das propostas que chegam à ABC sejam aprovadas e implementadas, o número de propostas analisadas e aprovadas pela CTPD superaria a cifra de 300, sem considerar projetos e atividades concluídos e não computados.

(c) Fonte: Projeto BRA/98/004, Revisão Substantiva "G".

(d) O Manual tem o seguinte conteúdo: Missão, Políticas e Diretrizes da CTPD, Organização (Legislação relacionada à ABC, Estrutura Organizacional da ABC, Organização da CTPD, Descrição de Funções), Identificação de Projetos (Idéias de Projetos, Missões, Elaboração de Propostas, Documentos de programa, Propostas de Projetos de CTPD, Propostas de Ações Pontuais), Análise e Enquadramento de Propostas, Execução de Projetos e Ações Pontuais, Monitoramento (Sistema de Informações Gerenciais, Avaliação, Auditoria, Regras e procedimentos diversos), Elaboração de Notas Técnicas (Plano de Trabalho, Relatório de Atividades, Classificação), Normas de Redação.

A análise do quadro apresentado mostra que o número de solicitações de cooperação técnica analisadas superou em muito a previsão feita inicialmente, o que explica, em parte, a grande carga de trabalho a que foi submetida a equipe da CTPD, nos últimos anos. De fato, estima-se que essas solicitações foram aproximadamente o dobro daquelas previstas. No que diz respeito ao número de missões para identificação de novos projetos, também aqui o realizado foi muito superior ao inicialmente previsto, apontando para o trabalho pró-ativo da equipe da CTPD.

Por outro lado, a previsão de que 162 projetos e atividades seriam apoiados até fins de 2004 está bem próxima do número realizado, de 156; há que se registrar, no entanto, que esse número refere-se ao período total do projeto e não somente aos anos de 2002, 2003 e 2004, como sugere a atividade 2.7, talvez equivocadamente (ver Prodoc BRA/98/004).

Finalmente, cabe destacar os resultados do *BRA/98/004* no que se refere ao treinamento de pessoal, principalmente dos países parceiros. Enquanto os treinamentos da equipe da CTPD concentraram-se em anos anteriores e abrangeram também aspectos gerenciais e administrativo-financeiros (o *BRA/98/004* previa treinamentos da equipe da CTPD em assuntos que deixaram de ser abordados), os cursos promovidos para os países com os quais o Brasil vem desenvolvendo a CTPD enfatizaram dois temas centrais do planejamento e gestão da cooperação técnica horizontal: a concepção e formulação de projetos e a análise e o enquadramento dos projetos de CTPD.

Em síntese, é possível afirmar que as metas relativas a atividades e produtos atingidas no âmbito do *Projeto BRA/98/004* encontram-se bastante próximas do planejado ou que o planejamento foi bastante realista.

4.2. Identificação e operacionalização de projetos de CTPD

Este segmento é dedicado à análise das duas linhas de ação – tratadas, na estrutura programática do projeto, como resultados esperados 1 e 2 – do *Projeto BRA/98/004* que consubstanciam a cooperação técnica propriamente dita: *a identificação e a operacionalização de projetos*.

A síntese apresentada deve ser encarada com ressalvas, dadas as limitações impostas pela deficiência das informações, fato que se destacou prontamente quando do início da coleta de material para o processo de avaliação.

Não está disponível uma base de dados que registre o histórico dos projetos e atividades, desde sua identificação enquanto oportunidades de cooperação. Na realidade, nem mesmo os projetos e atividades que chegaram a ser operacionalizados constam de uma única fonte de informação.

Em conseqüência, dados foram buscados em diferentes fontes, de modo que se pudesse compor o universo mais aproximado possível do conjunto de atividades realizadas. As tabelas mencionadas no texto estão reunidas no Anexo II.

4.2.1. Programas e projetos de CTPD identificados

Conforme previsto no desenho do projeto, a identificação de oportunidades de cooperação técnica horizontal com outros países em desenvolvimento deveria resultar de missões de prospecção junto a potenciais países parceiros. Precedendo a "ida a campo", previa-se a realização de um trabalho interno, destinado a "identificar as áreas e instituições com potencial de transferir resultados por meio de projetos de CTPD", bem como a "organizar e consolidar as informações técnicas sobre as experiências a serem transferidas"²⁵. Não foram, contudo, encontradas evidências de que esse importante subproduto da atividade de cooperação tenha sido obtido. Identificadas as oportunidades, seguir-se-ia a elaboração dos projetos, em conjunto com os países selecionados, e negociações destinadas à obtenção de financiamento.

Na ausência de uma fonte de informações sistematizadas, o conjunto de *projetos de cooperação técnica identificados*²⁶ foi formulado com base em dois documentos ABC - PNUD, relativos ao *Projeto BRA/98/004*: o documento da Revisão Substantiva G, datado de agosto de 2001, e o Relatório de Progresso relativo a 2003. O primeiro documento contém informações relativas a oportunidades de cooperação identificadas, principalmente, no próprio ano de 2001; o segundo relata as atividades desenvolvidas em 2003. De ambos, foi possível extrair um conjunto de 153 projetos identificados (Anexo II, tabela 1). Há, porém, uma grande lacuna,

²⁵ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 12.

²⁶ Nas bases de dados, relações e planilhas utilizadas pela ABC, é adotada a terminologia "subprojetos e atividades isoladas". O uso do termo *subprojeto* decorre de serem ações cobertas pelo *Projeto BRA/98/004*. Nos documentos consultados, utiliza-se a designação *projeto*, como também se vem fazendo neste documento.

correspondente aos anos de 1998 a 2000 e, depois, a 2002, o que faz com que tal conjunto deva ser considerado como uma "amostra" das oportunidades identificadas ao longo de todo o período de vigência do projeto.

Considerando-se os grupos de países, a América do Sul concentrou o maior número de projetos identificados (51%), com a quase totalidade dos países tendo sido alvos de missões de prospecção (o único país sul-americano não representado é a Guiana francesa). Examinados os países individualmente, quatro concentraram as oportunidades encontradas: México (20 projetos), Colômbia (19 projetos), Peru (15 projetos) e Venezuela (11 projetos) (Tabela 2)²⁷.

Conforme se verificou por ocasião da análise dos documentos de projeto (ver Anexo I), amplos setores foram reiteradamente mencionados como áreas de potencial cooperação técnica brasileira. De fato, a situação se repete, quando se examinam aquelas nas quais se classificam as oportunidades identificadas (Anexo II, tabela 3)²⁸. Mais uma vez, não é possível perceber o trabalho prévio de identificação, no Brasil, de experiências exitosas a serem colocadas à disposição dos potenciais parceiros. Também não se registram, nos documentos utilizados como fontes das informações, justificativas para os projetos previstos, que evidenciem uma análise preliminar do contexto sócio-econômico do país visitado ou que reflitam a "abordagem programática" proposta como diretriz para a cooperação. Em termos totais, três áreas concentram mais da metade das oportunidades identificadas: saúde (33%); agricultura, agroindústria, pecuária e pesca (19,3%) e meio ambiente (12%). Essa concentração repete-se entre os países da América do Sul (onde também se haviam concentrado os projetos identificados, influenciando, portanto, o total). Entre os demais países da América Latina e do Caribe, às duas primeiras (com 45% dos projetos) junta-se a área de desenvolvimento urbano, saneamento e transporte, mercê das oportunidades de cooperação passíveis de serem desenvolvidas com o México. Na África, destaca-se, ao lado de agricultura, agroindústria, pecuária e pesca (32%), o setor de educação e formação profissional (32%).

²⁷ Nesta análise, os países são agrupados da seguinte forma: América do Sul, (outros países da) América Latina e Caribe (grupo no qual se inclui o México), África, Ásia (correspondendo ao Timor Leste) e CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

²⁸ A relação de projetos identificados é apresentada no Anexo II (Relação A). Esses projetos foram classificados, para fins desta análise, nas áreas registradas na Tabela 3.

No momento em que foi registrada a informação, 67% dos projetos identificados encontravam-se "em negociação"²⁹. Outros 16% estavam "programados"³⁰ e seis (4%) projetos estavam em andamento ou já haviam sido concluídos, somando 87% os projetos encaminhados (Anexo II, tabela 4). Dos 153 projetos considerados, porém, somente 46 (30%) chegaram a ser posteriormente registrados, em alguma fonte de informação, como *projetos operacionalizados*. Essa porcentagem repetiu-se, com pequena variação, nos três grandes grupos de países: América do Sul (31%), outros países da América Latina e do Caribe (26%) e África (28%) (Anexo II, tabela 5). Um registro sistemático dos motivos pelos quais projetos que atingiram o estágio da negociação não chegaram a ser implementados forneceria uma importante fonte de informações a serem consideradas em novas prospecções, permitindo antecipar e propor soluções para problemas com alta probabilidade de ocorrência ou mesmo evitar esforços e custos de elaboração de projetos com poucas chances de efetivação.

4.2.2. Programas e projetos de CTPD operacionalizados

Aprovados os projetos negociados, previa-se seu desenvolvimento, especialmente mediante envio de especialistas brasileiros para prestação de consultoria, bem como seu monitoramento e avaliação, por meio de missões organizadas para esse fim. De modo a bem realizar essa atividade, esperava-se, também no âmbito do *Projeto BRA/98/004*, "conceber e implantar sistema de monitoramento de atividades e projetos de CTPD, de acordo com as características da cooperação horizontal" e "sistematizar o monitoramento e a avaliação de atividades e projetos de CTPD, de acordo com as características da cooperação horizontal"³¹.

A obtenção de informações sobre *projetos de cooperação técnica operacionalizados* se fez a partir de diferentes fontes. Inicialmente, a ABC forneceu uma relação de projetos, de interesse da administração financeira³², da qual constavam, por país, "subprojetos e atividades isoladas" codificados, o orçamento (valor da cooperação brasileira) previsto, o montante

²⁹ Nessa categoria, foram computados os projetos para os quais foram informadas as seguintes situações: "em negociação", "documento de projeto em reformulação", "prevista missão para detalhamento do projeto", "versão final em apreciação".

³⁰ Projeto identificado no período ao qual se referiam às informações, com data definida para o início.

³¹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 13.

³² Título da relação: "Consolidação de pagamentos por país".

desembolsado e o saldo existente. Em tal relação constavam, em vários países, códigos relativos aos títulos "projetos concluídos" e a "atividades isoladas concluídas".

Atendendo a solicitação da equipe de avaliação, a ABC incluiu na mencionada relação o objetivo de cada projeto / atividade, seu período de vigência e, em parte dos casos, as entidades executoras, nacional e estrangeira. Essa nova relação passou a ser denominada, no âmbito da equipe, carteira de projetos.

Para detalhamento dos projetos e atividades agrupados sob a denominação de "concluídos", o único material disponível consistiu em planilhas³³ relativas aos anos de 1998 a 2002, nas quais constavam pagamentos individualizados, realizados a diferentes beneficiários (instituições executoras, consultores, fornecedores, pessoal da ABC), com a identificação do projeto / atividade no âmbito do qual ocorria o dispêndio. Do tratamento desse material, foi possível extrair, apenas, uma relação de projetos e atividades por país, com os gastos realizados em cada ano.

A carteira de projetos, por sua vez, foi comparada com o Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, referente ao ano de 2003. Identificaram-se, então, inconsistências entre as duas fontes: parte dos projetos e atividades constava, tanto na relação da ABC, como no Relatório de Progresso; parte aparecia apenas na relação e, parte, somente no relatório. A carteira foi recomposta, com os projetos e atividades presentes em cada uma das fontes.

Procedeu-se, então, à comparação entre a listagem de projetos e atividades extraída das planilhas de gastos realizados e a carteira recomposta. Da primeira listagem, foram excluídos os projetos que constavam na carteira, resultando dois conjuntos separados de dados para análise. Os "*projetos antigos*", representados pela relação de projetos e atividades concluídos entre 1998 e 2002, para os quais se dispunha apenas do título, país beneficiário e gasto realizado. Posteriormente, procedeu-se à classificação desses projetos e atividades nas mesmas áreas temáticas adotadas para categorização dos projetos identificados (conforme item anterior deste capítulo) e à classificação dos países, também nos mesmos agrupamentos então utilizados.

A "*carteira de projetos*", composta por aqueles projetos e atividades constantes na relação fornecida pela ABC, adicionada dos projetos extraídos do Relatório de Progresso. A

³³ Título das planilhas: "Gastos realizados".

utilização de duas fontes distintas impediu que as mesmas informações estivessem disponíveis para todos os itens. A consulta ao Relatório de Progresso permitiu a identificação de instituições executoras, para muitos casos incompletos na relação fornecida pela ABC. Em contrapartida, para os projetos constantes apenas no relatório, faltaram informações relativas ao período de execução (datas de início e término previsto) e ao valor da cooperação (previsto e executado). Identificaram-se, ademais, casos de projetos em aberto na relação da ABC que o Relatório de Progresso informava haverem sido concluídos ou cancelados. Também os projetos da carteira foram classificados nas áreas temáticas adotadas e os países categorizados nos agrupamentos considerados.

Assim, conforme se antecipou no início do capítulo, buscou-se um tratamento criterioso dos dados disponíveis, sem tenha sido possível, contudo, contornar todas as lacunas decorrentes de uma base deficiente de informações.

4.2.2.1. Projetos e atividades concluídos entre 1998 e 2002

Do tratamento antes descrito, resultou uma relação de 96 projetos e atividades (Anexo II, relação B) concluídos entre 1998 e 2002.

Em termos de quantidade, essas ações concentraram-se, principalmente, em países da América Latina e do Caribe (excetuados os países da América do Sul) (47%), destacando-se, nesse agrupamento, as atividades de caráter regional (10 projetos). A África vem a seguir, com 26% dos projetos realizados, também aí, preferencialmente, os de caráter coletivo, dirigidos aos PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa. Na América do Sul, foram desenvolvidos 23 projetos e atividades (24% do total), com algum destaque para a Colômbia e o Peru (Anexo II, tabela 6).

Considerado o conjunto dos 96 projetos e atividades, destacaram-se aqueles classificados na área de agricultura, agropecuária, pecuária e pesca (25%), seguidos pelos relacionados ao meio ambiente (14%) e por aqueles que cumpriam o objetivo de capacitar os parceiros para formulação e gestão de projetos de cooperação técnica (10%) (Anexo II, tabela 7). Examinados os grupos de países, tem-se que a área de agricultura, agropecuária, pecuária e pesca destacou-se na África (8 projetos ou 32% do total) e nos demais países da América Latina e do Caribe (12 projetos ou 27% do total). No primeiro caso, foi seguida por ações na área de gestão pública (5 projetos ou 20%) e, no segundo, por projetos categorizados na área

de cooperação técnica (7 projetos ou 16%). Entre os países da América do Sul, predominaram as ações relacionadas ao meio ambiente (10 projetos ou 44% do total).

Modifica-se o panorama, quando se examina a distribuição de gastos pelos diversos países e seus agrupamentos (Tabela 8)³⁴. Para a África, foram carreados 48% dos recursos alocados às ações desenvolvidas, tendo as de caráter coletivo, dirigidas aos PALOP, consumido 38% do total geral. Uma possível explicação é a confusa fronteira que, em termos administrativos, estabeleceu-se, ao menos durante algum tempo, entre o *Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, cuja fase principal iniciou-se em junho de 1998, e o *Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD*, começado em abril desse mesmo ano. Em várias oportunidades, encontrou-se o mesmo "subprojeto" classificado ora em um, ora em outro dos projetos mencionados.

Aos países da América Latina e Caribe (excetuada a América do Sul) orientaram-se 39% dos gastos totais. Os projetos de caráter regional, que se haviam destacado pela quantidade, consumiram 12% dos recursos e aqueles desenvolvidos com a República Dominicana, pouco mais de 10%.

Finalmente, aos projetos de cooperação com países sul-americanos destinaram-se apenas 8% dos valores executados no período.

4.2.2.2. A carteira de projetos de cooperação técnica horizontal

A utilização dos procedimentos anteriormente descritos levou à composição de uma carteira de 91 projetos e atividades: 46 constantes na relação fornecida pela ABC e no Relatório de Progresso de 2003; 23 constantes apenas da relação e 22 constantes apenas do relatório (Anexo II, tabela 9). Desse conjunto, 21 ações estão classificadas como "atividades isoladas" e 48 como "projetos". Os 22 casos extraídos do Relatório de Progresso não possuem classificação e codificação (Anexo II, tabela 10). Neste exame, todas as ações serão genericamente designadas como projetos.

O início da maior parte dos projetos (66%) deu-se entre os anos de 2001 e 2003: 22, em 2001; 17, em 2002; e 21, em 2003. Chama a atenção o fato de que, em 2004, apenas oito

³⁴ Os dados relativos a gastos com os projetos e atividades concluídos entre 1998 e 2002 foram extraídos da relação referente à carteira de projetos, fornecida pela ABC. Foi considerado o valor constante na coluna "pagamentos", para os itens "projetos concluídos" e "atividades isoladas concluídas".

projetos tenham sido iniciados. O término previsto concentra-se (62%), por sua vez, nos anos de 2003 e 2004 (Anexo II, tabela 11). Na relação fornecida pela ABC, não há informação sobre término efetivo das ações registradas, bem como sobre interrupções ou cancelamentos. De acordo com o Relatório de Progresso de 2003, 18 projetos foram concluídos nesse ano. Não se identificou uma fonte que pudesse informar quantos projetos foram terminados durante toda a vigência do *BRA/98/004*. Por outro lado, conforme se verificará nos estudos de caso realizados com três países (próximo capítulo), existem situações de divergência quanto ao *status* do projeto, entre a ABC e o país beneficiário.

Um exame do percentual de execução orçamentária dos projetos, porém, pode fornecer uma idéia aproximada de seu andamento, em que pese a falta de informação sobre o orçamento de 23 projetos³⁵ (Anexo II, tabela 12). Dezenove ações constam da relação fornecida pela ABC com o valor total do orçamento executado, outras 10 mostram execução superior a 80% e, em 12 casos, executaram-se entre 50% e 80% do total. Para um grupo de 31 projetos, a execução orçamentária fica abaixo dos 50%, sendo que, em 11 casos, nenhum valor foi, ainda, despendido³⁶.

A América do Sul concentra os projetos de cooperação técnica componentes da carteira: 40 ações (44% do total), sendo 15 com um único país, a Bolívia (Anexo II, tabela 13). A África comparece com 22 projetos (24%) e, os demais países da América Latina e do Caribe, com 19 (21%). Completam a carteira cinco projetos com o Timor Leste e outros cinco com a CPLP.

Há uma completa modificação do quadro, porém, quando se consideram os recursos alocados a cada grupo de países (Anexo II, tabela 14). Dos pouco mais de nove milhões de dólares orçados, 42% referem-se à cooperação com a África, com os recursos concentrados em Angola (23% do total). O Timor Leste é o país que, individualmente, recebe a maior dotação: 30% do total. Aos países da América do Sul destinam-se 16% do valor global do orçamento, sendo 10% para um único país, o Paraguai, com apenas três projetos. As ações

³⁵ Tratam-se dos 22 projetos extraídos do Relatório de Progresso, mais um projeto desenvolvido com Cabo Verde, que consta na relação fornecida pela ABC com "orçamento = 0". Ver Anexo II, Relação C.

³⁶ Embora a taxa média de execução orçamentária situe-se em torno de 71%, com pequena variabilidade em relação à média dos subprojetos da América do Sul (69%), da África (67%) e da América Latina e Caribe (61%); e com variações significativas em relação à taxa de execução orçamentária em Timor Leste e junto à CPLP (89% e 16%, respectivamente). Considerando-se toda a carteira analisada, os extremos da taxa de execução orçamentária são Guiné Bissau (0,6%) e Moçambique (110%).

desenvolvidas com os demais países da América Latina e do Caribe, finalmente, recebem cerca de 5% do orçamento total.

A distribuição dos projetos da carteira da cooperação brasileira por áreas temáticas mostra diferenças, tanto em relação aos "projetos antigos" (concluídos entre 1998 e 2002), como aos "projetos identificados" (nos anos de 2001 e 2003): comparativamente ao primeiro grupo, desaparece o destaque para as ações relativas ao meio ambiente e à cooperação técnica; no que respeita ao segundo, são novamente as atividades ambientais que ficam por desenvolver. Entre os projetos componentes da carteira, a concentração se dá em três áreas: educação e formação profissional (25%); agricultura, agropecuária, pecuária e pesca (23%) e saúde (16%) (Anexo II, tabela 15). Alguns aspectos são dignos de nota nesse comportamento.

A área de educação e formação profissional não foi mencionada, ao longo de vários anos, como uma daquelas passíveis de abrigar experiências nacionais exitosas, a serem transferidas a países parceiros (conforme registro feito Anexo I) e não figurou entre os principais destaques das oportunidades de cooperação identificadas. Sua relevância na carteira atual deve-se, principalmente, à disseminação dos programas brasileiros Alfabetização Solidária e Bolsa-Escola (Anexo II, tabela 16), o que, independentemente de juízo de valor acerca da validade da proposta, atende à estratégia de transferir – "e replicar, tanto quanto possível" – experiências que permitissem aplicações imediatas e exigissem alterações mínimas (conforme Anexo I).

O destaque da área de saúde, por sua vez, deve-se principalmente ao desenvolvimento de ações de prevenção e tratamento de DST / HIV / AIDS, no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde (Anexo II, tabela 16). Cumpre observar que, na maior parte dos casos, são esses os projetos que constam apenas do Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, sem estarem incluídos na relação fornecida pela ABC (ver Anexo II, relação C, que contém os projetos componentes da carteira).

A área de agricultura, agropecuária, pecuária e pesca, finalmente, é aquela que consta em todos os momentos da cooperação examinados: oportunidades identificadas, projetos antigos e carteira atual.

Também no caso das áreas de atuação – e ainda mais fortemente – altera-se o panorama se o indicador de ênfase adotado for o montante de recursos alocados e não a quantidade de projetos. O que se nota é que a consistente área de agricultura, agropecuária, pecuária e pesca, com seus 21 projetos, fica com apenas 4,5% dos cerca de nove milhões de

dólares que compõem o orçamento global da carteira, resultando em média de menos de 20 mil dólares por projeto (Anexo II, tabela 17). A informação para a área de saúde, por sua vez, é incompleta, lembrando-se dois fatos registrados anteriormente: que não há dados de orçamento dos projetos que foram extraídos do Relatório de Progresso e que os da área de saúde, em sua maior parte, não aparecem na relação fornecida pela ABC. É a área de educação e formação profissional que absorve 61% dos recursos da cooperação e a ela se junta a área de desenvolvimento empresarial, comércio e indústria, com 23%, perfazendo 84% do total. O destaque dessa segunda área deve-se ao fato de estar aí classificado o projeto "Desenvolvimento empresarial, formação profissional e promoção social em Timor Leste". Na verdade, os quatro projetos que envolvem formação profissional (Angola, Guiné-Bissau, Paraguai e Timor Leste) consomem nada menos que 46% do orçamento da carteira de projetos. Voltados à formação para a área industrial, os centros instalados no âmbito desses projetos envolvem imobilização de volume comparativamente elevado de recursos, na forma de aquisição de equipamentos, contrariando a afirmação de que a cooperação brasileira, seguindo os preceitos da cooperação Sul - Sul, se faz mediante intensa alocação de horas técnicas e "pequenas doações de equipamentos" (conforme Anexo I).

Fechando a descrição da carteira de projetos de cooperação técnica horizontal, um exame do rol de instituições executoras nacionais mostra o predomínio de organismos públicos (Anexo II, tabela 18). Individualmente, destacam-se o Ministério da Saúde (com 11 projetos), a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (com seis projetos cada um). Em termos de categorias, os ministérios brasileiros figuram como instituições executoras de 19 projetos, cabendo a universidades a responsabilidade por 12 deles.

5. ESTUDOS DE CASO: A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA COM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E BOLÍVIA

O presente capítulo trata da análise da cooperação técnica horizontal brasileira com dois países africanos (Angola e Moçambique) e com um país sul-americano (Bolívia).

Esses países foram escolhidos como representantes das áreas geográficas às quais pertencem, por diferentes motivos. Em Angola, está o que é considerado "o maior projeto de cooperação técnica desenvolvido pelo Brasil, no continente africano", o *Centro de Formação Profissional Angola - Brasil*. Moçambique é parceiro nos dois programas que vêm sendo mais difundidos, na área educacional: *Alfabetização Solidária* e *Bolsa - Escola*. A Bolívia é o país que conta com o maior número de projetos de cooperação técnica em andamento, concentrados nas áreas de agropecuária e meio ambiente. Nos três países, está presente o projeto que expressa a experiência brasileira de *prevenção e tratamento do HIV / AIDS*. Forma-se, assim, um conjunto variado de temas e de instituições executoras, que pode ser considerado representativo da cooperação com países em desenvolvimento praticada pelo Brasil.

Para cada país, é apresentada, inicialmente, uma visão geral da cooperação técnica desenvolvida e em desenvolvimento, elaborada a partir de informações constantes em documentos de projeto ABC - PNUD (documentos de assistência preparatória, documentos de projeto, documentos de revisões, relatórios de progresso). Em seguida, são detalhados os projetos focalizados na visita realizada ao país, registrando-se dois tipos de informação: a documental, obtida nas mesmas fontes mencionadas, e a obtida em campo, por meio de entrevistas com representantes das instituições contrapartes, membros da Embaixada brasileira ou da própria instituição executora nacional, como ocorrido em Angola.

5.1. Visão geral da cooperação técnica com Angola

A cooperação técnica bilateral com Angola foi iniciada em 1996, com o projeto do *Centro Móvel de Formação Profissional*, focalizado, juntamente com projeto na área de HIV / AIDS, na visita realizada ao País no âmbito da avaliação do *Projeto BRA/98/004*, ambos detalhados mais adiante.

As informações colhidas em documentos ABC - PNUD indicam que, à parte esse projeto, de grande monta, uma série de outras iniciativas resumiram-se a atividades pontuais ou foram descontinuadas.

Em 1998, foi executado o projeto *Desenvolvimento de Políticas Sociais Destinadas à Reinserção dos Deslocados, Repatriados e Desmobilizados*, com o objetivo de "contribuir para o processo de reinserção social dos deslocados, repatriados e desmobilizados nas suas comunidades de origem, privilegiando o atendimento aos grupos mais vulneráveis: crianças, idosos e deficientes". Executado pela Universidade Federal de Pernambuco, o projeto contou com apoio financeiro do UNICEF / Angola e consistiu na prestação de assessoria ao Ministério de Assistência e Reinserção Social³⁷.

No mesmo ano, foi iniciado o desenvolvimento do projeto *Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em Circunstâncias Particularmente Difíceis*, desenhado para "apoiar o Ministério da Assistência e Reinserção Social na concepção e adoção de medidas de proteção e sócio-educativas, destinadas a amparar crianças e adolescentes em circunstâncias particularmente difíceis, (contribuindo) para o aumento da eficácia dos programas destinados a abrigar as crianças de rua, para a criação de um Serviço Nacional de Denúncia de Violações de Direitos das Crianças e para a promoção de mudanças necessárias no panorama legal". Coordenado pela Universidade Federal de Pernambuco, o projeto contava com apoio financeiro do UNICEF / Angola e envolvia parcerias com instituições brasileiras de diferentes estados, atuantes na área - tema (Bahia: Fundação Estadual da Criança e do Adolescente e Projeto Axé; Pernambuco: Casa de Passagem e Grupo Habeas Corpus; São Paulo: Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social e Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). No âmbito do projeto, foram realizados estágios e programas de capacitação para juristas, dirigentes e funcionários do ministério angolano, em Salvador, Recife e São Paulo, e realizados três seminários, em Luanda (Seminário sobre Crianças de Rua, em março de 1988; Seminário de Crianças em Conflito com a Lei e Seminário sobre Serviço de Denúncia, em novembro de 1998). Em 1999, o projeto foi interrompido, em razão da impossibilidade do Governo Angolano aportar sua contrapartida, representada pelo pagamento das passagens aéreas aos

³⁷ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, Revisão O, dezembro de 2002.

participantes de estágios e capacitações, no Brasil³⁸. Não há informações adicionais sobre os rumos tomados pelo projeto.

No documento ABC - PNUD referente à Revisão G do *Projeto BRA/98/004* (datado de agosto de 2001), são comentados quatro outros projetos – dois operacionalizados e dois em negociação – sobre os quais não há informação em quaisquer outros registros obtidos junto à ABC.

O projeto (operacionalizado) *Fortalecimento de Capacidade Técnica na Área de Gênero e Desenvolvimento* objetivou "capacitar profissionais em desenvolvimento de metodologias, análise de dados e ações de sensibilização na área de gênero, bem como elaborar documentos para o Programa Quadro Estratégico e texto sobre 'Gênero na Sociedade Angolana', para apresentação na Conferência Nacional de População". Executado pela Fundação Joaquim Nabuco e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, o projeto teve como contraparte angolana o Ministério da Família e Promoção da Mulher e contou com apoio do Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP. De acordo com o documento de 2001, "a realização da primeira atividade aconteceu no mês de outubro de 2000 e consistiu no envio de especialista brasileiro a Luanda, para assessorar na preparação de documentos para o Quadro Estratégico Nacional do Ministério da Família"³⁹. Não há informações adicionais sobre os rumos tomados pelo projeto.

O projeto (igualmente classificado como operacionalizado) *Apoio ao Fortalecimento Institucional da Unidade de Estudos de População do Ministério do Planejamento da República de Angola* foi elaborado com o objetivo de "fortalecer instituições de planejamento angolanas na proposição e no estabelecimento de políticas nacionais de população, desenvolvimento, gênero e saúde reprodutiva". Executado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR e pela Fundação Joaquim Nabuco, o projeto teve como contraparte angolana a mencionada Unidade de Estudos de População e contou com apoio do Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP. De acordo com o documento de 2001, "a primeira atividade foi

³⁸ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD, Revisão G, agosto de 2001 e Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Revisão O, dezembro de 2002.

³⁹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

realizada no mês de setembro de 2000 e consistiu no envio de especialista brasileiro a Luanda, para assessorar na preparação de documentos sobre população, desenvolvimento e gênero para a Conferência Nacional de População. Em abril de 2001, o especialista brasileiro voltou a Luanda para continuidade do apoio previsto no projeto⁴⁰. Não há informações adicionais sobre o projeto.

Dois projetos são mencionados como "em negociação", em agosto de 2001. O projeto *Programa de Formação de Formadores para Capacitação de Quadros da Administração Local* teria como objetivo "formar técnicos angolanos que atuarão no Instituto de Formação da Administração Local - IFAL, treinando os quadros da administração dos governos provinciais, municipais e comunitários da República de Angola, para exercerem suas funções dentro de um novo cenário político de descentralização administrativa e democratização", tendo como contraparte local o Ministério da Administração do Território. O projeto *Fortalecimento Institucional do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas - INAPEM*, originado de missão realizada por técnicos do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - SEBRAE a Angola, em setembro de 2000, destinar-se-ia a "instrumentalizar e capacitar o INAPEM para promover o desenvolvimento de pequenas empresas em Angola"⁴¹. Não há informações adicionais a respeito de ambos os projetos. Entre os documentos relativos a cooperação técnica firmados por ocasião da visita do Presidente do Brasil a Angola, em novembro de 2003, encontra-se *Protocolo de Cooperação Técnica para Apoio ao Instituto de Formação da Administração Local – IFAL*⁴².

A visita presidencial ensejou a assinatura de 10 ajustes complementares e protocolos de intenções sobre cooperação técnica, nas áreas de trabalho, emprego e formação profissional, meio ambiente, agricultura, pecuária, petrolífera e administração municipal⁴³.

⁴⁰ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

⁴¹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

⁴² *Website* do Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Atos em vigor assinados com a República de Angola.

⁴³ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

Quatro dos projetos cobertos por tais acordos são descritos em documento ABC - PNUD⁴⁴: Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola; Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola; Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola; e Apoio ao Programa Nacional Escola para Todos.

O projeto *Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola* visa "capacitar multiplicadores para as questões afetas à educação ambiental e apoiar a elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola". Prevê-se a execução pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tendo como contraparte o Ministério do Urbanismo e Ambiente, de Angola⁴⁵. Não há previsão de início das atividades.

O projeto *Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola* tem por objetivo "capacitar o Instituto de Desenvolvimento Agrário - IDA, do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola, nas áreas de desenvolvimento institucional, desenvolvimento sustentável e interação institucional; modelos de geração e transferência de tecnologia; organização social e estrutura produtiva para a agricultura familiar; organização institucional e plano de desenvolvimento rural sustentável". Deverá ser desenvolvido pela Universidade Federal de Viçosa e pela EMATER / MG, tendo como contraparte o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, de Angola⁴⁶. Não há previsão de início das atividades.

⁴⁴ Além dos quatro projetos descritos, foram assinados os seguintes atos, por ocasião da visita do Presidente do Brasil a Angola: Protocolo de Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente; Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica nas Áreas de Agricultura e Pecuária; o já mencionado Protocolo de Cooperação Técnica para Apoio ao Instituto de Formação da Administração Local – IFAL; Ajuste Complementar no Domínio do Desporto; Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional; Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica; Programa de Cooperação Cultural para 2004 a 2006; Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional; Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio do Petróleo. (Fonte: *Webside* do Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Atos em vigor assinados com a República de Angola).

⁴⁵ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁴⁶ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

O projeto *Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola* destina-se a promover a "ampliação da capacidade de geração e adaptação de tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da fruticultura tropical e da olericultura, bem como a introdução de novas tecnologias, nas diferentes áreas voltadas para a pequena produção, em Angola. Na área animal, o projeto objetiva a melhoria da capacidade de geração e adaptação de novas tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da bovinocultura e da caprinocultura, voltadas para o pequeno criador". A instituição executora nacional deverá ser a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, tendo como contraparte angolana o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural⁴⁷. Não há previsão de início das atividades.

O projeto *Apoio ao Programa Nacional Escola para Todos* tem como objetivo apoiar a implementação do Programa Nacional Escola para Todos, que consubstancia a reestruturação do setor educacional de Angola, "principalmente em desenvolvimento institucional e formação de quadros (professores, gestores, supervisores educacionais) para atuarem nos níveis de ensino fundamental e médio, (por meio de) capacitação e treinamento técnico-profissional, consultoria especializada, (fornecimento de) equipamentos e materiais didático-pedagógicos". O projeto já havia sido objeto de ajuste complementar, firmado em agosto de 2002. Nenhuma ação foi, contudo, desenvolvida, à exceção de visita ao Brasil do Ministro de Educação de Angola, "para definir as próximas ações para a implementação do Programa Nacional Escola para Todos", ocasião em que foram mantidos encontros com representantes do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, para discussão de programas brasileiros que poderão constituir projetos componentes do Programa Nacional angolano. Previu-se, na oportunidade, a realização, no primeiro semestre de 2004, de curso-piloto para o aprimoramento da formação inicial de professores em exercício, em Angola, mediante ação conjunta dos Ministérios de Educação dos dois países, ação não concretizada. Acordou-se, também, a preparação de documento de projeto de cooperação bilateral detalhado, contemplando áreas de interesse do Governo Angolano, em particular nos campos da formação de gestores, alfabetização de jovens e adultos e programas de complementação de renda associados à assistência escolar, nos

⁴⁷ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

moldes do Programa Bolsa-Escola brasileiro⁴⁸. Não há informação adicional a respeito do andamento das atividades.

5.2 Projetos da cooperação técnica com Angola focalizados

5.2.1. Projeto Centro de Formação Profissional Angola - Brasil ou Centro de Formação Profissional do Cazenga

5.2.1.1. Informação documental

As atividades destinadas à montagem de um Centro de Formação Profissional em Angola foram iniciadas no final de 1996, no âmbito do *Projeto BRA/94/017 - Programa de Cooperação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa*.

Sob o título *Centro Móvel de Formação Profissional para a República de Angola*, o projeto tinha como objetivo "adquirir e colocar em operação um Centro Móvel de Formação Profissional, nas áreas de construção civil, eletricidade, mecânica diesel e vestuário, bem como transferir para o lado angolano a metodologia de realização dos treinamentos e de operação do Centro", de modo a "contribuir para o esforço de reinserção social e da reconstrução nacional de Angola através da formação e reciclagem da mão-de-obra desmobilizada⁴⁹".

Tendo como instituição executora nacional o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Departamento Regional de São Paulo, e como contraparte angolana o Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social - MAPESS e seu Instituto Nacional de Formação Profissional - INAFOP (depois, Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional - INEFOP), o projeto tinha como ponto de partida veículo doado por empresa montadora brasileira para desenvolvimento de programas na área de mecânica diesel⁵⁰.

⁴⁸ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁴⁹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, Revisão F, junho de 1998.

⁵⁰ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, Revisão F, junho de 1998.

Em 1998, oito formadores angolanos, atuantes em centros de formação profissional existentes no país, foram capacitados, em São Paulo, na aplicação da metodologia adotada pelo SENAI.

Nesse mesmo ano, por solicitação do Governo Angolano, modificaram-se os planos, abandonando-se a idéia de centro móvel, em favor da instalação de um centro fixo de formação profissional. O local escolhido foi o antigo Centro de Formação Profissional do Cazenga (distrito localizado a 15 km da capital), destruído em 1992, durante a guerra civil. A construtora Odebrecht, instalada em Angola desde a década de 1980, responsabilizou-se pela reforma das instalações. Os equipamentos, adquiridos no Brasil, foram instalados; o material didático adotado pelo SENAI foi adaptado (considerando o uso de termos específicos e a cultura local) e o Centro de Formação Profissional Angola - Brasil (Centro de Formação Profissional do Cazenga) foi inaugurado a 30 de novembro de 1999. Os programas de formação nas áreas de alvenaria e pintura, canalização, carpintaria de formas e armação de ferros, eletricidade predial e comandos elétricos, modelagem e costura industrial, e mecânica diesel tiveram início, em sua maior parte, em janeiro de 2000⁵¹.

A primeira fase do projeto foi encerrada em outubro de 2000 e duas prorrogações (já no âmbito do *Projeto BRA/98/004*) foram acordadas entre os Governos Angolano e Brasileiro (a primeira até junho de 2002 e a segunda até dezembro de 2004), com o objetivo de ampliar as áreas de oferta de formação e de transferir para o INEFOP a metodologia de gestão / operação do Centro e da formação profissional, nas áreas contempladas⁵².

Nesse período, foram estruturados e passaram a ser oferecidos programas de formação em informática, panificação, artesanato, manutenção e reparação de microcomputadores e manutenção e reparação de aparelhos de refrigeração residencial. Em 2001, foi incluído, em todos os programas, um módulo de gestão de pequenos negócios (com noções de

⁵¹ **Cooperação técnica com Angola.** Publicação elaborada para divulgar o resultado do trabalho de criação do Centro de Formação Profissional Angola - Brasil. 2003.

⁵² Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001 Relatório de Progresso, 2003.

contabilidade, custos, administração de pessoal e marketing). Em 2002, o Centro passou a oferecer "serviços de capacitação sob medida" a empresas locais⁵³.

Os programas regulares são desenvolvidos no período diurno, com 150 horas ou cinco meses de duração; em Angola, são chamados "ciclos de formação". Reproduzindo a metodologia adotada pelo SENAI, no Brasil, esses programas combinam parte teórica – estudada previamente e destinada a dar suporte à execução – e parte prática. As atividades são organizadas em seqüência lógica e crescente de dificuldade. Cada aula é previamente planejada pelo formador⁵⁴.

Os requisitos para matrícula nos programas oferecidos pelo CFP são: escolaridade correspondente à 6ª classe, idade superior a 14 anos e "robustez física adequada ao exercício da profissão"⁵⁵.

Ao longo de seu período de funcionamento, o Centro capacitou cerca de 3.000 pessoas nos programas regulares e 365 em programas desenvolvidos em empresas, além de formar 160 formadores para os demais centros de formação profissional mantidos pelo INEFOP, como mostram as tabelas a seguir.

⁵³ **Cooperação técnica com Angola.** Publicação elaborada para divulgar o resultado do trabalho de criação do Centro de Formação Profissional Angola - Brasil. 2003.

⁵⁴ **Cooperação técnica com Angola.** Publicação elaborada para divulgar o resultado do trabalho de criação do Centro de Formação Profissional Angola - Brasil. 2003.

⁵⁵ Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social. Centro de Formação Profissional do Cazenga. "Folder".

Programas regulares do Centro de Formação Profissional Angola - Brasil

Programas	Concluintes
Alvenaria / pintura	215
Canalização	167
Carpintaria / armação de ferros	168
Costura / modelagem	417
Eletricidade / comandos elétricos	423
Mecânica diesel	218
Informática	1.130
Artesanato	24
Manutenção e reparação de microcomputadores	96
Manutenção e reparação de aparelhos de refrigeração residencial	48
Panificação	88
Total	2.994

Programas em empresas realizados pelo Centro de Formação Profissional Angola - Brasil

Programas	Concluintes
Metrologia	108
Mecânica diesel	228
Refrigeração	6
Transferência metodológica	23
Total	365

Programas de formação de formadores realizados pelo Centro de Formação Profissional Angola - Brasil

Programas	Concluintes
Transportes	33
Panificação	13
Gestão de pequenos negócios	17
Transferência metodológica	16
Metodologia da formação profissional	60
Refrigeração residencial	10
Manutenção e reparação de microcomputadores	11
Total	160

O valor total da cooperação brasileira à instalação e funcionamento do Centro de Formação Profissional do Cazenga está orçada em US\$ 1,809,980, tendo sido executados, até o mês de outubro de 2003, US\$ 1,623,116⁵⁶.

⁵⁶ Agência Brasileira de Cooperação. Carteira de subprojetos e atividades.

Documento de revisão do *Projeto BRA/94/017*⁵⁷ relata alguns problemas enfrentados durante a primeira fase do projeto: "Os formadores angolanos treinados no SENAI de São Paulo consideraram o tempo disponível para o treinamento reduzido e a carga horária insuficiente para o conhecimento pleno das áreas. A chegada com atraso dos docentes angolanos ao Brasil, quando parte dos cursos já estava em andamento (a programação inicial previa o início dos treinamentos em agosto e chegaram em setembro) foi uma das causas do problema. Outro fator que contribuiu para o problema foi a difícil assimilação dos conhecimentos pelos angolanos devido à complexidade de algumas matérias. Observou-se um complexo processo de desembarço alfandegário no Brasil e em Angola, que acarretou atrasos no cronograma de execução do projeto, notadamente no que diz respeito ao início dos cursos na área de mecânica diesel (os cursos só foram iniciados no dia 1 de agosto de 2000). O processo de divulgação dos cursos, de seleção dos candidatos e de realização das matrículas, a cargo do Governo Angolano, enfrentou várias dificuldades. O lado brasileiro apoiou este processo, inclusive arcando com pequenas despesas, referentes a materiais e serviços (papel, fotocópias, toner para impressora etc.). Foram inscritos aproximadamente 9.000 candidatos, cujo pré-requisito para ingresso aos cursos era passar nos testes de avaliação. Tendo em vista o baixo grau de instrução dos candidatos, foi necessário incluir no programa curricular um curso básico de matemática que não estava previsto inicialmente. Dos 9.000 inscritos, foram selecionados 144 alunos".

5.2.1.1. Informações de campo e percepções do País

Entrevistas relativas ao projeto foram realizadas com membros do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social - MAPESS e do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional - INEFOP. Visita ao Centro de Formação Profissional

⁵⁷ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, Revisão O, dezembro de 2002.

propiciou contatos com integrantes da diretoria e da coordenação, pelo lado brasileiro. Entrevista com diretivos da Construtora Odebrecht foi, também realizada⁵⁸.

O Centro de Formação Profissional do Cazenga é motivo de orgulho para todos os envolvidos em sua instalação. Em mais de uma oportunidade, ouviu-se a expressão de que se trata da "jóia da Coroa".

Integrantes do MAPESS e do INEFOP ressaltam que a formação profissional, no País, se faz em estreita vinculação com a observação do mercado de trabalho (segundo os entrevistados, o Ministério possui três órgãos dedicados à realização de tais estudos) e das oportunidades de emprego.

Existem, em Angola, 33 Centros de Emprego, cuja função é promover o encontro entre a demanda e a oferta. Tais Centros, continuam os entrevistados, são importantes fontes de informação a respeito das áreas exigentes de formação profissional.

A rede de formação é composta por 27 Centros de Formação Profissional administrados pelo INEFOP, instalados em 14 das 18 províncias de Angola; por 18 Centros adscritos a outros ministérios (aos quais o INEFOP provê orientação metodológica) e por 168 Centros privados (autorizados pelo INEFOP).

No período colonial, a formação profissional sempre esteve ligada ao emprego. Dois anos após a independência, em 1977, modificou-se a política e a responsabilidade pela formação profissional foi atribuída ao Ministério da Educação, situação que perdurou até 1994, ano da criação, junto ao MAPESS, do INAFOP - Instituto Nacional de Formação Profissional, depois INEFOP - Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional, em 1998.

Legislação prevê um fundo para a formação profissional, a ser formado pelo recolhimento de contribuições, pelas empresas: 1% sobre o faturamento, no caso das empresas petrolíferas, e 2% sobre a folha de pagamentos, nos casos das demais empresas, que tenham 50 empregados ou mais. Apenas o recolhimento das empresas petrolíferas é, contudo,

⁵⁸ Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social: Pedro Luquinda, Vice - Ministro; Manuel Costa, Diretor Nacional de Emprego e Formação Profissional; Raquel Pinto, Diretora Geral Adjunta para o Emprego; dois técnicos do INEFOP. Centro de Formação Profissional do Cazenga: Manoel Renan dos Santos, coordenador do projeto pelo Brasil; Marcelo Verde, coordenador pedagógico da área de construção civil (Brasil). Odebrecht: Luiz Antonio Mameri, Presidente; Marcos Rabello, Diretor de Contratos; Humberto Campos Rangel, Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

sistemático, não ocorrendo as demais contribuições previstas. Na prática, a formação profissional é financiada pelo orçamento do Estado.

De acordo com os entrevistados, o País tem necessidade de requalificar os empregados na indústria, assim como de atender aos desmobilizados. Admitem, porém, que é difícil integrar estes últimos ao mercado formal e que a eles se dirigem os programas orientados ao auto-emprego.

O CFP do Cazenga é visto pelo MAPESS / INEFOP como um centro de referência, assim como uma outra unidade mantida pelo INEFOP, o Centro Polivalente. É destacado o fato de que, comparados, o Centro do Cazenga apresenta melhores condições para o desenvolvimento da parte prática da formação, por possuir equipamentos atualizados, proporcionados pela cooperação. Essa característica tem feito com que o Centro do Cazenga seja utilizado para atividades práticas dos alunos de cursos de nível médio (das áreas de construção civil, eletricidade e mecânica) do sistema regular de ensino angolano.

No que se refere ao destino dos egressados, embora não haja dados sistemáticos e nenhum estudo de seguimento tenha sido realizado, afirmam os entrevistados que "todos são absorvidos pelo mercado de trabalho", assim como os egressos do Centro Polivalente. Destacam, como empregadoras, três empresas, todas elas brasileiras ou com participação brasileira (Macon, transporte coletivo; Odebrecht, construção civil; e Catoca, mineração), as mesmas que já solicitaram "programas sob medida" ao CFP do Cazenga. A Macon doou um motor para a oficina de mecânica diesel.

É interessante observar que, enquanto a parte angolana destaca a vinculação da formação profissional ao emprego e afirma que todos os egressos são absorvidos, a coordenação brasileira (sob responsabilidade de ex-funcionário do SENAI / SP) dá grande destaque ao papel social do CFP, considerando-o como um mecanismo de inclusão. Dada, especialmente, a oferta das várias especialidades da construção civil (da execução das fundações à pintura, passando pela canalização e pela eletricidade predial), é mencionado o fato de que, "mesmo que o indivíduo não encontre emprego, pode, com a formação recebida, construir sua própria casa".

Os membros do Governo Angolano entrevistados avaliam muito positivamente a cooperação brasileira. Em primeiro lugar, ressaltam que tal cooperação "permitiu o relançamento do *velho* Cazenga", explicando a mudança de centro móvel para centro fixo, em boa medida, por uma questão de "orgulho nacional", dado o fato da instituição anteriormente

existente ter sido destruída durante a guerra civil. Mencionam, como indicadores de sucesso do projeto, a ampliação das especialidades oferecidas e a abertura do leque de formas de atuação, mediante treinamento em empresas. Informam, ainda, que, com base na experiência do Cazenga, estão iniciando trabalho de padronização do material instrucional utilizado nos demais Centros de Formação Profissional do País. Ressaltam, também, a importância das oficinas móveis adquiridas em 2003 ("kits" acomodados em pequenos contenedores) para as áreas de eletricidade básica automotiva; confeitaria, panificação e lancheteria; embutidos e conservas; bijouteria; mecânica de manutenção de aparelhos de refrigeração residencial; reparador de microcomputador; reparador de eletrodoméstico; e serralheria básica. (A coordenação brasileira informa que tais oficinas foram adquiridas pelo Governo Angolano fora do âmbito do projeto de cooperação). Como pendência, indicam a não-instalação dos programas de serralheria e eletricidade de autos, previstos na última fase do projeto, e cujos equipamentos "não chegaram".

Destaque é dado à "formação de formadores de formadores", realizada no âmbito da cooperação e principal meio de apropriação da metodologia, pelo País. Em 2003, foi inaugurado, em Luanda, um Centro de Formação de Formadores. Em que pese a satisfação no que se refere à preparação de profissionais que desenvolvem diretamente as atividades de formação, afirma o Diretor Nacional do Emprego e Formação Profissional que sentem grande carência na área de gestão da formação profissional, dado que "ainda não dispõem de pessoas com essa qualificação".

Uma abordagem interessante resultou da busca das percepções de representante do setor privado. A entrevista com diretos da Odebrecht tinha como objetivo principal captar os eventuais impactos da cooperação brasileira junto a uma grande empresa, no que respeita à oferta de mão-de-obra qualificada. As manifestações, contudo, ampliaram-se para além desse tema inicial, trazendo à tona outras questões pertinentes, passíveis de reflexão.

Embora afirme que o faz, a empresa não enfatiza a absorção de egressos do Centro do Cazenga. Tradicionalmente preocupada com a qualificação de sua mão-de-obra, possui uma escola de alfabetização e uma oficina de qualificação profissional, na área de mecânica de máquinas, na qual profissionais das empresas fornecedoras atuam como instrutores, desenvolvendo programas.

Os entrevistados avaliam como positiva a instalação do Centro, mas entendem que "falta algo mais sistêmico, que permita que as oportunidades encontrem as necessidades", bem

como favoreça a sinergia entre diversos atores. Em resumo, o entendimento é o de que a "gestão da política de formação profissional ainda está por desenvolver", em Angola. No que se refere à questão da sinergia, mencionam a existência de projeto em discussão – sem que tenha ficado clara a participação do Brasil ou de qualquer outro governo –, denominado "*FTD - Formação, Trabalho e Desenvolvimento*", dirigido aos Centros de Formação Profissional administrados pelo INEFOP e por outros ministérios, cuja estratégia consistiria em aproximar a cooperação governo a governo e a cooperação empresarial: esta atuando na construção / reforma e "apetrechamento" dos centros e, aquela, na transferência de tecnologia, mediante formação de formadores. Ênfase é dada à cooperação empresarial como potencial vantagem competitiva das empresas brasileiras que operam em Angola, face, especialmente, à forte entrada de capital chinês no País, mencionando-se o potencial estratégico da cooperação, "a ser ainda percebido pelo Governo Brasileiro".

Concluem os executivos afirmando o interesse das empresas nacionais instaladas fora do Brasil em conhecer o que está sendo feito pela cooperação brasileira, de modo a identificar as oportunidades de inserção. A percepção é a de que, não apenas a ABC, mas outras instituições brasileiras desenvolvem diferentes tipos de atividades, carentes de centralização ou concertação, no âmbito do próprio Governo, por um lado, e sem mecanismos de diálogo com o setor privado, por outro.

Fachada principal do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola



Sala de aula do curso técnico em eletrônica
(Ao fundo, os kits de formação profissional)



Unidade Móvel do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola



Sala de aula do curso técnico de costura industrial



5.2.2. Projeto Fortalecimento do Programa DST / AIDS em Angola

5.2.2.1. Informação documental

O objetivo do projeto, iniciado em 1999, foi definido como "estruturar o serviço de ambulatório para atendimento padrão às pessoas portadoras de HIV / SIDA e com doenças oportunistas, e assessorar a Comissão Parlamentar angolana na formulação de legislação sobre HIV, bem como capacitar técnicos do Programa Nacional de Controle DTS / SIDA em planejamento e gestão de programas e em informação, educação e comunicação em saúde, vigilância epidemiológica e mobilização social⁵⁹".

Executado, do lado brasileiro, pela Coordenação Nacional de DST / AIDS, do Ministério da Saúde, tendo como contraparte o Programa Nacional de Controle de DTS / SIDA, do Ministério da Saúde de Angola, o projeto foi dado como concluído, pela ABC, em dezembro de 2003: "... a Coordenação de DST / AIDS do Ministério da Saúde do Brasil considerou oportuno que, em 2004, seja negociado novo projeto de cooperação técnica, visando dar continuidade aos esforços iniciados com o projeto Fortalecimento do Programa de Combate à DST / AIDS em Angola, concluído em dezembro de 2003⁶⁰". Não foram obtidas informações sobre o valor da cooperação brasileira ao projeto.

5.2.2.2. Informações de campo e percepções do País

A entrevista relativa ao projeto foi realizada com a Secretária Geral do Ministério da Saúde de Angola⁶¹ e com a Diretora do Programa Nacional de Luta contra a SIDA.

No primeiro contato realizado, as profissionais descreveram as atividades do Programa angolano. A não-disponibilidade de informações sistematizadas sobre a cooperação brasileira em foco exigiu uma segunda reunião.

Em Angola, dizem as entrevistadas, o combate ao HIV / SIDA é prioridade nacional. O Programa Nacional, presidido pela Ministra da Saúde e orientado por um plano estratégico,

⁵⁹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁶⁰ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁶¹ Dra Maria de Fátima Saiundo.

integra esforços de órgãos governamentais, agências das Nações Unidas e ONGs, contando, ainda, com apoio financeiro do Banco Mundial, de uma instituição de Atlanta / EUA e do Fundo Global de Combate à AIDS.

Cada ministério angolano deve prever, em seu orçamento, verba para o Programa da SIDA, com o objetivo de desenvolver, junto a seus funcionários e a seu público - alvo, ações de prevenção. A concertação dessa atuação é feita pela Comissão Nacional da Luta contra a SIDA, com coordenação política do Presidente da República e coordenação operacional da Ministra da Saúde⁶².

Angola possui um único hospital que provê tratamento a portadores de AIDS (conceito de "hospital - dia") e quatro outros dedicados ao atendimento de mulheres grávidas. Projeto na área de corte / controle da transmissão vertical está sendo desenvolvido com instituição brasileira, na forma, porém, de prestação de serviços (atividade do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo - INCOR, coordenada por seu diretor executivo, Dr David Uip).

Com relação ao projeto de cooperação brasileira focalizado na entrevista, as médicas apresentam um documento intitulado "Reprogramação das atividades do projeto de cooperação técnica Brasil - Angola", de fevereiro de 2002, no qual se identifica que a maior parte das atividades, relacionadas à capacitação para tratamento e à vigilância epidemiológica, deixaram de ser executadas.

Não estão claras, para as entrevistadas, as razões da não-execução da maior parte do projeto, que entendem associadas a mudanças na coordenação do programa brasileiro de HIV / AIDS.

Dessa forma, opinam que os ganhos foram pequenos, dada a dispersão das atividades e a falta de continuidade. Consideram, porém, que teria sido importante que Angola pudesse ter se beneficiado da experiência brasileira, no que respeita à gestão dos medicamentos anti-retrovirais.

⁶² Na reunião realizada no Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, a respeito do Centro de Formação Profissional, houve manifestação de funcionária responsável por essa atividade, no âmbito do Ministério, sobre as dificuldades encontradas para a elaboração de projeto na área de prevenção, para a captação de recursos para sua execução e para cumprimento de exigência da Organização Internacional do Trabalho - OIT, relativa à constituição de um Comitê Nacional. A manifestação se fez no sentido de conhecer o que está sendo realizado pelo Brasil, nesse âmbito, tendo sido agendada reunião na Embaixada do Brasil, para encaminhamento do assunto.

No início de 2004, ocorreu missão, em Angola, do Centro de Referência de Tratamento de HIV / AIDS, de São Paulo. Discutiu-se, nessa oportunidade, a possibilidade de reprogramação das atividades pendentes e o tema dos anti-retrovirais, havendo, também, menção à possibilidade de doação de 100 tratamentos. O assunto, porém, não teve seqüência e as entrevistadas desconhecem, inclusive, os caminhos que devem seguir, para sua retomada.

5.3. Visão geral da cooperação técnica com Moçambique

A cooperação técnica bilateral com Moçambique era incipiente até o ano de 2002, com apenas dois projetos concluídos: *Floresta de Savana* e *Formação de Recursos Humanos em Mineração*.

Sobre o primeiro projeto, não foram encontradas informações. O segundo⁶³ teve por objetivo "capacitar docentes do Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize - IMGM, para atuar nas áreas de lavra de minas a céu aberto e subterrânea, assim como assessorar aquele Instituto nos aspectos de formação, pedagogia e elaboração de currículos". A instituição executora, pelo lado brasileiro, foi a Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto - EMOP e o desenvolvimento foi consubstanciado em atividades de capacitação, realizadas no Brasil e em Moçambique, entre setembro de 1997 e agosto de 1999⁶⁴.

Ao final de 2003, três projetos encontravam-se em execução: *Alfabetização Solidária*, *Bolsa-Escola* e o *Projeto Ntwanano* (realizado no âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil, para ações na área de DST / AIDS). Os três projetos foram focalizados na visita realizada a Moçambique, no processo de avaliação do *Projeto BRA/98/004*, e são detalhados mais adiante.

De acordo com documentos ABC - PNUD, face à importância de Moçambique para a política externa brasileira, a Agência desenvolveu ação pró-ativa durante 2003, visando

⁶³ O projeto está registrado, nos documentos da ABC, tanto no âmbito do Projeto BRA/94/017 - Programa de Cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como no do Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento. Nos registros referentes ao Projeto BRA/98/004, constam dois projetos: "Formação de recursos humanos em mineração" e "Gemologia e geologia de gemas". Este segundo projeto, contudo, aparece, nos documentos do Projeto BRA/94/017, como uma das atividades de capacitação desenvolvidas no âmbito do primeiro projeto.

⁶⁴ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, Revisão O, dezembro de 2002.

intensificar as ações de cooperação técnica, o que resultou em salto quantitativo e qualitativo, com a assinatura de sete novos ajustes complementares e protocolos de intenções, por ocasião da visita do Presidente do Brasil ao País, em 5 de novembro daquele ano. Os projetos *Bolsa-Escola* e *Ntwanano* foram redefinidos e ampliados e novas ações foram negociadas nas áreas de educação, agricultura, administração pública e reforma agrária⁶⁵. Essas novas ações são descritas em documento ABC - PNUD⁶⁶, conforme os parágrafos seguintes.

Negociado e elaborado por ocasião de missão brasileira a Maputo, em julho de 2003, o projeto *Uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação Presencial e à Distância, em Moçambique* prevê a elaboração de proposta preliminar de apoio brasileiro à formação de professores em exercício no País, por meio de educação à distância, e a implementação de projeto - piloto de formação continuada à distância, utilizando recursos de TV e vídeo. A instituição executora brasileira deverá ser o Ministério da Educação, tendo como contraparte o Ministério da Educação moçambicano. Com a assinatura do respectivo ajuste complementar, em novembro de 2003, o início das atividades foi programado para 2004⁶⁷. O projeto não foi iniciado.

⁶⁵ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁶⁶ Foram os seguintes os atos assinados por ocasião da visita do Presidente do Brasil a Moçambique: Memorando de Entendimento no âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil (HIV e AIDS); Ajuste Complementar ao Acordo Cultural para Cooperação no Campo dos Esportes; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Saúde; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública; Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação Presencial e à Distância; Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento e Fortalecimento do Setor de Pesquisa Agropecuária da República de Moçambique"; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica nas Áreas de Terras e Mapeamento; Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto PCI - Ntwanano, no Âmbito do Programa de Cooperação Técnica do Ministério da Saúde do Brasil; Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Piloto Nacional de Alfabetização de Moçambique; Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para Implementação do Projeto "Bolsa-Escola"; Memorando de Entendimento em Matéria de Meio Ambiente; Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural sobre Cooperação na Área da Comunicação Social; Protocolo de Intenções na Área de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Formação de Pessoal Especializado em Prisões; Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Segurança Pública. (Fonte: *Website* do Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Atos em vigor assinados com a República de Moçambique).

⁶⁷ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

No que se refere à *Cooperação na Área de Alfabetização e Educação de Adultos*, estudo avaliativo do projeto Alfabetização Solidária em Moçambique sugeriu novas perspectivas de cooperação na área de alfabetização e educação de jovens e adultos: apoio ao desenvolvimento de material didático; formação de formadores e de quadros técnicos da educação; fortalecimento da capacidade institucional do setor, no que se refere à gestão, supervisão e avaliação; e a execução de programas integrados. Missão brasileira, realizada em novembro de 2003, elaborou e negociou o projeto, a ser implementado pelo Ministério da Educação e pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS, tendo como contraparte o Ministério da Educação de Moçambique. Com a assinatura do respectivo ajuste complementar, ainda em novembro de 2003, o início das atividades foi previsto para janeiro de 2004⁶⁸. O projeto não foi iniciado.

Relativamente ao *Apoio ao Desenvolvimento e Fortalecimento do Setor de Pesquisa Agropecuária da República de Moçambique*, em decorrência de missão de prospecção de oportunidades de cooperação, realizada em 2002, durante o ano de 2003 foi elaborado e negociado projeto consistente em um conjunto de ações destinadas ao estabelecimento institucional e operacional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique - IIAM, entre as quais o treinamento de pesquisadores moçambicanos no Brasil e o acompanhamento, por consultores brasileiros, de projetos de pesquisa implementados pelos técnicos treinados. A ser desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, tendo como contraparte o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Moçambique e o próprio Instituto de Investigação Agrária, o projeto teve o respectivo ajuste complementar assinado em novembro de 2003⁶⁹. Não há informação relativa à programação de início das atividades ou sobre a situação do projeto.

No que concerne à *Cooperação técnica na área de administração pública*, missão moçambicana ao Brasil, realizada em junho de 2003, chefiada pelo Ministro da Administração Estatal do País, objetivou identificar possibilidades de cooperação bilateral no campo da administração pública, a desenvolver-se principalmente nas áreas de coordenação de estratégias e troca de informações sobre os programas de implantação de Balcões Únicos de

⁶⁸ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁶⁹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

Atendimento a Cidadãos e Governo Eletrônico, bem como de formação de pessoal, em especial capacitação de quadros e formação de formadores em administração pública. Protocolo de intenções, nesse sentido, foi assinado quando da visita do Presidente do Brasil a Moçambique, em novembro de 2003⁷⁰.

Por fim, no que tange à *Cooperação técnica na área de reforma agrária*, missão do Diretor Nacional de Geografia e Cadastro (Terras e Mapeamento), do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Moçambique, ao Brasil, em setembro de 2003, teve por objetivo avaliar as possibilidades de cooperação bilateral na área de terras e mapeamento, a desenvolver-se principalmente nos aspectos de "revisão e formulação de políticas, digitalização do Cadastro Nacional de Terras, coordenação multi-setorial; mapeamento territorial, assistência técnica e capacitação institucional". Protocolo de intenções relativo a essa cooperação foi assinado quando da visita do Presidente do Brasil a Moçambique, em novembro de 2003⁷¹.

5.4. Projetos da cooperação técnica com Moçambique focalizados

5.4.1. Alfabetização Solidária em Moçambique

5.4.1.1. Informação documental

Os registros iniciais relativos ao projeto estabelecem como objetivo de seu desenvolvimento contribuir para apoiar a implantação do Programa Piloto Nacional de Alfabetização (integrado na primeira fase de implementação da Estratégia de Alfabetização, Educação de Adultos e Educação Não-Formal 2001-2005, de Moçambique) e apoiar a estruturação da política nacional de Educação de Jovens e Adultos do País. Os resultados a serem alcançados eram assim definidos: "na primeira fase, 1.000 pessoas alfabetizadas e, na segunda, 5.000, bem como o treinamento do quadro de pessoal da Direção de Alfabetização em gestão, acompanhamento e avaliação do processo e captação de recursos para a

⁷⁰ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁷¹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

sustentabilidade do Programa⁷². O valor total do projeto, idêntico ao da cooperação brasileira, foi estabelecido em US\$ 546,200.

Pelo lado brasileiro, a execução ficou a cargo da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS, tendo como contraparte a Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos, do Ministério de Educação de Moçambique.

As atividades foram iniciadas em julho de 2001, com a capacitação de alfabetizadores moçambicanos para aplicação da metodologia do programa "Alfabetização Solidária" e a implantação de 40 turmas de alfabetização. A segunda fase desenvolveu-se em 2003, mediante novas atividades de capacitação de alfabetizadores e implantação de 200 turmas adicionais de alfabetização⁷³.

Em março de 2003, realizou-se missão a Maputo para avaliação externa do projeto⁷⁴. O resumo executivo do estudo avaliativo, fornecido pela instituição moçambicana, dá conta de que as metas quantitativas do projeto foram atingidas e de que sua execução contribuiu "para a política nacional da área e para o planejamento do Programa Piloto de Alfabetização, Educação de Adultos e Educação Não-Formal, do Ministério da Educação de Moçambique", ressaltando como características positivas "a metodologia de seleção e formação de alfabetizadores; a abordagem pedagógica para o processo de aprendizagem; o estímulo à participação comunitária e democrática; e o significativo percentual de mulheres alunas". O mesmo relatório destaca, porém, que "a capacitação do quadro da Direção de Alfabetização e Educação de Adultos do MINED e a implantação de 25% do Programa Piloto, objetivos inicialmente estabelecidos, estão com a execução bastante comprometida, podendo ser considerados resultados não atingidos. As ações propostas para assegurar o fortalecimento e treinamento da equipe do MINED em gestão, acompanhamento e avaliação, foram insuficientes e, apesar de tal problema ter sido identificado durante a fase inicial, ao longo do desenvolvimento do projeto não houve replanejamento das estratégias, comprometendo o resultado esperado. Quanto aos 25% do Programa Piloto que deveriam estar implantados, por meio das turmas do Programa

⁷² Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

⁷³ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁷⁴ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

Alfabetização Solidária, constata-se uma defasagem entre esta proposta e o cronograma e a abrangência do Programa Piloto. Na verdade, o projeto contribuiu na etapa preparatória do Piloto, mas não está inserido (em sua) proposta e abrangência⁷⁵.

Segue o relatório: "... a forma como o trabalho (de avaliação do aluno durante o processo de alfabetização) foi desenvolvido não permite determinar em que medida os alunos que freqüentaram o PASMO aprenderam *novas* habilidades relacionadas à leitura e à escrita e as utilizam em sua vida cotidiana. Os dados existentes em Moçambique são parciais e incompletos, uma vez que as fichas de avaliação do programa eram encaminhadas aos professores das Instituições de Ensino Superior brasileiras. Por outro lado, esses dados podem não corresponder à realidade, considerando que o alfabetizador preencheu estes instrumentos a partir de concepções e critérios próprios, já que não ocorreu uma capacitação específica sobre avaliação".

E ainda: "Os maiores problemas apontados na execução referem-se à inadequação do material didático do Alfabetização Solidária à realidade de Moçambique e ao pagamento de subsídios aos alfabetizadores. Em relação às atribuições e contrapartida do Governo Moçambicano, observam-se dificuldades, principalmente financeiras, para assegurar o deslocamento, a hospedagem e a ajuda de custo aos alfabetizadores, para o acompanhamento das missões de avaliação nas províncias e para distribuição de material".

5.4.1.2. Informações de campo e percepções do País

A entrevista relativa ao projeto foi realizada com responsáveis pela educação de adultos⁷⁶, no Ministério da Educação de Moçambique. Informações complementares foram obtidas junto à Embaixada brasileira no País.

De acordo com os entrevistados moçambicanos, a realização do programa não foi solicitada, tendo a proposta sido feita pelo Brasil. Para justificar a aceitação, desenvolvem breve histórico da alfabetização de adultos. Moçambique desenvolvia programas de alfabetização de adultos desde os conflitos pré-independência e tratou de intensificá-los, após 1976. Por essa época, a taxa de analfabetismo era de aproximadamente 93%. A partir de 1978, ampliaram-se

⁷⁵ **Avaliação do Projeto Alfabetização Solidária em Moçambique.** Parte I - Resumo executivo. Item 4 - Conclusões e recomendações. Sem autoria, sem data.

⁷⁶ Sr Laurindo, Chefe da Educação de Adultos e Dra Ana Cambasa.

as campanhas de alfabetização, logrando-se reduzir a taxa a 72%, por volta de 1983. Nesse ano, criou-se o Sistema Nacional de Educação de Moçambique, contemplando-se, como um de seus componentes, a educação de adultos. Foram criados programas e materiais específicos, cobrindo três anos de escolarização: dois de alfabetização e um de pós-alfabetização. Com a guerra civil, em meados da década de 1980, reduzem-se as ações, reativadas a partir do Acordo Geral de Paz, assinado em 1992. Em 1997, a taxa de analfabetismo atinge os 60%. De forma mais efetiva, as atividades são retomadas em 1999. Nesse ano, realiza-se uma avaliação dos programas de alfabetização existentes no País. Os resultados subsidiam o desenho, no ano 2000, da estratégia de alfabetização e educação de adultos – o Programa Nacional – e é recriada, no Ministério da Educação, a Direção Nacional do setor. Uma das metas do Programa consistia na alfabetização, entre 2000 e 2004, de um milhão e duzentos mil jovens e adultos, de modo a reduzir a taxa de analfabetismo em 10%.

É nesse contexto que surge a oportunidade de cooperação brasileira, consubstanciada no programa Alfabetização Solidária, conduzindo ao acordo para a realização de um projeto - piloto, realizado em duas fases, mediante ações diretas de alfabetização, conforme registrado na síntese da informação documental.

No processo desenvolvido, os responsáveis moçambicanos identificam aspectos positivos e negativos.

No que respeita aos aspectos positivos, o projeto alfabetizou cerca de 7.000 pessoas (75% das quais, mulheres) e capacitou 200 alfabetizadores. Entendem os entrevistados (em que pese a ressalva feita na avaliação externa do projeto) que, realmente, os participantes aprenderam a ler e a escrever. Alto grau de aderência ao programa foi constatado, o que é atribuído ao material escolar ofertado (caderno, lápis, borracha e régua). O programa proporcionou inovações metodológicas e aportou instrumentos de diagnóstico e monitoramento, aspectos que estão sendo considerados na reformulação, em curso, da estratégia do Programa Nacional de Alfabetização. Outros aprendizados favorecidos pelo Alfabetização Solidária foram a seleção dos alfabetizadores e a mobilização da comunidade, linha de ação que consiste em um dos princípios da oferta de educação, em Moçambique.

No que se refere a aspectos com tratamento inadequado, dois são ressaltados, coincidindo com os achados da avaliação externa do projeto. Em primeiro lugar, mencionam os entrevistados a utilização dos mesmos materiais didáticos adotados no Brasil, quando teria sido necessária sua adaptação à realidade e à cultura do País. Em segundo lugar, são enfáticos ao

afirmar que o núcleo central responsável pela educação de adultos "aprendeu vendo fazer", destacando e lamentando a inexistência de ações voltadas à formação de formadores (e não de alfabetizadores, diretamente) e à preparação de quadros para a gestão, não apenas na Direção Nacional, mas nos três centros provinciais existentes. Entendem, enfim, que a estratégia adotada não permitiu que o País se apropriasse do programa. Adicionalmente, debitam a tal estratégia as dificuldades operacionais vivenciadas, representadas pelos altos custos de deslocamento dos alfabetizadores a Maputo para capacitação, o que não teria ocorrido, caso se optasse pela formação de formadores. Essas questões, centrais na visão dos entrevistados, foram, de acordo com eles, percebidas durante a realização do projeto e objeto de demanda à instituição executora brasileira que, contudo, argumentou pela impossibilidade de realização dos ajustes requeridos. Estimulados a comentar o envolvimento de lideranças comunitárias, valorizado nas estratégias adotadas pelo País, os entrevistados mencionam que, embora as ações de alfabetização executadas tenham incluído a mobilização da comunidade, não houve capacitação especificamente dirigida às lideranças, cuja metodologia pudesse passar a ser aproveitada por Moçambique.

Com relação a novas ações de cooperação na área, os entrevistados revelam expectativa de apoio para a formação de formadores e para a elaboração de material didático. Lentidão do processo de retomada da cooperação, por parte do Brasil, tornou inoportuno o início de novas atividades, tendo em vista as eleições gerais previstas para mês de dezembro. Há, portanto, reticências e incertezas no que respeita à continuidade do trabalho conjunto.

5.4.2. Bolsa-Escola em Moçambique

5.4.2.1. Informação documental

Elaborado pela ONG brasileira Missão Criança, em conjunto com a ABC, e tendo como contraparte o Ministério da Educação de Moçambique, o projeto prevê a doação de bolsas mensais de US\$ 20, pelo período de um ano, a 100 famílias moçambicanas que mantiverem seus filhos na escola, a exemplo do programa executado no Brasil, paralelamente à transferência, à equipe do País, de técnicas para a gestão eficiente da atividade⁷⁷. O valor total

⁷⁷ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

do projeto foi estabelecido em US\$ 72,156, correspondendo a cooperação brasileira a US\$ 59,756⁷⁸.

Em 2003, as 100 famílias foram selecionadas e cadastradas, em três bairros da Capital, Maputo (55 famílias em Laulane, 21 famílias em Albazine e 24 famílias em Mahotas). O pagamento das bolsas, realizado pela Embaixada brasileira em Moçambique, foi iniciado a partir de lançamento oficial do projeto, em 4 de março, com a presença do Ministro da Educação de Moçambique e do Secretário Nacional de Alfabetização do Brasil⁷⁹.

Novo ajuste complementar referente ao projeto foi assinado por ocasião da visita do Presidente do Brasil a Moçambique, prevendo a extensão de sua vigência por dois anos e a ampliação, para 400, do número de bolsas oferecidas⁸⁰.

5.4.2.2. Informações de campo e percepções do País

A entrevista relativa ao projeto foi realizada com representantes do Departamento de Planificação, do Ministério da Educação de Moçambique⁸¹, responsáveis pela condução de parte das atividades. Informações complementares foram obtidas junto à Embaixada do Brasil no País.

De acordo com os entrevistados moçambicanos, havia conhecimento prévio do programa brasileiro e o entendimento de sua coerência com uma das diretrizes para a educação em Moçambique, relativa à ampliação do acesso à escola.

A operacionalização do projeto local consistiu no cadastramento inicial de 200 famílias, em três bairros de Maputo, feito mediante utilização de material brasileiro, e na seleção das 100 famílias beneficiárias. O critério inicial para consideração de uma família como potencialmente beneficiária do projeto era uma renda *per capita* mensal de aproximadamente US\$ 15, tendo, porém, sido identificadas e priorizadas famílias sem qualquer rendimento. Em boa parte dos

⁷⁸ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

⁷⁹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁸⁰ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁸¹ Sr. Alberto Cito e Sra Tereza Smith.

casos, as mães inseridas no programa, às quais se orienta o benefício, são as assim chamadas "mães idosas", ou seja, avós encarregadas do cuidado de seus netos.

Os pagamentos a cada mãe são efetuados por funcionária da Embaixada brasileira, juntamente com representante do Ministério da Educação moçambicano, tendo a própria Embaixadora se envolvido na atividade, em uma das oportunidades. Em 2004, mudança na regra de remessa dos recursos, pelo Brasil, resultou em interrupção da concessão da bolsa durante vários meses. Outra mudança, desta feita da funcionária responsável pelas ações de cooperação no País (anteriormente contratada pela ABC), teve como consequência insuficiência de informações históricas, no âmbito da Embaixada, a respeito dos pagamentos efetuados.

À parte moçambicana compete o controle da frequência escolar das crianças incluídas no programa, matriculadas em nove escolas, de modo a definir o direito da mãe ao recebimento, em cada mês. É sua responsabilidade, ainda, a matrícula de crianças que se encontram fora da escola.

Informam os entrevistados que, embora cientes de que a contrapartida da família ao recebimento da bolsa é a frequência da criança à escola, têm procurado visitar as beneficiárias, com o objetivo de identificar eventuais mudanças nas condições materiais de vida, tendo constatado melhorias, em muitos casos. Destacam, ainda, o fato de muitas mães se terem matriculado em programas de alfabetização, fato também ressaltado pela Embaixada.

O entendimento dos responsáveis moçambicanos é o de que o projeto foi concebido como piloto, devendo os resultados do monitoramento e da avaliação subsidiarem a decisão sobre a extensão. (De acordo com funcionários da Embaixada brasileira, previa-se a realização de uma avaliação do projeto a cada seis meses. Nenhuma, porém, chegou a ser efetuada). Afirmam, contudo, que o Governo de Moçambique não tem condições para financiar o programa. Assim, enquanto se desenvolve o projeto de cooperação, "estão pensando em o que fazer", incluindo idéia de eventual envolvimento do setor privado. Revelam estar informados sobre a "assinatura de um novo acordo, para mais 300 famílias, por mais três anos", ressaltando, porém, que, após a visita do Presidente brasileiro ao País, "não ouviram falar mais nada a respeito". De igual forma manifesta-se a Embaixada brasileira.

5.4.3. Projeto Ntwanano

5.4.3.1. Informação documental

O projeto teve início com a assinatura de Memorando de Entendimento entre o Brasil e Moçambique, no âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil, em maio de 2003. Desde setembro de 2002, porém, o Departamento de Pós-Graduação em Epidemiologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolve atividades relacionadas à prevenção e tratamento de HIV / AIDS no País, com financiamento da Fundação Ford e parcerias com o Ministério da Saúde do Brasil e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva. A incorporação do projeto à carteira da CTDP deu-se com a assinatura do ajuste complementar, em novembro de 2003, por ocasião da visita do Presidente do Brasil a Moçambique.

Apoiado nas diretrizes da Coordenação Nacional de DST / AIDS do ministério brasileiro, o projeto objetiva "fortalecer a capacidade gerencial dos diversos atores, governamentais e não-governamentais, envolvidos na construção da resposta nacional moçambicana à epidemia de SIDA; expandir o acesso ao tratamento da SIDA em escala mundial; contribuir para a construção de respostas nacionais à epidemia de SIDA capazes de articular governos e organizações não-governamentais, tendo como referência a proteção dos direitos das pessoas vivendo com HIV e SIDA e a indissociabilidade entre assistência e prevenção⁸²".

Nesse sentido, o projeto vem desenvolvendo as seguintes atividades⁸³:

- treinamento de profissionais de saúde para o manejo clínico de pessoas vivendo com HIV e AIDS, incluindo o uso de anti-retrovirais produzidos no Brasil (a partir da assinatura do ajuste complementar, ocorreu a doação de medicamentos para tratamento de 100 pacientes);
- parcerias com organizações não-governamentais moçambicanas, visando ao fortalecimento de ações de defesa dos direitos das pessoas que vivem com HIV e AIDS;

⁸² Website do Projeto Ntwanano.

⁸³ Website do Projeto Ntwanano.

- transferência de tecnologia nas áreas de logística e de produção de medicamentos, bem como práticas de gestão e avaliação de programas de cuidado às pessoas que vivem com HIV e AIDS.

O ajuste complementar assinado em novembro de 2003 prevê a implantação de uma fábrica de medicamentos genéricos anti-retrovirais em Maputo, com projeto a cargo do Brasil⁸⁴.

5.4.3.2. Informações de campo e percepções do País

A entrevista relativa ao projeto foi realizada com integrante do Programa Nacional de Combate ao HIV / SIDA, do Ministério da Saúde de Moçambique. Importante contribuição foi oferecida pelo Conselheiro da Embaixada do Brasil⁸⁵.

O Programa Nacional de Combate ao HIV / SIDA apóia-se em um plano estratégico nacional e coordena várias linhas de cooperação (de diferentes países, do Fundo Global de Combate à AIDS, do escritório local do PNUD e de outras agências das Nações Unidas) e vários núcleos de ação, representados, essencialmente, pelo setor público de saúde e pelas comunidades. O setor privado, emergente no país (a oferta de serviços privados de saúde data de 10 ou 15 anos) e restrito às grandes cidades, vem sendo gradualmente integrado, tanto na área médica, como na farmacêutica.

Até o ano de 2004, as ações do Programa concentravam-se na prevenção e no tratamento de doenças oportunistas. Neste ano, foram iniciados os tratamentos com medicamentos anti-retrovirais, providos por 21 hospitais do País (no conceito de "hospital - dia").

Junto aos hospitais, organizam-se as redes integradas, dedicadas a três grandes linhas de ação: prevenção geral, prevenção da transmissão vertical e tratamento. A ligação com as comunidades é feita por ativistas voluntários, previamente capacitados, que se dedicam a cuidados domiciliares, e por um Conselho de Líderes Comunitários (atualmente, com cerca de 3.000 integrantes), capacitados por ONGs que atuam na área de prevenção. O principal

⁸⁴ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁸⁵ A entrevista foi realizada com o Dr. Mouzinho A O Saíde. O Conselheiro Francisco Carlos Soares Luz ajudou a esclarecer vários aspectos da cooperação.

mecanismo de coordenação das ações consiste nas reuniões das redes integradas, realizadas trimestralmente.

Além da persistência na prevenção, mediante informação, educação e comunicação, o Programa vem colocando ênfase na formação de profissionais de saúde, especialmente médicos, para o tratamento: 250 médicos já foram capacitados (o País possui apenas cerca de 600 médicos) e a atividade vem tendo continuidade, por meio da atuação de dois grupos de formadores.

O Projeto Ntwanano, que consubstancia a cooperação brasileira na área de combate ao HIV / AIDS, consiste em uma das iniciativas integradas ao Programa Nacional. O entrevistado mostrou dispor de escassas informações sobre a cooperação brasileira, resumindo, uma vez solicitado, as áreas de atuação – capacitação de médicos, apoio a cuidados domiciliares e apoio a atividades de pesquisa – sem comentários sobre benefícios produzidos ou ajustes necessários. Registrou estar informado a respeito das perspectivas da cooperação, relativas a monitoramento e avaliação do Programa, em seu conjunto, bem como a instalação de laboratório de controle de qualidade de medicamentos adquiridos pelo País e de planta industrial produtora.

A Embaixada brasileira acompanha, atualmente, a chegada dos medicamentos anti-retrovirais doados pelo Brasil para tratamento de 100 pacientes. Observa o Conselheiro – estudioso do tema e cujo deslocamento para Moçambique foi motivado, principalmente, pela perspectiva de instalação da fábrica – o acerto da linha até o momento adotada pela cooperação, concentrada na capacitação de médicos, para o tratamento, e das comunidades, para a prevenção e os cuidados domiciliares.

Algumas questões de ordem prática são comentadas, relativamente aos medicamentos. Além do custo mais elevado dos medicamentos brasileiros (seja em função da origem dos princípios ativos, seja em razão da distância em relação a Moçambique), comparado aos produzidos na Índia, por exemplo, coloca-se o fato de que são mais difíceis de controlar e administrar. A Índia já produz medicamentos cuja forma de apresentação exige a ingestão de apenas dois comprimidos diários, enquanto alguns correspondentes brasileiros obrigam ao uso de 21 comprimidos, adicionalmente não diferenciados por cores. Dado o inexistente ou baixíssimo grau de escolaridade da população, o tratamento com medicamentos brasileiros torna-se, assim, muito mais complexo que alternativas apresentadas por outros países.

No que respeita à produção e controle locais de medicamentos, entende o Conselheiro que a prioridade consiste na montagem do laboratório de controle de qualidade, dadas as sérias conseqüências que podem advir da ausência de testes, precedendo a utilização nos tratamentos. De qualquer modo, a Embaixada padece de completa falta de informação a respeito do estágio em que se encontram, no Brasil, as providências destinadas a por em marcha uma nova fase da cooperação no campo do HIV / AIDS.

5.5. Visão geral da cooperação técnica com a Bolívia

A Bolívia é o país com o maior número de projetos de cooperação técnica registrados na carteira da ABC. Desse elenco, fazem parte 14 projetos, concentrados nas áreas de agropecuária e meio ambiente, e duas atividades isoladas. De modo geral, tratam-se de pequenos projetos, com o valor da cooperação brasileira oscilando entre US\$ 10,000 e US\$ 20,000.

À exceção de projeto concluído em 2001, os demais foram focalizados na visita realizada à Bolívia, no âmbito da avaliação do *Projeto BRA/98/004*, e são detalhados mais adiante. O projeto remanescente, *Transferência de Tecnologia nas Áreas de Horticultura, Fruticultura e Grandes Culturas*, foi desenvolvido entre dezembro de 1997 e dezembro de 2001, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, tendo como contrapartes bolivianas o Centro de Investigación Agrícola Tropical, a Asociación Nacional de los Productores de Oleaginosas y Trigo e o Instituto de Investigación Agrícola EL Vallecito. Seu objetivo foi o de "desenvolver, implementar e divulgar técnicas de produção de hortaliças, frutas e grãos, na região de Santa Cruz de la Sierra, por meio da transferência de tecnologia e da capacitação de recursos humanos"⁸⁶. As informações relativas ao valor da cooperação brasileira apresentam incongruência entre as fontes consultadas⁸⁷.

As atividades isoladas realizadas foram as que seguem. Em 2002, a participação no *Congresso Boliviano de Gastroenterologia e Endoscopia Digestiva*, com o objetivo de "promover os avanços da especialidade de gastroenterologia entre os médicos do país e

⁸⁶ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

⁸⁷ No material fornecido pela ABC, correspondente à carteira de projetos, o valor da cooperação brasileira é de US\$ 6,605; no documento relativo à Revisão G do Projeto BRA/98/004, o orçamento total é de US\$ 118,050 e o valor da cooperação brasileira de US\$ 86,750.

estimular as relações médio-científicas entre Brasil e Bolívia"⁸⁸. Em 2003, a *Transferência de Metodologia da Pastoral da Criança do Brasil para a Pastoral del Niño da Bolívia*, com o objetivo de "apoiar ... a formação e o funcionamento de dioceses de referência, para multiplicar o modelo da metodologia a outras dioceses do país". A atividade foi realizada por meio de missões de capacitadoras a Cochabamba, La Paz e Santa Cruz de la Sierra.

São, ainda mencionadas, nos documentos ABC - PNUD utilizados como fontes de informação, propostas de cooperação que não chegaram a ser efetivadas. São elas: *Manejo do Cultivo e Técnicas de Propagação do Caju; Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia para o Aumento da Produtividade de Pequenos Produtores de Arroz em Santa Cruz; Assistência Técnica do SEBRAE do Brasil; e Programa com o Canadá*.

O projeto *Manejo do Cultivo e Técnicas de Propagação do Caju*, a ser executado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, tendo como contrapartes bolivianas a Asociación de Grupos Mancomunados de Trabajo e o Centro de Investigación Agrícola Tropical, visaria "à retomada da produção orgânica de caju na região, diversificando a produção agrícola atual (café)". No segundo semestre de 2001, encontrava-se em reformulação, não havendo informações adicionais a seu respeito⁸⁹.

O projeto *Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia para o Aumento da Produtividade de Pequenos Produtores de Arroz em Santa Cruz* seria executado, igualmente, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em conjunto com o Centro de Investigación Agrícola Tropical da Bolívia, tendo como objetivo "o aumento da produção de arroz no país, especialmente por meio de técnicas de melhoramento e manejo da cultura". Prevendo uma pequena participação financeira da cooperação brasileira (correspondente a 4% do orçamento previsto), o projeto encontrava-se também em reformulação, no segundo semestre de 2001, não havendo informações adicionais a seu respeito⁹⁰.

A proposta para *Assistência Técnica do SEBRAE do Brasil* foi discutida durante missão brasileira ao País, realizada no final do ano 2000, e destinar-se-ia a "fortalecer a capacidade

⁸⁸ Agência Brasileira de Cooperação. Carteira de projetos e atividades.

⁸⁹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

⁹⁰ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

técnica do Vice-Ministério de Microempresa, como entidade promotora do segmento de PME nos aspectos relativos à criação, implementação e administração de mecanismos de informação de e para a micro e pequena empresa boliviana". Em que pese o documento fonte da informação ser datado de agosto de 2001, o registro referente à situação do projeto mencionava que a proposta seria "detalhada por ocasião de nova missão, a ser realizada no primeiro trimestre de 2001". Não foram encontradas informações adicionais a respeito dos rumos tomados pela proposta⁹¹.

No que se refere ao *Programa com o Canadá*, consta que: "Em encontro entre o Diretor Geral da ABC e representantes do Governo Canadense, em novembro de 2001, foi manifestado interesse bilateral em desenvolver atividades de cooperação triangular na América Latina, tendo sido escolhido como primeiro beneficiário desta iniciativa, a Bolívia ... Tendo em vista a necessidade da Bolívia de recuperar áreas degradadas pela mineração, e o sucesso obtido pelo projeto Recuperação de Áreas Mineradas, implementado no âmbito da cooperação recebida Brasil - Canadá, pelo Centro de Tecnologia Mineral - CETEM e pelo Centro Canadense para Tecnologia Mineral e de Energia - CANMET, acordou-se que esta área será enfocada nesta primeira iniciativa de cooperação triangular Brasil - Canadá. Em 2003, após o êxito da primeira visita técnica brasileira e canadense à Bolívia, na qual se elaborou o primeiro esboço do referido projeto, realizou-se a segunda missão... (estando) o texto (do) ajuste complementar ... em análise na ABC. Em 7 de outubro (de 2003), realizou-se reunião, na ABC, com representante da Agência Canadense de Cooperação Internacional - CIDA, que manifestou interesse em dar continuidade ao projeto⁹²". Não há informações recentes sobre a situação da iniciativa.

⁹¹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Revisão G, agosto de 2001.

⁹² Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

5.6. Projetos da cooperação técnica com a Bolívia focalizados

5.6.1. Projetos na área agropecuária

5.6.1.1. Informação documental

São cinco os projetos em andamento, na área agropecuária, desenvolvidos junto ao Ministério de Assuntos Camponeses e Agropecuários da Bolívia: *Apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa*; *Transferência de Tecnologia para Apoiar a Competitividade do Circuito Produtivo do Café na Região de Yungas*; *Capacitação e Transferência de Tecnologia no Cultivo e Processamento de Frutas Tropicais em Chapare e Yungas*; *Controle do Bicudo do Algodoeiro e Caracterização de Área Livre da Praga*; e *Capacitação e Transferência de Tecnologia no Cultivo do Palmito em Chapare*.

O projeto *Apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa* é executado, pelo lado brasileiro, pelo Departamento de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e objetiva "transferir tecnologia para apoiar a definição de estratégias para prevenção e controle da febre aftosa, fortalecendo o programa iniciado pelo Governo Boliviano para erradicação da doença". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 22,280, dois quais 50% foram executados. Ajuste complementar de prorrogação do projeto, até o final de 2005, foi firmado por ocasião da visita do Presidente da Bolívia ao Brasil, em novembro de 2003⁹³.

Sob responsabilidade da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG e da Universidade Federal de Viçosa, o projeto *Transferência de Tecnologia para Apoiar a Competitividade do Circuito Produtivo do Café na Região de Yungas* "visa aperfeiçoar os conhecimentos dos produtores da região de Yungas no manejo tecnológico do café, nas fases de produção, industrialização e comercialização". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 19,420, dois quais 67% foram executados. Ajuste complementar de prorrogação do projeto, até o final de 2005, foi firmado por ocasião da visita do Presidente da Bolívia ao Brasil, em novembro de 2003⁹⁴.

⁹³ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁹⁴ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

O projeto *Capacitação e Transferência de Tecnologia no Cultivo e Processamento de Frutas Tropicais em Chapare e Yungas* é desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Considerando "os incentivos do Governo Boliviano a cultivos alternativos, especialmente para redução dos cultivos ilícitos, o projeto tem por objetivo capacitar técnicos e transferir tecnologia em cultivo, manejo fitossanitário, processamento e comercialização de frutas tropicais no Chapare e nos Yungas de La Paz, com vistas a incrementar a oferta destes produtos na Bolívia". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 16,780, dois quais 56% foram executados. Ajuste complementar de prorrogação do projeto, até o final de 2005, foi firmado por ocasião da visita do Presidente da Bolívia ao Brasil, em novembro de 2003⁹⁵.

Executado pelo Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o projeto *Controle do Bicudo do Algodoeiro e Caracterização de Área Livre da Praga* "visa o planejamento, gestão e emprego de medidas fitossanitárias para estabelecimento e manutenção de área livre do bicudo do algodão na zona fronteira com o Brasil". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 10,720. De acordo com os dados fornecidos pela ABC, não há execução orçamentária. Ajuste complementar de prorrogação do projeto, até o final de 2005, foi firmado por ocasião da visita do Presidente da Bolívia ao Brasil, em novembro de 2003⁹⁶.

Desenvolvido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, o projeto *Capacitação e Transferência de Tecnologia no Cultivo do Palmito em Chapare* visa apoiar, mediante transferência de tecnologias em manejo agrônomo, manejo fitossanitário, processamento e comercialização, a ampliação do cultivo palmito na região do Chapare. Como resultado, espera-se consolidar a cadeia produtiva de um dos cultivos de maior importância econômica, assim como proporcionar alternativa de cultivo lícito para a população assentada nesta região". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 11,980, dois quais 42%

⁹⁵ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁹⁶ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

foram executados. Ajuste complementar de prorrogação do projeto, até o final de 2005, foi firmado por ocasião da visita do Presidente da Bolívia ao Brasil, em novembro de 2003⁹⁷.

5.6.1.2. Informações de campo e percepções do País

Para tratar dos projetos de cooperação na área agropecuária, foi realizada reunião com representantes do Vice - Ministério de Desenvolvimento Alternativo e do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar - SENASAG, órgãos do Ministério de Assuntos Camponeses e Agropecuários, presente, também, representante do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia⁹⁸.

De modo geral, os entrevistados percebem resultados positivos dos cinco projetos de cooperação técnica em desenvolvimento com o Brasil e anotam o fato de, por meio deles, terem estabelecido relacionamento com a EMBRAPA.

Os projetos de culturas de frutas, palmito, café e algodão propiciaram a realização de diagnóstico local, pelas instituições executoras brasileiras, e a capacitação de técnicos, no Brasil. Tais projetos contam entre as ações destinadas a promover o desenvolvimento alternativo, visando à substituição de cultivos ilícitos de coca, pelas populações residentes nas áreas focalizadas. Essa linha de trabalho recebe vários apoios internacionais, entre os quais da USAID, da Agência de Cooperação Espanhola e da União Européia.

O projeto de erradicação da febre aftosa, que incluiu educação sanitária, caracterização epidemiológica e a doação, pelo Brasil, de 1,5 milhão de doses de vacina, colaborou para a caracterização da primeira zona livre da doença, no País, certificada internacionalmente, desde 2003.

Os entrevistados destacam, porém, dois aspectos. Em primeiro lugar, a necessidade de que "o País faça sua parte", comentando que está em formulação a política agropecuária boliviana, cujos traços principais devem ser o desenvolvimento de capacidades locais, a transferência de recursos e o enfoque de cadeias produtivas.

⁹⁷ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

⁹⁸ Edgar Perez, Encarregado dos Projetos Yungas; Marcelo Lara, Coordenador Interinstitucional - SENASAG; Alfredo Zarate, Diretor da Unidade Agrícola - Florestal; Armando Sanchez, integrante da Unidade Agrícola - Florestal; Juan Carlos Zapana, integrante da Unidade de Tecnologia e Sanidade; Delman Escobar Saraiva, representante do Ministério das Relações Exteriores.

Este é, exatamente, o segundo ponto reiteradamente destacado: a necessidade de que os projetos agropecuários se desenvolvam de acordo com o *enfoque de cadeias produtivas*, de modo a estimular os produtores a manterem os ganhos obtidos no cultivo / criação. Assim, são mencionadas iniciativas e idéias complementares aos projetos em desenvolvimento, tais como: instalação de fábrica de desidratação de frutas e contatos com empresas brasileiras e européias para exportação (iniciativas); produção de cafés especiais para mercados específicos e intercâmbio de genética bovina (idéias).

Note-se, finalmente, que há ações por realizar em todos os projetos e que os entrevistados manifestam falta de orientação a respeito de como dar-lhes prosseguimento.

5.6.2. Projetos na área de meio ambiente

5.6.2.1. Informação documental

São, também, cinco os projetos na área de meio ambiente, conduzidos em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Planejamento da Bolívia: *Legislação dos Recursos Hídricos; Sistema de Alerta e Monitoramento de Incêndios Florestais; Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Bacia Alta do Rio Paraguai; Melhoramento de Procedimentos para a Gestão Ambiental na Bolívia; e Manejo da Fauna Silvestre.*

Sob responsabilidade, pelo lado brasileiro, da Agência Nacional de Águas - ANA, o projeto *Legislação dos Recursos Hídricos* tem por objetivo "proporcionar intercâmbio de experiências na formulação de lei, instrumento fundamental para normatizar e regulamentar a utilização racional e sustentável desse recurso natural, no País". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 8,250, tendo sido executados 58%. O projeto aparece duas vezes, com códigos diferentes e distintos períodos de execução, nos dados relativos à carteira de projetos, fornecidos pela ABC. No Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, relativo ao ano de 2003, é considerado concluído.

Desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o projeto *Sistema de Alerta e Monitoramento de Incêndios Florestais* "pretende capacitar técnicos para a implementação de sistemas de alerta e monitoramento de incêndios florestais, o que permitirá definir planos e estratégias para mitigação de incêndios e reduzir perdas econômicas, ecológicas, humanas e da saúde, ocasionadas por esse tipo de desastre natural, na Bolívia". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 10,480,

tendo sido executados 21%. No Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, relativo ao ano de 2003, o projeto é considerado concluído.

Também sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas - ANA, o projeto *Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Bacia Alta do Rio Paraguai* "visa elaborar um sistema de monitoramento hidrológico na Bacia Alta do Rio Paraguai, que compreende territórios brasileiro (80%) e boliviano (10%)". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 29,500. De acordo com os dados fornecidos pela ABC, não há execução orçamentária. No Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, relativo ao ano de 2003, o projeto é considerado como "retirado de pauta", tendo em vista que a vigência do respectivo ajuste complementar expirou em junho de 2003.

Executado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, o projeto *Melhoramento de Procedimentos para a Gestão Ambiental na Bolívia* "tem por objetivo desenvolver procedimentos de avaliação de impacto ambiental e sistemas informatizados de licenciamento e fiscalização da gestão ambiental, que permitirão o acesso a informação no âmbito nacional, assim como possibilitarão a participação descentralizada de reguladores e regulados". O valor da cooperação brasileira é de US\$ 23,645 e, de acordo com os dados fornecidos pela ABC, o orçamento foi integralmente executado. No Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, relativo ao ano de 2003, o projeto é considerado concluído.

Desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o projeto *Manejo da Fauna Silvestre* "visa transferir tecnologias em manejo sustentável da fauna silvestre, em especial para a região de fronteira, assim como capacitar técnicos em controle e fiscalização da fauna". O valor da cooperação brasileira está orçado em US\$ 47,400. De acordo com os dados fornecidos pela ABC, não há execução orçamentária. Ajuste complementar de prorrogação do projeto, até o final de 2005, foi firmado por ocasião da visita do Presidente da Bolívia ao Brasil, em novembro de 2003⁹⁹.

⁹⁹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

5.6.2.2. Informações de campo e percepções do País

Os projetos na área de meio ambiente foram discutidos em reunião realizada com representantes de diferentes áreas do Ministério de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento da Bolívia¹⁰⁰.

De modo geral, os projetos não apresentam bom desempenho e há divergência de percepção a respeito do estágio de vários deles, entre a ABC e a contraparte boliviana.

O projeto *Legislação de Recursos Hídricos*, considerado concluído pela ABC, é tido como incompleto pelos entrevistados, dado que ficou pendente a capacitação de técnicos, no Brasil, não realizada por falta de recursos do Governo Boliviano para pagamento de passagens e diárias. O seminário realizado no âmbito do projeto contribuiu para aperfeiçoar o documento de proposta boliviana, que está em negociação, no País. Os elementos obtidos têm sido úteis, também, para formulação de proposta de criação, na Bolívia, de uma Agência Nacional de Águas. O projeto ensejou, ainda, a aproximação com a ANA brasileira, com a qual vêm sendo mantidos contatos, fora do âmbito da cooperação coordenada pela ABC.

O projeto *Sistema de Alerta e Monitoramento de Incêndios Florestais*, também registrado como concluído, pela ABC, não chegou a ser iniciado, segundo os entrevistados, também por insuficiência financeira do lado boliviano.

O projeto *Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Bacia Alta do Rio Paraguai* é considerado pela ABC como cancelado ou "retirado de pauta". De acordo com os entrevistados, existe um Memorando de Entendimento entre Brasil, Bolívia e Paraguai, e ações estão sendo desenvolvidas, com recursos do Governo Francês. A cooperação francesa também está financiando a construção de estações de observação que farão uso de satélite brasileiro, da Agência Nacional de Águas - ANA. A previsão era de que o projeto apoiasse a capacitação de técnicos, no Brasil, bem como a implantação de um sistema de informações. A mencionada capacitação, contudo, deixou de ser realizada, por falta de recursos do Governo Boliviano para pagamento de passagens e diárias.

¹⁰⁰ Paola Riveros Haydar, Responsável pelo Monitoramento e Planejamento, do Vice - Ministério de Recursos Naturais; Luiz Fernando Terceros, Chefe da Unidade de Vida Silvestre; Saul Arias, Coordenador da CITES (fauna); Eduardo Zaconeta, Encarregado da Área Multi-setorial; David Riveros, Especialista em Planejamento e Gestão de Bacias; Giovanni Altuzarra, Responsável pela Área de Recursos Hídricos.

O projeto *Melhoramento de Procedimentos para a Gestão Ambiental na Bolívia*, considerado pela ABC como concluído, é visto pelos bolivianos como "o projeto mais avançado, com cerca de 80% do que foi previsto tendo sido realizado". De acordo com os entrevistados, para a complementação do projeto falta o fornecimento, pelo Brasil, de um sistema informatizado.

Há concordância, finalmente, com relação ao projeto *Manejo da Fauna Silvestre*, a ser desenvolvido na área de Santa Cruz de la Sierra, e não iniciado por não ter sido contemplado na previsão orçamentária da Prefeitura local.

De modo geral, os entrevistados atribuem a dificuldades de seu próprio Governo o fraco desempenho dos projetos, especialmente em função da falta de recursos para viabilizar a capacitação de técnicos, no Brasil, e da instabilidade do pessoal envolvido com as atividades, dado que 75% dos técnicos do Ministério são pagos com recursos da cooperação internacional.

Revelam, por outro lado, não saberem, exatamente, a que instância brasileira devem se dirigir, para a discussão de pendências e dificuldades dos projetos de cooperação.

5.6.3. Projetos na área da saúde

5.6.3.1. Informação documental

São dois os projetos na área da saúde: Prevenção e Controle de DST / HIV / AIDS na Bolívia; e Estruturação de Centro de Referência para Queimados.

Desenvolvido pela Coordenação Nacional de DST / AIDS do Ministério da Saúde, tendo com contraparte o Ministério da Saúde boliviano, o projeto *Prevenção e Controle de DST / HIV / AIDS na Bolívia* visa "fortalecer a capacidade de resposta nacional do Programa da Bolívia ante a epidemia de AIDS, mediante adoção de sistema atualizado de vigilância epidemiológica, articulação com a sociedade civil e plano integral de atenção a pessoas vivendo com HIV / AIDS¹⁰¹". Nos registros da ABC relativos à carteira de projetos, o valor da cooperação brasileira é de apenas US\$ 2,160, sem execução orçamentária. Nesse registro, o objetivo do projeto é descrito como "viabilizar a participação de técnico da ABC na missão de avaliação do projeto" e a data de término é abril de 2004. De acordo com o Relatório de Progresso do *Projeto*

¹⁰¹ Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD**, Relatório de Progresso, 2003.

BRA/98/004, relativo ao ano de 2003, ajuste complementar foi assinado em abril desse ano, prorrogando o projeto até abril de 2005.

Sob responsabilidade, do lado brasileiro, da Universidade Gama Filho, tendo como contraparte boliviana a Fundação Pró-Centro de Queimados e o Ministério da Saúde, o projeto *Estruturação de Centro de Referência para Queimados* "contempla a atualização do diagnóstico da situação epidemiológica e assistencial das queimaduras na Bolívia, formação, capacitação e assessoramento de recursos humanos em áreas multidisciplinares relacionadas à problemática da atenção ao queimado e seu tratamento e reabilitação. Visa, também, capacitar profissionais de saúde em assistência a queimados, implementar banco de dados e realizar estudo para a estruturação do Centro de Referência de Queimados". Embora apareça no Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, relativo ao ano de 2003, o projeto não consta dos registros da ABC relativos à carteira da cooperação, não havendo dados relativos à previsão orçamentária. De acordo com o mencionado Relatório, ajuste complementar de prorrogação do projeto, até novembro de 2005, foi firmado por ocasião da visita do Presidente da Bolívia ao Brasil, em novembro de 2003.

5.6.3.2. Informações de campo e percepções do País

A entrevista relativa ao projeto *Prevenção e Controle de DST / HIV / AIDS* foi realizada com a responsável pelo programa boliviano, do Ministério da Saúde local¹⁰².

O País conta com um Programa Nacional e com nove Programas Departamentais de prevenção e controle de HIV / AIDS, cada um dos quais dispendo de um centro de atenção a pessoas infectadas.

A cooperação brasileira se insere em um conjunto de ações que recebem apoio do Departamento para o Desenvolvimento Internacional - DFID, do Reino Unido; da GTZ alemã e da USAID, e tem se desenvolvido mediante capacitação de recursos humanos para atenção integral a pessoas vivendo com HIV / AIDS, fornecimento de manual de vigilância epidemiológica e articulação com a sociedade civil, mediante capacitação de ONGs. Há, ainda, compromisso brasileiro de fornecimento de 400 tratamentos.

¹⁰² Dra Mirian Cuéllar.

A entrevistada manifesta satisfação com os resultados da cooperação e informa existir "comunicação muito fluida entre os Ministérios da Saúde, do Brasil e da Bolívia".

As informações relativas ao projeto *Estruturação de Centro de Referência para Queimados* foram obtidas junto a integrantes da Fundação Pró - Centro de Queimados¹⁰³.

Desde 1975, a Fundação realiza atividades de prevenção de queimaduras e assistência a queimados, valendo-se, em determinadas épocas, de instalações do Hospital del Niño e do Hospital das Clínicas, para a atenção médica. Desde o ano 2000, mantém, em convênio com uma Federação de Trabalhadores, consultório e centro de prevenção, na cidade de El Alto, vizinha a La Paz.

Em 2001, produziu-se um acordo com o Governo da Bélgica, para instalação, em La Paz, de um hospital especializado no atendimento a queimados, inexistente no País. O acordo prevê a doação de equipamentos, o envio de especialistas e a oferta de bolsas de estudos, pela cooperação belga, cabendo ao Governo Boliviano proporcionar a infra-estrutura para instalação do centro de referência.

É nesse contexto que surge o projeto de cooperação brasileira, discutido durante o ano de 2002, com os objetivos mencionados, entre os quais se incluíam as especificações para estruturação do Centro de Queimados a ser instalado.

Nenhuma das duas linhas de cooperação, contudo, teve continuidade, tendo em vista o Ministério da Saúde boliviano não ter tornado disponível o imóvel para instalação do centro. Na ocasião da entrevista, as representantes da Fundação aguardavam resposta das autoridades de saúde do País, a respeito do assunto.

5.6.4. Projetos na área de administração pública

5.6.4.1. Informação documental

Com execução atribuída à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo como contraparte o Ministério da Fazenda da Bolívia, o projeto *Sistema Eletrônico de Contratações Estatais* "tem por objetivo estruturar modelo tecnológico do sistema boliviano de compras estatais por meios eletrônicos

¹⁰³ Dra Dyrce Ocampo e Dra Wilma Lopez de Benavides.

(Siasg / Comprasnet), ... (de modo a alcançar) a utilização eficiente dos recursos estatais destinados a compras e contratações de bens e serviços, dando transparência às transações entre o setor público e privado". O valor da cooperação brasileira é de US\$ 3,800, sem execução orçamentária. De acordo com o Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, relativo ao ano de 2003, ajuste complementar foi assinado em abril desse ano, prorrogando o projeto até abril de 2005.

5.6.4.2. Informações de campo e percepções do País

A entrevista relativa ao projeto foi feita com integrantes do Ministério da Fazenda, responsáveis pelas atividades de contratos e aquisições e de sistemas de informações¹⁰⁴.

A atividade realizada no âmbito da cooperação consistiu em um teste-piloto do sistema brasileiro "Comprasnet", na Bolívia, no qual ficaram demonstrados vários problemas impeditivos de eventual customização e implantação: problemas de conectividade; diferenças nos processos de licitações bolivianos, em relação aos brasileiros, suportados pelo sistema; pequena quantidade de processos e de licitantes. Adicionalmente, o País não dispunha de normas específicas para os processos de aquisições, a serem refletidas no sistema informatizado.

Dessa forma, em que pese o interesse do Governo Boliviano em um sistema que garanta agilidade e transparência, evidenciou-se a inadequação de implantação do sistema brasileiro. A área responsável tem se dedicado à elaboração das normas; foi feita a tradução, "para o boliviano", de catálogo de produtos doado pela Argentina; as licitações abertas passaram a ser divulgadas na *web*. Concluídas essas atividades preparatórias, é intenção da área desenvolver um sistema informatizado próprio, adequado a suas reais necessidades, e propor reformulação do projeto da cooperação brasileira.

¹⁰⁴ Sras. Claudia Avila, Rosa Villanueva, Violeta Peñoranda e Ximena Espinoza.

6. CONCLUSÕES

Este segmento busca elaborar julgamentos e recomendações relativos ao *Projeto BRA/98/004*, a partir das informações analisadas e situações vivenciadas.

No que tange às realizações do Projeto *BRA/98/00*, pode-se afirmar, em termos gerais, que as metas relativas a atividades e produtos atingidas no seu âmbito encontram-se bastante próximas do planejado ou que o planejamento foi bastante realista.

Identificação e operacionalização de projetos

O exame das informações relativas aos principais resultados esperados do *Projeto BRA/98/004*, quais sejam, *identificação e operacionalização de projetos* de cooperação técnica horizontal, feito com base nos dados disponíveis, mostrou, por sua vez, como traços principais, os seguintes:

- nos anos 2001 e 2003, utilizados como "amostra" da atividade de identificação de oportunidades de cooperação técnica com outros países em desenvolvimento, 153 possíveis ações foram identificadas, principalmente junto a países da América do Sul, e nas áreas de saúde; agricultura, agropecuária, pecuária e pesca; e meio ambiente. Dessas, 30% chegaram a ser cadastradas como projetos operacionalizados.
- Considerando-se as ações concluídas entre 1998 e 2002 e aquelas componentes da carteira atual da cooperação técnica, 187 projetos e atividades isoladas chegaram a ser operacionalizados no âmbito do *Projeto BRA/98/004*. Da carteira atual, constam 18 projetos concluídos e apenas oito iniciados no ano de 2004.
- A América do Sul destaca-se pelo número de iniciativas de cooperação desenvolvidas ou em desenvolvimento. Considerando-se os três grupos de países analisados, é para a África, porém, que se dirige o maior volume de recursos. Individualmente, os países com maiores dotações orçamentárias são o Timor Leste e Angola que, juntos, consomem mais da metade dos cerca de nove milhões de dólares que compõem o orçamento total da carteira.
- A área de agricultura, agropecuária, pecuária e pesca destaca-se, em termos de quantidade de ações, em todas as linhas de análise adotadas: projetos identificados,

projetos "antigos" e carteira atual. É, contudo, a área de educação e formação profissional que absorve a maior parte dos recursos destinados à cooperação. Apenas os centros de formação profissional em instalação em quatro países estão consumindo 46% de tais recursos, contrariando a afirmação de que a cooperação brasileira, seguindo os preceitos da cooperação Sul – Sul, se faz mediante intensa alocação de horas técnicas e "pequenas doações de equipamentos".

- Alfabetização de jovens e adultos, Bolsa-Escola e prevenção e tratamento de DST / HIV / AIDS são os projetos mais reiteradamente disseminados, em linha com a estratégia de transferir – "e replicar, tanto quanto possível" – experiências que permitam aplicação imediata e exijam alterações mínimas.
- As instituições nacionais executoras de projetos de cooperação técnica são, predominantemente, órgãos públicos.

Do quadro resumido, destacam-se alguns aspectos a serem considerados.

Em primeiro lugar, evidenciou-se, de modo muito claro, a *fragilidade das informações disponíveis*, o que aponta para a precariedade do monitoramento e, certamente, para problemas de gerenciamento das atividades. Em um campo como a cooperação técnica, no qual as atividades ocorrem à distância, envolvendo um razoável número de países e, igualmente, de distintas instituições executoras, informação é o elemento crucial para o processo de gestão. Além da falta de sistemas de informação adequados, ainda no que respeita ao monitoramento e à avaliação das atividades de cooperação, cuja sistematização era resultado esperado da execução do *Projeto BRA/98/004*, o manuseio de pastas de arquivamento de documentos (cuja sistemática não favorece a localização de informações relevantes), para alguns países, mostrou existirem para apenas um deles os "relatórios de progresso" que deveriam ser elaborados pelas instituições executoras de ambas as partes (ver Anexo I). Também não estão disponíveis, de forma sistemática, resultados de avaliações destinadas a aferir "a capacidade de absorção dos conhecimentos, por parte da instituição beneficiária" (ver Anexo I). Essas situações levam à conclusão de que o aperfeiçoamento da capacidade de gestão da cooperação técnica, por parte da ABC, é um resultado não plenamente atingido, no âmbito do *Projeto BRA/98/004*.

Em segundo lugar, revela-se um também *assistemático trabalho de identificação interna de experiências exitosas* a serem compartilhadas com outros países em desenvolvimento. Conforme já se observou em mais de uma oportunidade, a consolidação e o registro dessas

experiências, importante subproduto da cooperação, não chegaram a ser realizados. Os projetos da área mais reiteradamente presente – agricultura, agropecuária, pecuária e pesca – tendem a ser pontuais e desenvolvidos com poucos recursos. Algumas iniciativas passaram a ser reiteradamente replicadas e, entre essas, é motivo de certa estranheza o fato de que os projetos que se realizam no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Internacional do Ministério da Saúde constem do Relatório de Progresso do *Projeto BRA/98/004*, mas não estejam "cadastrados" na relação da ABC. No que se refere às instituições executoras, o setor privado encontra-se virtualmente ausente do processo de transferência de experiências.

Em terceiro lugar, parece ser necessário reconsiderar a *destinação de um enorme volume de recursos* ("enorme", quando comparado ao orçamento total da carteira da cooperação) para a montagem de centros de formação profissional, seja em função dos princípios que orientam a cooperação Sul – Sul, do impacto dessa decisão sobre outras iniciativas de cooperação, ou dos riscos que representa a imobilização.

Casos analisados: Angola, Moçambique e Bolívia

No que concerne aos casos analisados, as principais conclusões estão apresentadas a seguir. Na medida que a CTPD se orienta, fundamentalmente, para o *desenvolvimento de capacidades*, como condição imprescindível para a sustentação das atividades iniciadas no âmbito da cooperação, esse é o aspecto destacado nos comentários. Busca-se, especialmente, indicações de possibilidades de melhoria nos *processos de trabalho* da Agência Brasileira de Cooperação, que tenham a potencialidade de influir positivamente no alcance daquele resultado.

Sob esse enfoque, a análise da cooperação técnica horizontal com *Angola* e com *Moçambique*, feita a partir de exame documental e da captação de informações e de percepções dos beneficiários, em campo, mostrou a existência de resultados positivos, ao lado de aspectos passíveis de revisão.

O *Centro de Formação Profissional Angola - Brasil*, em Luanda, é, sem dúvida, merecedor dos elogios que lhe são feitos. Em seis anos, o Brasil, por intermédio do SENAI, instalou e pôs em funcionamento uma unidade que reflete os princípios de trabalho da instituição brasileira: equipamentos adequados e suficientes, formação teórico - prática, formadores capacitados, planejamento da atividade didática, sentido de ordem e limpeza. As

ocupações ensinadas são básicas e, provavelmente, adequadas ao momento de reorganização social e econômica pelo qual passa o País. Ademais, a cooperação brasileira colaborou na formação de formadores e deixa em Angola, estruturada, metodologia de formação profissional amplamente testada no Brasil. Por certo, para tanto, fugiu a iniciativa à premissa de prestar "intensa cooperação sob a forma de horas técnicas ... e pequenas doações de equipamentos". Considerados os valores usuais dos projetos de cooperação horizontal brasileira, o CFP do Cazenga representa uma vultuosa inversão.

O que pode ser objeto de questionamento e reflexão não é, portanto, o Centro em si mesmo, mas a opção brasileira de contribuição à formulação e execução de uma política de formação profissional em Angola. As entrevistas com vários envolvidos no projeto revelaram as tensões que usualmente se fazem presentes no campo da formação profissional: financiamento público ou privado, orientação para o mercado de trabalho ou para a "inclusão social". Uma grande empresa brasileira, com prolongada vivência no País, percebe a falta de mecanismos sistêmicos, que favoreçam a sinergia entre diversos atores e a aproximação entre o setor público e o setor privado. Não há informações sobre o destino dos egressados, especialmente considerando-se que, nas condições de Angola, os cursos só podem ser freqüentados por uma "elite", dada a exigência de prévia escolaridade (6ª classe completa). Há que se notar que a própria formação inicial de formadores enfrentou problemas decorrentes da "difícil assimilação dos conhecimentos pelos angolanos, devido à complexidade de algumas matérias". Diretivo do MAPESS afirma que uma de suas preocupações consiste na "grande carência na área de gestão da formação profissional, dado que ainda não dispõem de pessoas com essa qualificação". Sinalização de possível debilidade nessa área é dada pelo fato de que as "unidades móveis" ("kits" acomodados em pequenos contenedores) adquiridas pelo Governo Angolano, disponíveis desde novembro de 2003, não tenham, ainda, sido utilizadas para o desenvolvimento de programas de formação.

As principais questões que se colocam, portanto, dizem respeito à efetiva capacidade construída em Angola para que o CFP do Cazenga se mantenha como centro de referência, após a saída dos técnicos e dos recursos financeiros brasileiros, e para que seus traços distintivos sejam estendidos a toda a rede de Centros de Formação Profissional mantidos pelo INEFOP. Tais questões remetem às decisões tomadas no início da cooperação e às opções entre "olhar a árvore ou a floresta", transferir um modelo sedimentado no Brasil ou desenvolver um novo modelo para o País cooperante. Se, em outros tipos de projetos, as conseqüências das opções podem ser aquilatadas rapidamente, no caso do Centro de Formação Profissional

Angola - Brasil algum tempo será necessário para que se possa avaliar com propriedade a decisão tomada, especialmente levando-se em conta a relação custo-benefício.

No que respeita ao *projeto na área de HIV/AIDS, em Angola*, a situação encontrada revela fragilidade dos mecanismos de coordenação dos projetos de cooperação. A dispersão e a falta de continuidade das atividades são responsáveis por benefícios reduzidos; existe divergência de visão a respeito da situação do projeto (concluído, pelo lado brasileiro; interrompido, pelo lado angolano); e os responsáveis locais desconhecem os caminhos a seguir para reposicionamento do trabalho. Tampouco a Embaixada do Brasil (que, em Angola, se mostra fragilmente vinculada aos projetos de cooperação) dispõe de informações suficientes.

No que se refere ao *programa Alfabetização Solidária, em Moçambique*, os entrevistados demonstram conhecimento do problema, foco e objetividade. Há uma estratégia nacional, à qual esperavam que a cooperação desse efetiva contribuição. Embora essa contribuição seja reconhecida e sejam ressaltados os aspectos positivos do projeto, os entrevistados são enfáticos ao destacar a não-orientação para a criação de capacidades locais. Fatos objetivos são apontados como dificuldades que teriam sido evitadas, caso a estratégia tivesse sido reorientada, de acordo com as solicitações.

O projeto desenvolveu-se, claramente, mediante atividades de caráter operacional, ou seja, por meio da condução direta de turmas de alfabetização. O processo revela, por um lado, elevado grau – talvez, excessivo – de autonomia da instituição executora, disposta a entregar o produto disponível de forma consistente e com atenção à qualidade, mas pouco propensa à realização de adequações que, embora atendessem com mais propriedade aos princípios da cooperação técnica, exigiriam novos desenvolvimentos. Revela, também, por outro lado e em contrapartida, ausência de gestão do processo de cooperação, que permitisse a mediação entre os interesses do país beneficiário e da instituição executora.

No caso do *programa Bolsa-Escola, em Moçambique*, nitidamente, o projeto se esgota na concessão do benefício, sem institucionalização da ação e sem desenvolvimento de capacidade de gestão que favoreça a identificação de beneficiários e a definição de critérios de elegibilidade, para efeito de focalização; a busca de fontes alternativas de financiamento; a constituição e manutenção do cadastro de beneficiários; o controle das condicionalidades; os procedimentos de transferência de renda (atualmente efetuados diretamente pela Embaixada); e ações de monitoramento e avaliação. Destaca-se a expectativa de ampliação do financiamento brasileiro, no tempo e no número de famílias. Uma cooperação voltada à

institucionalização do programa não se esgotaria na transferência de renda, mas apoiaria a modelagem de uma efetiva e sustentável política, o que incluiria ações de fortalecimento institucional do Ministério da Educação.

A informação dos entrevistados, sobre visita às famílias com o objetivo de identificar melhorias nas condições de vida e sobre controle rigoroso da frequência escolar, contrasta com a afirmação inicial de inexistência de uma instância (órgão ou grupo de pessoas) especificamente voltada ao acompanhamento do projeto.

A Embaixada do Brasil, por sua vez, mostra enorme entusiasmo pelo projeto – reiterado pelo envolvimento pessoal da Embaixadora na distribuição das bolsas –, mas ressentido-se da falta de informação sobre as perspectivas, enquanto representante do Governo Brasileiro, em território moçambicano.

Na área do *combate ao HIV / AIDS, em Moçambique*, a cooperação brasileira soma-se a um grande número de outras iniciativas, integradas no Programa Nacional de Combate ao HIV / SIDA, e o fato de que não se destaque no conjunto de informações das quais dispõe o entrevistado, não diminui seu merecimento.

A linha até agora adotada – de formação de médicos para o tratamento e de capacitação de comunidades para a prevenção – está perfeitamente de acordo com os focos da estratégia nacional. Ademais, como assinala o Conselheiro da Embaixada brasileira, expressa adequadamente o princípio básico da cooperação Sul-Sul e assim é compreendida pelo Governo de Moçambique: há consciência de que o Brasil não dispõe de recursos para transferir ao programa local, mas atua de forma competente na criação de capacidades.

Mais que a planta industrial, a instalação do laboratório de controle de qualidade consistiria em importante contribuição brasileira. Ainda uma vez, porém, o estancamento dos processos, no Brasil, traz prejuízos ao fluxo da cooperação e coloca a Embaixada – elo primário de ligação entre os Governos, repete-se – em posição desconfortável, face ao país parceiro.

No caso da *Bolívia*, país escolhido pelo grande número de projetos registrados, o estudo, in loco, da cooperação técnica horizontal brasileira revelou a existência de várias atividades interrompidas, algumas sequer iniciadas, bem como carência de diálogo e de coordenação das iniciativas.

A situação encontrada sugere considerações a respeito de quatro questões, de diferentes ordens, todas, porém, relacionadas aos processos de trabalho desenvolvidos no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação.

Em primeiro lugar, evidencia-se, mais uma vez e conforme antes comentado, a fragilidade das informações com as quais conta a ABC para gerenciamento dos projetos, já que, em mais de um caso, verificaram-se divergências entre dados constantes em diferentes fontes, bem como falta de registro sobre execução orçamentária de projetos em andamento.

Em segundo lugar, ressalta a ausência de mecanismos efetivos de gerenciamento dos projetos de cooperação, ao longo de seu desenvolvimento, o que se depreende de dois fatos: que a ABC e o país parceiro tenham visões diferentes a respeito da situação de um mesmo projeto e que as contrapartes revelem sentir problemas de coordenação, não sabendo a que instância brasileira dirigir-se (se à ABC, à Embaixada do Brasil ou à instituição executora do projeto) para discutir reformulação de projetos, possibilidade de retomada de atividades interrompidas, resolução de situações pendentes.

Em terceiro lugar, revela-se a proposição de projetos pontuais, em desacordo com as diretrizes propostas para a CTPD brasileira, orientadas no sentido de canalizar esforços para projetos de maior impacto e abrangência, que promovam mudanças duradouras e ensejem maior efeito multiplicador. São exemplos, no caso boliviano, especialmente os projetos voltados à área agrícola, restritos aos aspectos técnicos das culturas, sem atenção à questão da cadeia produtiva, enfoque essencial para o cumprimento do objetivo de substituição da atividade de cultivos ilícitos por outra capaz de garantir a subsistência das populações residentes nas áreas focalizadas. Outro exemplo é proposta de transferência de um sistema informatizado, sem análise prévia da potencialidade de sua adequação à atividade à qual deveria dar suporte.

Finalmente, evidencia-se a inexistência de uma avaliação estratégica, precedendo o estabelecimento de acordos para desenvolvimento de projetos de cooperação, em que se aclarassem pontos fracos e pontos fortes, riscos e oportunidades, e se definissem estratégias para superar uns e potencializar outros. Em conseqüência, iniciam-se atividades que acabam não sendo levadas a bom termo, em razão de dificuldades do Governo beneficiário, que poderiam ter sido antecipadas e para as quais seria possível buscar alternativa de solução. A essa ausência de análise prévia, soma-se uma aparente inoperância dos mecanismos de monitoramento e avaliação que a ABC afirma existirem.

É necessário ressaltar que a gestão de projetos de cooperação, nos termos definidos pelo PNUD e pelas políticas e diretrizes do MRE para a CTPD, constitui um terreno muito desafiador, que exige da Agência Brasileira de Cooperação uma alta capacidade de gestão do conhecimento e uma alta eficiência operacional. Com efeito, a ABC tem se destacado por sua capacidade de processar um rapidamente crescente volume de projetos de cooperação, tornando o Brasil um dos poucos países em desenvolvimento que já possui uma clara missão de cooperação Sul - Sul. Isto constitui um feito que merece destaque. Por outro lado, a par do processo de corrosão institucional a que têm sido submetidos órgãos e entidades da Administração Pública (marcadamente pela compressão orçamentária, déficits de pessoal e desinvestimentos gerenciais), a ABC foi fortemente abalada pela brutal rotatividade de quadros, inclusive gerenciais, sofrida em 2003 e 2004 – fatos que explicam, em parte, os problemas detectados nos casos analisados.

Lições aprendidas e recomendações

Este estudo proporcionou, como este relatório buscou substanciar, inúmeros achados, dentre os quais destacam-se, sucintamente: problemas de disponibilidade de informações sobre a execução dos projetos; problemas na prospecção e identificação de projetos de forma coerente com demandas e ofertas; um descolamento entre a distribuição regional de projetos e a proporção dos valores correspondentes; avaliações positivas de casos analisados, mas de desdobramento incerto por falta de sustentação ou ausência de uma estratégia de saída; falta de sinergia com o setor privado.

Por outro lado, dentre as lições aprendidas, destacam-se: a necessidade de adaptações à cultura dos países beneficiários da cooperação das soluções desenvolvidas e ofertadas pelo Brasil; a necessidade de ancorar a prospecção e o desenho de projetos de cooperação em estratégias pré-definidas; a necessidade de adoção de um enfoque de cadeias de valor para melhor visualizar impactos e abordar o entorno dos projetos de cooperação; e a necessidade de se manter bons parceiros, uma condição necessária, mas não suficiente, para o sucesso dos projetos de cooperação (bons parceiros ajudam; parceiros ruins inviabilizam).

Estes achados e lições aprendidas não constituem, todavia, elementos originais. Documentos da cooperação ABC-PNUD já abordaram, com efeito, a incidência, nos projetos de CTPD, de problemas relacionados à: escassez de estudos precedendo a implementação dos projetos; planejamento deficiente das intervenções e dos projetos de cooperação

correspondentes; necessidade de trabalho sistemático de prospecção e identificação de "ofertas" de cooperação técnica; insuficiência da captação de recursos em montantes compatíveis com as necessidades, em razão da escassez de bons projetos; necessidade de sistemas de acompanhamento financeiro e de informações gerenciais; necessidade de efetivo monitoramento e avaliação dos projetos de cooperação desenvolvidos; e necessidade de qualificação dos recursos humanos da ABC. O presente estudo corrobora estas percepções, já expressas nos documentos da cooperação ABC-PNUD.

Nesse sentido, as recomendações a seguir estão dirigidas à gestão dos projetos de CTPD no âmbito do Projeto BRA 98/004 e buscam constituir subsídio adicional para a definição de linhas de ação orientadas para o enfrentamento dos problemas identificados. Recomenda-se¹⁰⁵:

- urgentes e objetivos esforços para que um sistema de monitoramento e avaliação possa ser implementado – iniciando pela constituição de uma base de dados na qual constem *todos* os projetos em andamento –, possibilitando o acompanhamento contínuo, direto e de forma compartilhada (com o PNUD, no âmbito de Projetos de Cooperação ABC-PNUD) de projetos implementados (não somente por meio de reuniões tripartites);
- estabelecer em novas bases o processo de prospecção e identificação de projetos de cooperação, promovendo uma melhor aproximação entre necessidades e potencialidades locais e as disponibilidades e boas práticas brasileiras, entre demandas e ofertas, atualizando periodicamente (o ideal seria anualmente) o planejamento estratégico (missão, políticas, diretrizes, filosofias, análise ambiental externa e interna, objetivos de longo, médio e curto prazos) da CTPD, envolvendo todos os níveis organizacionais da ABC;
- que os documentos dos projetos de cooperação expressem: os resultados esperados de forma mais objetiva e incisiva; as diretrizes da cooperação horizontal brasileira; as expectativas de cada um dos parceiros quanto aos papéis a serem cumpridos; e os componentes de desenvolvimento institucional, consolidando e disponibilizando para as equipes da CTPD orientações sobre formulação de projetos e atividades, missões

¹⁰⁵ Este tópico foi elaborado incluindo subsídios oferecidos pelo Eng. Márcio de Paula Fernandes.

de identificação, avaliação de projetos, elaboração de pareceres, elaboração de relatórios de atividades e de planos de trabalho;

- a promoção de iniciativas que promovam maior eficiência operativa, por meio de revisão de atribuições, redefinição de processos, fortalecimento da infra-estrutura tecnológica e desenvolvimento de competências requeridas pelas atribuições revisadas e processos redesenhados;
- a intensificação do esforço de atuação em rede, promovendo uma aproximação entre iniciativas identificadas e a prospecção de fundos e parceiros, buscando, inclusive, promover iniciativas de cooperação a partir de estados brasileiros;
- a instituição de mecanismos de escuta, envolvimento e participação, mediante, por exemplo, a constituição de fórum para ampliar a interação da ABC com as instituições participantes da implementação dos projetos de CTPD, em diferentes níveis e para diferentes funções (órgãos de governo, instituições executoras, associações de classe etc.), e para contribuir no macroplanejamento da CTPD, comprometendo órgãos decisórios da administração pública com objetivos estabelecidos;
- a realização de encontros periódicos com os coordenadores brasileiros dos projetos de CTPD visando à discussão de aspectos operacionais;
- o exame da situação do conjunto de projetos de cooperação técnica com países em desenvolvimento, dado ser possível que, a muitos deles, se apliquem as lições aprendidas nos estudos de caso realizados.
- que um novo projeto de cooperação na área de formação profissional em Angola possa ser formatado, com o propósito de promover a consolidação de um modelo de formação profissional para o País, favorecendo a sinergia entre setor público e privado, e tendo como foco a gestão (formulação, implementação, monitoramento e avaliação) de políticas de formação profissional;
- que o projeto na área de HIV/AIDS, em Angola, seja retomado, a fim de que sejam reprogramadas, e eventualmente redefinidas, as ações originalmente previstas;
- que o novo projeto previsto na área de alfabetização, em Moçambique, seja negociado de modo a atender às expectativas do País, inserindo-se de forma mais efetiva nas políticas educacionais moçambicanas;

- que projeto Bolsa-Escola em Moçambique ganhe um sólido componente de políticas públicas e desenvolvimento institucional (buscando-se redefinições nas estratégias, estruturas, processos de trabalho, quadros funcionais e sistemas informacionais), de modo que o Ministério da Educação moçambicano possa desenvolver capacidades de gestão de políticas de transferência de renda com condicionalidades;
- que as novas ações previstas para o projeto na área da prevenção e combate ao HIV/AIDS, em Moçambique, sejam efetivamente implementadas, em especial no que respeita ao eventual apoio para a instalação de uma planta industrial e, prioritariamente, para a instalação de um laboratório de controle de qualidade de fármacos, na medida em que são ações estratégicas que alavancariam a sustentabilidade das ações de cooperação, não apenas do Brasil, mas de outros países;
- que os projetos com a Bolívia sejam revistos, no sentido de que se focalizem e se vinculem a possibilidades concretas de avanço na solução de relevantes problemas nacionais, com indicadores de impactos primários e secundários (sobre cadeias produtivas e desenvolvimento local), previamente modelados;
- que a atual política de cooperação possa ser objeto de um posicionamento institucional o mais explícito possível, aclarando-se países beneficiários e focos, com base em análises de oportunidades, risco e custo, buscando combinar áreas de cooperação (sejam pela oferta ou pela demanda) com locais de cooperação (mediante uma clara noção dos problemas nacionais e do potencial de contribuição capacitadora da cooperação);
- que o PNUD continue apoiando, de forma ainda mais incisiva, a gestão dos projetos de cooperação e o processo de fortalecimento institucional da ABC, enfatizando, no desenho dos projetos, o desenvolvimento de capacidades, e contribuindo para que cada nova parceria represente o acesso a um novo patamar, em relação à anterior;
- que seja aprofundado o planejamento da cooperação ABC-PNUD, incluindo nos Documentos de Projeto resultados relacionados à implementação de programas e projetos de CTPD, contemplando apoio financeiro complementar e emergencial para a contrapartida, quando necessário; realização de missões conjuntas; sistematização de procedimentos e métodos organizacionais; apoio operacional para implementação dos projetos de CTPD no exterior etc; e redefinindo os arranjos para gestão do projeto de

cooperação ABC-PNUD para implementação dos programas e projetos de CTPD (periodicidade de reuniões, definição da agenda dos tópicos a serem acompanhados, participantes, monitoramento, avaliação de projetos específicos etc.);

- a sistematização da realização de avaliações de projetos de maior porte, definindo critérios para tanto (em que condições devem ser realizadas avaliações intermediárias, finais, *ex-post*, critérios para definição da equipe de avaliação etc.);
- o desenvolvimento, por meio de cooperação ABC-PNUD, de procedimentos gerenciais próprios para a cooperação Sul-Sul, incluindo-se regras para a execução físico-financeira de projetos de CTPD no exterior, baseados em estudos que explorem a possibilidade de criação de contexto legal específico ou alterações necessárias na legislação vigente; e
- a promoção do treinamento periódico do pessoal da CTPD em temas relacionados ao ciclo de projetos, planejamento, elaboração de orçamento, políticas públicas, definição de indicadores, técnicas administrativas e organizacionais, relações internacionais, técnicas de negociação, entre outros.

ANEXO I

COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO COORDENADA PELA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

Elaborado a partir de compilação de documentos que consubstanciam a parceria ABC - PNUD (documentos de assistência preparatória, documentos de projeto, documentos de revisões e relatórios de progresso) para o desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica com outros países em desenvolvimento - CTPD (também identificada como cooperação técnica horizontal ou cooperação Sul - Sul), este texto trata das diretrizes que vêm orientando a cooperação brasileira, ao longo dos 18 anos transcorridos desde a criação da Agência Brasileira de Cooperação - ABC; resume as prioridades estabelecidas em diferentes momentos, em termos de países potencialmente beneficiários e áreas de atuação; registra a evolução da parceria com o PNUD e as estratégias básicas adotadas para implementação da cooperação.

Seu objetivo é ampliar o contexto de análise da proposição e desenvolvimento do Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD, objeto da avaliação, reunindo algumas informações relativas a aspectos não privilegiados no estudo desenvolvido.

1. Diretrizes da cooperação técnica brasileira com países em desenvolvimento

Documento de 1998 afirma que "a CTPD possui como missão contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação de seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições" (Projeto BRA/94/017, Revisão F, junho de 1998, p. 2).

A definição de uma tal missão decorria do enfoque primordial dado pelo Governo Brasileiro à CTPD, estabelecida como "... instrumento de política externa e mecanismo auxiliar de promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos países cooperantes", gerando a expectativa de "que a CTPD enseje a transferência de conhecimentos e técnicas, bem como promova o adensamento das relações entre as nações, podendo prestar-se à identificação de

assuntos de interesse para celebração de acordos comerciais entre as entidades interessadas" (Projeto BRA/94/017, Revisão F, junho de 1998, p. 2).

Essa forma de definir o papel da CTPD representou uma ampliação da visão registrada em documentos elaborados alguns anos antes, nos quais se atribuía à cooperação o papel de "... instrumento eficiente da política externa brasileira, ensejando a ampliação dos laços econômicos e políticos com outros países em desenvolvimento, bem como a promoção dos bens e serviços nacionais no exterior" (Projeto BRA/93/034, Assistência Preparatória, agosto de 1993, p. 5). E ainda "... reconhece-se, no Brasil, que os laços criados junto a outros países em desenvolvimento por intermédio da CTPD colabora na abertura de mercados para bens e serviços brasileiros, a médio e longo prazos" (Projeto BRA/93/034, Assistência Preparatória, agosto de 1993, p. 1).

Em período muito recente, registrou-se que o "Brasil entende a cooperação técnica internacional como uma opção estratégica de parceria, que representa um instrumento capaz de produzir impactos positivos sobre populações, alterar e elevar níveis de vida, modificar realidades, promover o crescimento sustentável e contribuir para o desenvolvimento social". E mais, que o "Brasil possui um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções que podem ser aplicados de imediato em países semelhantes. A estratégia maior da cooperação técnica prestada pelo Brasil, que *não é assistencialista, não tem fins lucrativos e não é atada (tied-aid) a ações comerciais, está centrada no fortalecimento institucional* de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam rápidas e efetivas. Não sendo, ainda, doador líquido de recursos no âmbito da cooperação internacional e de ajuda ao desenvolvimento, o Brasil tem prestado intensa cooperação sob a forma de horas técnicas; envio de técnicos e consultores; análise e formatação de projetos de cooperação técnica e pequenas doações de equipamentos, exclusivamente no âmbito de projetos" (Projeto BRA/04/043, Fase Principal, agosto de 2004, pp. 2 e 3 e Projeto BRA/04/044, Fase Principal, agosto de 2004, p. 2) (grifos nossos).

Mercê do enfoque dado à cooperação técnica entre países em desenvolvimento e da política de implementação de programas e projetos, na qualidade de país prestador dos serviços, o Brasil fixava, no final de década de 1990, as seguintes diretrizes gerais para as ações a serem desenvolvidas (Projeto BRA/98/004, Documento de Projeto, abril de 1998, pp. 2 e 3 e Projeto BRA/94/017, Revisão F, junho de 1998, pp. 2 e 3) (grifos nossos):

- Priorizar programas que favoreçam a *intensificação das relações do Brasil com seus parceiros em desenvolvimento* e que abram boas perspectivas para a cooperação política, econômica e comercial.
- Desenvolver programas e projetos que atendam às *prioridades das nações parceiras* da cooperação.
- Adotar *abordagem programática*: balizar a cooperação técnica desenvolvida pela relevância da sua contribuição e pelas oportunidades de concretizar o atendimento das demandas regionais ou setoriais identificadas.
- Desenvolver *ação pró-ativa*: identificar e apoiar projetos de cooperação técnica que sejam consentâneos com as prioridades e os programas estabelecidos.
- Canalizar esforços para projetos de maior impacto e abrangência, que promovam mudanças duradouras e ensejem maior efeito multiplicador.
- Priorizar a implementação de projetos que apresentem uma *real perspectiva de transferência e absorção de conhecimentos* e promovam a inovação e a criatividade, evitando indesejáveis dependências de apoio externo.
- Apoiar prioritariamente projetos que apresentem *contrapartida efetiva das instituições* envolvidas na implementação dos trabalhos previstos.
- *Aferir continuamente a qualidade do atendimento* das demandas apresentadas pelo ambiente externo, inclusive por meio do monitoramento e da avaliação dos programas e projetos de CT implementados.
- Desenvolver estudos e gestões no sentido da constante *adequação do modelo institucional da ABC / CTPD e dos seus procedimentos operacionais*, visando desempenhar com eficácia sua missão.
- Articular-se com entidades da iniciativa privada, órgãos de Governo, empresas estatais, instituições de ensino, entidades de pesquisa e desenvolvimento e organismos internacionais, com vistas a *canalizar fontes complementares de financiamento* para as ações de CTPD e o seu engajamento nos programas e projetos identificados.

Os documentos de projeto elaborados em 2004 simplificam o rol de diretrizes que devem pautar a CTPD brasileira, incluindo duas modificações importantes, destacadas no texto (Projeto

BRA/04/043, Fase Principal, agosto de 2004, p.4 e Projeto BRA/04/044, Fase Principal, agosto de 2004, p. 3) (grifos nossos):

- Priorizar programas de cooperação técnica que favoreçam a intensificação das relações do Brasil com seus parceiros em desenvolvimento, principalmente com os *países de interesse prioritário para a política exterior brasileira*.
- Apoiar projetos vinculados, sobretudo, a programa e prioridades nacionais de desenvolvimento dos países recipiendários.
- Canalizar os esforços de CTPD para projetos de maior repercussão e âmbito de influência, com efeito multiplicador mais intenso.
- Privilegiar projetos com maior alcance de resultados.
- Apoiar, sempre que possível, projetos com contrapartida nacional e / ou com participação efetiva de instituições parceiras.
- Estabelecer parcerias apenas com instituições genuinamente nacionais.

2. Prioridades da Cooperação Técnica brasileira com países em Desenvolvimento

Se as diretrizes para a CTPD, especialmente como apresentadas no final da década de 1990, foram formuladas de forma clara, tornando-se capazes de orientar a seleção de projetos a serem desenvolvidos, o mesmo não se deu, ao longo dos anos, com a definição de prioridades, no que respeita aos *países a serem focalizados*. Pelo contrário, com o correr dos anos, alarga-se o leque dos países que constituem prioridade para a CTPD.

Em 1993, mencionava-se que "nos três últimos anos, procurou-se enfatizar as atividades afetas ao processo de integração acionado pelo MERCOSUL. A política brasileira formalmente confere prioridade aos países do MERCOSUL e às nações de língua portuguesa na África, onde existem investimentos. Entretanto, sob o ponto de vista científico-tecnológico, também confere-se prioridade a países em desenvolvimento com considerável oferta de alta tecnologia, como é o caso da China e da Índia (Projeto BRA/93/034, Assistência Preparatória, agosto de 1993, p. 1).

No final da década de 1990, afirmava-se que "as ações de CTPD envolvem basicamente a cooperação técnica com países da América Latina e Caribe e da África, em especial com os

países de língua oficial portuguesa, além de algumas atividades de cooperação com países da Ásia, Leste Europeu e Oriente Próximo (Projeto BRA/98/004, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 1).

Finalmente, em 2004, assume-se grande abertura no que se refere aos potenciais beneficiários da cooperação brasileira, ao estabelecer como prioridades (Projeto BRA/04/043, Fase Principal, agosto de 2004, p. 5):

- compromissos assumidos em viagens do Presidente da República e do Chanceler;
- países da América do Sul;
- países da África, em especial os PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa), e Timor Leste;
- demais países da América Latina e Caribe;
- apoio às ações de coordenação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

No que diz respeito às áreas temáticas propostas para serem focalizadas pelos projetos, verificou-se, também, uma grande abertura. Em 1993 e 1994, previa-se o desenvolvimento de ações nas áreas de levantamento integrado de recursos naturais, para fins de elaboração de planos de desenvolvimento regional; agricultura (aproveitamento hídrico, tecnologia da irrigação, sistemas de produção, fruticultura e horticultura); agroindústria e tecnologia de alimentos (processamento artesanal de frutas, leite e carne; sistemas industriais de pequeno porte para o processamento de alimentos); energia (planejamento energético, conservação de energia); informatização de serviços (setor bancário, serviços postais, processo eleitoral); telecomunicações; administração pública e fortalecimento da capacidade gerencial (Projeto BRA/93/034, Fase Principal, outubro de 1997, pp. 7 e 8).

Em 1998, as mesmas áreas eram definidas como objetos do trabalho de identificação de oportunidades de cooperação a ser empreendido, com acréscimo de saúde (sistemas públicos, combate a endemias, DST / AIDS, campanhas de vacinação) e meio ambiente (Projeto BRA/98/004, Documento de Projeto, abril de 1998, pp. 10 e 11). Nessa oportunidade, análise dos projetos e atividades de CTPD em desenvolvimento mostrava concentração nas áreas de saúde (26%), agropecuária (15%), indústria (12%), energia (7%), administração pública (6%), meio ambiente (6%), educação (4%) e mineração (4%), o que levava a concluir pela "incidência pequena de projetos, ou mesmo sua ausência, em áreas nas quais o Brasil é notoriamente

capacitado", levando à proposta ampla inicialmente registrada (Projeto BRA/98/004, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 8).

De modo geral, a proposta subjacente era a de transferir experiências brasileiras exitosas no País, em qualquer área, especialmente aquelas que permitissem aplicações imediatas e alterações mínimas, como se observa pelas seguintes manifestações.

"O princípio maior que norteará os trabalhos a serem desenvolvidos é o disponibilizar a experiência brasileira naquelas áreas em que suas instituições possuem reconhecida competência e experiência, respeitando as prioridades temáticas ou setoriais e as diretrizes estabelecidas pelos países parceiros" (Projeto BRA/93/034, Fase Principal, outubro de 1997, p. 6). E mais: "A estratégia adotada prevê ... que sejam desenvolvidos esforços no sentido de replicar, tanto quanto possível, as experiências exitosas, de forma a maximizar os benefícios obtidos em função da experiência adquirida e minimizar os custos correlatos" (Projeto BRA/98/004, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 10).

E ainda: "Hoje, o Brasil possui um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções que podem ser *aplicadas de imediato* em países que apresentam denominadores comuns nos setores educacional, agrícola, de saúde e de administração pública, entre outros... Em muitos casos, como na saúde e na implementação de programas de alfabetização, trata-se de *replicar metodologias de trabalho já testadas, com a introdução de adaptações mínimas* em função das peculiaridades do país parceiro" (Projeto BRA/94/017, Revisão O, dezembro de 2002, p. 2) (grifos nossos).

3. A parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A parceria entre o Governo Brasileiro e o PNUD, para implementação de projetos de cooperação técnica, tem um longo histórico, precedendo, mesmo, a formalização da Agência Brasileira de Cooperação.

Em 1986 / 1987, três projetos foram elaborados:

- BRA/86/001 - Cooperação técnica entre países em desenvolvimento.
- BRA/87/041 - Fortalecimento institucional da Agência Brasileira de Cooperação.
- BRA/87/032 - Sistemas automatizados de gerenciamento da cooperação técnica.

Na década de 1990, a parceria foi intensificada. Os projetos formulados / desenvolvidos, com seus objetivos específicos são apresentados no quadro a seguir.

Parceria ABC - PNUD para o desenvolvimento de CTPD

Projeto	Fase	Data	Objetivos específicos
BRA/93/031 - Apoio ao planejamento e gerência da cooperação externa brasileira			Fortalecer a capacidade de planejar, gerenciar e avaliar a cooperação internacional que o Governo Brasileiro necessita receber e oferecer, de maneira a acelerar o processo de desenvolvimento sócio-econômico.
BRA/93/034 - Identificação e planejamento de projetos de cooperação técnica com países em desenvolvimento	Assistên- cia prepa- ratória	Agosto 1993	Apoiar o Governo Brasileiro na formulação e preparação do projeto definitivo, incluindo mecanismos específicos de cooperação a serem negociados com a UNIDO e a FAO, à luz das diretrizes previstas nos "Mecanismos Sucessórios do Sistema de Cooperação das Nações Unidas".
	Fase principal	Outubro 1997	Consolidar as bases de planejamento e gerenciamento dos programas de cooperação horizontal do Brasil. Conceber e desenvolver programa prospectivo de cooperação horizontal, a partir da perspectiva de triangulação com organismos Internacionais. Desenvolver ações <i>promocionais</i> de CTPD com vistas a identificar, conceber e negociar a implementação de ações <i>operacionais</i> de CTPD nas áreas priorizadas e indicadas pelos países parceiros.
BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	Assistên- cia Prepa- ratória	Dezembro 1994	Apoiar a execução de atividades de cooperação junto aos países-membros da CPLP. Fortalecer a capacidade técnica e financeira da cooperação brasileira para a definição, negociação, implementação e avaliação de projetos e programas financiados com recursos externos. Apoiar a elaboração do Documento de Projeto com o PNUD para a execução da cooperação técnica com a CPLP.
	Fase principal	Junho 1998	Apoiar a identificação, programação e implementação de projetos e atividades de CTPD do Brasil com países da África, com foco especial nos países membros da CPLP (Na revisão realizada em dezembro de 2002, foi incluído o Timor Leste, enquanto país membro da CPLP). Conceber e desenvolver programa prospectivo de cooperação horizontal, a partir da perspectiva de triangulação com organismos internacionais.
BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD	Fase principal	Abril 1998	Conceber e desenvolver programas e projetos de cooperação horizontal do Brasil.
BRA/04/043 - Implementação de programas e projetos de cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento	Fase principal	Agosto 2004	Nota: O projeto é sucessor do Projeto BRA/98/004, "a cujas atividades dará continuidade, seguimento e ampliação". No Documento de Projeto, não estão discriminados objetivos, aparecendo como resultado a ser atingido: Conceber e desenvolver programas e projetos de cooperação horizontal do Brasil.
BRA/04/043 - Programa de cooperação com a América Latina, a África, a CPLP e os Países de Língua Portuguesa	Fase principal	Agosto 2004	Nota: O projeto é sucessor do Projeto BRA/94/017, "a cujas atividades dará continuidade, seguimento e ampliação", bem como é complementar aos Projetos BRA/98/004 e BRA/04/044. No Documento de Projeto, não estão discriminados objetivos, aparecendo como resultado a ser atingido: Apoiar a identificação, planejamento e implementação de projetos e atividades de CTPD com a América Latina, a África, a CPLP e os países de língua portuguesa.

Somam-se, portanto, 18 anos de apoio do PNUD ao Governo Brasileiro, no esforço de fortalecimento da ABC, identificação de oportunidades de cooperação técnica horizontal e execução de projetos. Essa atuação conjunta responde às expectativas das Nações Unidas quanto à utilização crescente dos mecanismos de CTPD para concretizar a transferência de conhecimentos e experiências, em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento sócio-econômico dos países em desenvolvimento.

4. Estratégias dos projetos desenvolvidos em parceria ABC - PNUD

A estratégia proposta para os projetos que consubstanciam a parceria ABC - PNUD para o desenvolvimento da cooperação brasileira com países em desenvolvimento é reveladora das preocupações e motivações existentes em cada momento, bem como dos caminhos então identificados como mais promissores, para levar a cabo as atividades pretendidas.

Assim se definia a estratégia do *Projeto BRA/93/034 - Identificação e planejamento de projetos de cooperação técnica com países em desenvolvimento*, no documento relativo a sua fase principal (Projeto BRA/93/034, Fase Principal, outubro de 1997, pp. 7 a 11) (grifos nossos):

A implementação do projeto concentrará as ações de identificação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos operacionais de CTPD¹⁰⁶ naqueles temas e naquelas áreas geográficas com *potencial favorável de obtenção de financiamento de organismos internacionais*.

As entidades envolvidas deverão ter interesse em desenvolver um trabalho prospectivo de CTPD em conjunto com a ABC e o PNUD.

O PNUD participará das missões de identificação de projetos ... e dará o apoio necessário para a negociação de projetos de natureza operacional que deverão resultar das atividades implementadas no âmbito do presente projeto (que se concentrará em atividades promocionais).

¹⁰⁶ As tarefas conduzidas pelo PNUD e outras organizações do sistema das Nações Unidas em apoio à CTPD são de dois tipos: promocionais e operacionais. As atividades promocionais têm como objetivo preparar as bases para o início de atividades de natureza operacional de CTPD. As atividades operacionais são aquelas que envolvem a aplicação da CTPD pelo efetivo compartilhamento e troca de habilidades, capacitação e conhecimentos técnicos entre dois ou mais países em desenvolvimento. Technical Cooperation Among Developing Countries, PNUD, 5th Cycle. (Citado em Projeto BRA/93/034, Fase Principal, outubro de 1997).

No desenvolvimento dos trabalhos, será dada especial ênfase à etapa de identificação dos projetos operacionais. Para a implementação desses projetos de natureza operacional, entende-se que serão necessários financiamentos por parte dos organismos internacionais.

A proposição fundamental é, portanto, a de desenvolver um esforço concentrado no sentido de identificar, conceber e negociar projetos, *cuja implementação deverá ser apoiada com recursos disponíveis em organizações internacionais*. Os projetos a serem financiados devem ensejar uma real transferência de conhecimentos e a elevação do patamar de capacitação dos países cooperantes, nas áreas por eles priorizadas. A expectativa é de que estes recursos financeiros já se encontram disponíveis e poderão ser canalizados de imediato para apoiar os projetos de desenvolvimento de países da África e América Latina.

No ano seguinte, ao descreverem-se as estratégias para a fase principal do *Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, assim se manifestavam os organismos parceiros (Projeto BRA/94/017, Revisão F, junho de 1998, pp. 6 e 7) (grifo nosso):

A estratégia básica ... (será) a identificação e implementação de projetos de cooperação horizontal com efetiva contribuição à melhoria da matriz sócio-econômica dos países beneficiados. Espera-se que os novos projetos possam continuar a explorar parcerias com os escritórios locais do PNUD nos países beneficiários, bem como junto a outros organismos do Sistema das Nações Unidas.

(Dever-se-á) desenvolver um esforço concentrado no sentido de identificar, conceber e negociar projetos, cuja implementação deverá ser apoiada *inclusive* com recursos disponíveis em organizações internacionais... A expectativa é de que estes recursos financeiros já se encontram disponíveis e poderão ser canalizados de imediato para apoiar os projetos de desenvolvimento dos países da África.

No mesmo ano, um outro aspecto (o da consolidação interna das experiências a serem transferidas) destacava-se na definição das estratégias do *Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD* (Projeto BRA/98/004, Documento de Projeto, abril de 1998, p. 10) (grifos nossos):

O projeto buscará adotar como estratégia a identificação de um certo número de experiências brasileiras bem sucedidas e a *organização e consolidação dos conhecimentos e técnicas a serem transferidos*. Adicionalmente, deverão ser identificados países com setores

produtivos que apresentem carências que possam ser supridas por meio dos projetos de cooperação nas áreas consideradas.

A estratégia adotada prevê, também, que sejam desenvolvidos esforços no sentido de *replicar*, tanto quanto possível, *as experiências exitosas*, de forma a maximizar os benefícios obtidos em função da experiência adquirida e minimizar os custos correlatos.

5. Problemas na implementação da Cooperação Técnica BRASILEIRA COM Países em Desenvolvimento

Em anos bastante recentes, documentos relativos aos dois projetos então em desenvolvimento (*Projeto BRA/94/017* e *Projeto BRA/98/004*) relacionavam os mesmos problemas enfrentados na implementação dos projetos de CTPD, como segue (*Projeto BRA/98/004*, Revisão G, agosto de 2001, p. 76 e *Projeto BRA/94/017*, Revisão O, dezembro de 2002, p. 8):

"Os problemas enfrentados pela ABC na implementação dos projetos de CTPD são aqueles típicos de uma Agência ainda em fase de estruturação e de consolidação dos seus procedimentos de ação no exterior:

- a) o apoio logístico para realizar atividades em outros países;
- b) a falta de mecanismos estabelecidos para provisão de bens e serviços no exterior e para realizar os pagamentos referentes aos projetos implementados;
- c) a sistematização do monitoramento dos projetos em execução (técnico e físico-financeiro; acompanhamento e quantificação do valor apoio fornecido pelas instituições brasileiras cooperantes)".

6. A situação presente

O documento do Projeto BRA/04/043 - Implementação de programas e projetos de cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento, sucessor do Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD e que, conforme mencionado, dará continuidade e seguimento às atividades do projeto antecessor, utiliza o capítulo das "estratégias" para relacionar deficiências percebidas, que se espera possam ser sanadas.

Por sua importância, cumpre destacar os seguintes trechos (Projeto BRA/04/043, Fase Principal, agosto de 2004, pp. 5 e 6):

"O volume da cooperação horizontal ainda é pequeno, à luz das demandas dos países em desenvolvimento. Um dos motivos, certamente, é a escassez de estudos que devem preceder a implementação dos projetos. Outro motivo reside no planejamento deficiente das intervenções e dos projetos de cooperação correspondentes. Aqui ... é necessário quebrar a tradição da cooperação recebida, na qual o lado prestador apresenta projetos prontos, de cuja elaboração (o beneficiário) não participa e que muitas vezes não traduzem (seus) anseios e prioridades".

"Para que a cooperação Sul - Sul atinja todo seu potencial, é necessário um trabalho sistemático de prospecção e identificação de 'ofertas' de cooperação técnica, constituídas de experiências bem sucedidas e cujas entidades detentoras dos conhecimentos se disponham a transferi-las. ... muitas vezes, oportunidades de cooperação deixam de ser concretizadas, porque as instituições detentoras dos conhecimentos não as divulgam...".

"A escassez de bons projetos faz com que a captação de recursos em montantes compatíveis com as necessidades dos países em desenvolvimento constitua um entrave permanente para o desenvolvimento da cooperação Sul - Sul. Desta forma, a CTPD prevê a estruturação de serviços de apoio ao seu trabalho, seja para captação de recursos de outras fontes, seja para a melhoria de sua atuação, buscando soluções inovadoras na implementação, monitoramento e avaliação das ações de cooperação Sul - Sul brasileira".

"... sistemas de acompanhamento financeiro e de informações gerenciais das ações da CTPD / ABC devem ser operacionalizados, para maximizar esforços de sua coordenação".

"... os recursos humanos da coordenação de CTPD devem estar qualificados de acordo com as necessidades de ampliação da cooperação horizontal brasileira".

"Atualmente, a CTPD / ABC conta com um sistema de monitoramento e avaliação de suas ações de cooperação horizontal que consiste, entre outras ações, de relatórios por parte das instituições executoras de ambas as partes ao final de cada atividade executada, anuais e ao final dos subprojetos. Ademais, em geral, está previsto que a instituição executora brasileira realize missões de monitoramento e de avaliação final dos projetos, para avaliar a capacidade de absorção dos conhecimentos, por parte da instituição beneficiária. Este será mais um dos serviços de apoio às ações de CTPD a ser revisto, com vistas à melhoria de sua qualidade".

7. **Apreciação**

O exame das diretrizes e prioridades que vêm orientando a cooperação técnica horizontal brasileira, tal como expressas em documentos gerados no âmbito da parceria ABC - PNUD, bem como as estratégias propostas para desenvolvimento desses mesmos projetos, sugere, desde logo, a possibilidade de análises focalizadas em duas vertentes da cooperação: a vertente *estratégica* e a vertente dos *processos de trabalho*.

A vertente *estratégica* comporta definições e decisões que podem situar-se em níveis superiores da formulação da política de cooperação, escapando ao âmbito de governabilidade da ABC ou da parceria ABC - PNUD. Nela se inserem o *papel* atribuído pelo Governo Brasileiro à cooperação com outros países em desenvolvimento, as *diretrizes* estabelecidas para essa cooperação e a *focalização*, em termos de países e áreas temáticas a privilegiar.

A vertente dos *processos de trabalho*, privilegiada no estudo avaliativo do *Projeto BRA/98/004* realizado, tem a ver com o modo como é levada a cabo a cooperação, independentemente das decisões estratégicas, e diz respeito à forma como as *diretrizes* são (ou deixam de ser) *observadas* na prática, à *escolha das experiências* a transferir, à seleção e ao relacionamento com as *instituições executoras nacionais*, ao *relacionamento com os países beneficiários* na prospecção e execução dos projetos de cooperação, aos *procedimentos operacionais* envolvidos nessa execução, a seu *monitoramento e avaliação*.

Esta apreciação focaliza, preferencialmente, alguns traços da vertente *estratégica* que emergem da compilação de informação documental realizada, o que significa *que se além ao discurso orientador* das atividades de cooperação técnica horizontal brasileira.

A análise dos documentos considerados permite verificar que o princípio mais geral da cooperação Sul - Sul, consistente no *desenvolvimento de capacidades*, com respeito às prioridades das nações parceiras, está presente no discurso, ao longo do período de desenvolvimento de projetos. Nos primeiros anos, o papel estratégico da CTPD, enquanto promotora de bens e serviços brasileiros no exterior, era definido de forma mais explícita, tornando-se mais fluida e ampla essa definição, com o passar do tempo.

No final da década de 1990, definiam-se *diretrizes* para a cooperação técnica horizontal que privilegiavam, de forma consistente, a abordagem programática, a atuação proativa, o impacto e a abrangência dos projetos, a permanência e multiplicação de seus efeitos, a "cooperação" efetiva com o país beneficiário, o desestímulo à dependência (ou seja, a real criação

de capacidade local), e a constante aferição da qualidade do trabalho, mediante monitoramento e avaliação. Em documento elaborado recentemente, essas diretrizes são simplificadas, perdendo, para o leitor, a força que apresentavam anteriormente.

Quanto à *focalização*, em termos de áreas e países, é possível afirmar que ela nunca esteve presente no discurso orientador das atividades de cooperação. No que diz respeito aos *países*, ano após ano foram estabelecidos "continentes" como prioridades, o que implica um enorme leque de países junto aos quais realizar prospecção de oportunidades de cooperação, especialmente considerando-se a capacidade operacional da ABC, em seus primeiros anos de funcionamento. A abertura culmina com o estabelecimento, como primeiro item das prioridades, dos "compromissos assumidos pelo Presidente da República e pelo Chanceler". Percebe-se, assim, a renúncia a consolidar algumas parcerias e alguns procedimentos para, posteriormente, alargar o campo de atuação.

Com relação às *áreas de atuação*, foram reiteradamente relacionados amplos setores, notando-se a ausência, durante vários anos, de área que, no presente, tem consumido os maiores recursos da cooperação, qual seja, a de educação e formação profissional. Cumpre notar que, gradualmente e de modo geral, a proposta subjacente passou a ser a de transferir experiências brasileiras exitosas no País, em qualquer área, especialmente aquelas que permitissem *aplicações imediatas e alterações mínimas*.

Passando-se a um plano intermediário entre as *definições estratégicas* e os *processos de trabalho*, três outras questões emanam dos documentos examinados: a questão do *financiamento* dos projetos de cooperação, a *reiteração dos objetivos* dos projetos de parceria ABC - PNUD e a *persistência de problemas*.

No que respeita ao *financiamento*, dos três grandes projetos de parceria ABC - PNUD cujas estratégias foram resumidas e transcritas, percebe-se, no primeiro (*Projeto BRA/93/034 - Identificação e planejamento de projetos de cooperação técnica com países em desenvolvimento*), uma clara opção pelo aproveitamento de oportunidades derivadas de prioridades estabelecidas por organismos internacionais: "A implementação do projeto concentrará as ações de identificação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos operacionais de CTPD naqueles temas e naquelas áreas geográficas com *potencial favorável de obtenção de financiamento de organismos internacionais*". Esse condicionante perde força na descrição das estratégias do *Projeto BRA/94/017 - Programa de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, quando se menciona a idéia de "desenvolver

um esforço concentrado no sentido de identificar, conceber e negociar projetos, cuja implementação deverá ser apoiada *inclusive* com recursos disponíveis em organizações internacionais...", para desaparecer no arrolamento de estratégias do *Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD*.

Neste caso, o que se destaca é a proposta de "identificação de um certo número de experiências brasileiras bem sucedidas e a *organização e consolidação dos conhecimentos e técnicas a serem transferidos*" que, se levada à prática, teria resultado em interessante subproduto da atividade de cooperação, com ganhos internos de sistematização de experiências exitosas.

No que se refere aos objetivos dos projetos que consubstanciam a parceria ABC - PNUD, verifica-se sua *reiteração*, o que permite concluir, antes, pela cobertura de uma rotina de trabalho, que por uma curva ascendente de ganhos, com cada projeto se assentando e evoluindo a partir dos resultados obtidos pelo anterior.

Essa questão, da curva de ganhos, volta a se fazer presente na identificação dos *principais problemas* que têm sido enfrentados na implementação de projetos de CTPD. Ao relacioná-los, os documentos os definem como "aqueles típicos de uma Agência ainda em fase de estruturação e de consolidação dos seus procedimentos de ação no exterior". Chama a atenção, porém, o fato de que tais documentos tenham sido elaborados em 2001 / 2002, passados, portanto, cerca de 15 anos da criação da ABC, admitindo-se, portanto uma longa "fase de estruturação e consolidação de procedimentos".

Cabe, finalmente, tecer algumas considerações sobre a situação presente, tal como expressa em um dos mais recentes documentos de projeto da parceria ABC - PNUD, exatamente aquele que sucede o *Projeto BRA/98/004 - Implementação de programas e projetos de CTPD (Projeto BRA/04/043 - Implementação de programas e projetos de cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento)*.

É interessante observar que ali se fazem presentes aspectos sugeridos, entre outros, pela avaliação realizada, indicando a consciência de deficiências a serem sanadas, tais com:

- escassez de estudos precedendo a implementação dos projetos;
- planejamento deficiente das intervenções e dos projetos de cooperação correspondentes;

- necessidade de trabalho sistemático de prospecção e identificação de "ofertas" de cooperação técnica;
- insuficiência da captação de recursos em montantes compatíveis com as necessidades, em razão da escassez de bons projetos;
- necessidade de sistemas de acompanhamento financeiro e de informações gerenciais;
- necessidade de efetivo monitoramento e avaliação dos projetos de cooperação desenvolvidos; e
- necessidade de qualificação dos recursos humanos da ABC.

ANEXO II

TABELAS e RELAÇÕES DE PROJETOS / ATIVIDADES

Tabela 1. BRA/98/004: projetos identificados

Fonte	Ano	QTD
Revisão Substantiva G - agosto 2001	2000	2
	2001	79
Relatório de Progresso - 2003	2003	72
Total	-	153

Tabela 2. Projetos identificados por grupos de países

Grupo	País	Quant	%	
América do Sul	Argentina	1	0,7	
	Bolívia	6	3,9	
	Chile	1	0,7	
	Colômbia	19	12,4	
	Equador	7	4,6	
	Guiana	7	4,6	
	Paraguai	7	4,6	
	Peru	15	9,8	
	Peru / Colômbia	1	0,7	
	Suriname	1	0,7	
	Uruguai	2	1,3	
	Venezuela	11	7,2	
	Total		78	51,0
	América Latina e Caribe	Barbados	1	0,7
Cuba		8	5,2	
El Salvador		5	3,3	
Honduras		1	0,7	
México		20	13,1	
Nicaragua		3	2,0	
Panamá		2	1,3	
República Dominicana		2	1,3	
Total			42	27,5

Continua

Tabela 2 - continuação

Grupo	País	Quant	%
África	Angola	6	3,9
	Cabo Verde	9	5,9
	Guiné Bissau	2	1,3
	Moçambique	4	2,6
	PALOP	1	0,7
	São Tomé e Príncipe	3	2,0
	Total	25	16,3
Ásia	Timor Leste	6	3,9
CPLP		2	1,3
TOTAL		153	100,0

Fontes: Ver Tabela 1.

Tabela 3. Projetos identificados por grupos de países e áreas temáticas

Grupo	Área	Quant	%
América do Sul	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	14	17,9
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	8	10,3
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	3	3,8
	Educação, formação profissional	4	5,1
	Energia, recursos naturais	5	6,4
	Gestão pública	7	9,0
	Meio ambiente	14	17,9
	Políticas sociais	2	2,6
	Saúde	17	21,8
	Cooperação técnica	1	1,3
	Outras	3	3,8
	Total		78
América Latina e Caribe	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	6	14,3
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	1	2,4
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	8	19,0
	Energia, recursos naturais	3	7,1
	Gestão pública	3	7,1
	Meio ambiente	3	7,1
	Saúde	13	31,0
	Outras	5	11,9
	Total		42

Continua

Tabela 3 - continuação

Grupo	Área	Quant	%
África	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	8	32,0
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	2	8,0
	Educação, formação profissional	8	32,0
	Energia, recursos naturais	3	12,0
	Gestão pública	2	8,0
	Meio ambiente	1	4,0
	Saúde	1	4,0
	Total	25	100,0
Timor Leste	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	1	16,7
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	1	16,7
	Educação, formação profissional	2	33,3
	Saúde	2	33,3
	Total	6	100,0
CPLP	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	1	50,0
	Gestão pública	1	50,0
	Total	2	100,0
TOTAL	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	29	19,0
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	13	8,5
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	11	7,2
	Educação, formação profissional	14	9,2
	Energia, recursos naturais	11	7,2
	Gestão pública	13	8,5
	Meio ambiente	18	11,8
	Políticas sociais	2	1,3
	Saúde	33	21,6
	Cooperação técnica	1	0,7
	Outras	8	5,2
	Total	153	100,0

Fontes: Ver Tabela 1.

Tabela 4. Projetos identificados por grupos de países e situação

Grupo	Situação (*)	Quant	%
América do Sul	Em negociação	50	64,1
	Operacionalizados	3	3,8
	Programados	12	15,4
	Propostos	13	16,7
	Total	78	100,0
América Latina e Caribe	Em negociação	35	83,3
	Identificados	1	2,4
	Operacionalizados	1	2,4
	Programados	5	11,9
	Total	42	100,0
África	Em negociação	12	48,0
	Identificados	2	8,0
	Operacionalizados	2	8,0
	Programados	8	32,0
	Propostos	1	4,0
Total	25	100,0	
Timor Leste	Em negociação	3	50,0
	Identificados	3	50,0
	Total	6	100,0
CPLP	Em negociação	2	100,0
	Total	2	100,0
TOTAL	Em negociação	102	66,7
	Identificados	6	3,9
	Operacionalizados	6	3,9
	Programados	25	16,3
	Propostos	14	9,2
	Total	153	100,0

Fontes: Ver Tabela 1.

(*) Situação no momento da informação. Em negociação: "em negociação", "documento de projeto em reformulação", "prevista missão para detalhamento", "versão final em apreciação". Identificado: oportunidade de cooperação identificada. Operacionalizado: projeto identificado no período, em execução ou já concluído. Programado: projeto identificado no período, com data definida para o início. Proposto: solicitação apresentada pelo país beneficiário.

Tabela 5. Projetos identificados por grupos de países e resultado

Grupo	Resultado	Quant %	
América do Sul	Identificados - todas as situações	78	100,0
	Cadastrados	24	30,8
América Latina e Caribe	Identificados - todas as situações	42	100,0
	Cadastrados	11	26,2
África	Identificados - todas as situações	25	100,0
	Cadastrados	7	28,0
Timor Leste	Identificados - todas as situações	6	100,0
	Cadastrados	2	33,3
CPLP	Identificados - todas as situações	2	100,0
	Cadastrados	2	100,0
TOTAL	Identificados - todas as situações	153	100,0
	Cadastrados	46	30,1

Fontes: Projetos identificados - Anexo II, Relação A; projetos cadastrados - Anexo II, Relação B e Relação C.

Tabela 6. Projetos e atividades concluídos entre 1998 e 2002, por grupos de países

Grupo	País	Quant %	
América do Sul	Argentina	1	1,0
	Bolívia	1	1,0
	Colômbia	6	6,3
	Equador	3	3,1
	Paraguai	2	2,1
	Peru	7	7,3
	Suriname	1	1,0
	Venezuela	2	2,1
	Total	23	24,0
América Latina e Caribe	Costa Rica	4	4,2
	Cuba	7	7,3
	El Salvador	6	6,3
	Guatemala	3	3,1

Continua

Tabela 6 - continuação

Grupo	País	Quant	%
	México	2	2,1
	Nicaragua	4	4,2
	México	2	2,1
	República Dominicana	7	7,3
	Regional	10	10,4
	Total	45	46,9
África	Angola	4	4,2
	Cabo Verde	2	2,1
	Guiné Bissau	1	1,0
	Moçambique	3	3,1
	PALOP	12	12,5
	São Tomé e Príncipe	3	3,1
	Total	25	26,0
Ásia	Timor Leste	2	2,1
CPLP	CPLP	1	1,0
TOTAL		96	100,0

Fonte: Planilhas de "gastos realizados" fornecidas pela ABC.

Tabela 7. Projetos e atividades concluídos entre 1998 e 2002, por grupos de países e áreas temáticas

Grupo	Área	Quant	%
América do Sul	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	4	17,4
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	2	8,7
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	2	8,7
	Educação, formação profissional	1	4,3
	Energia, recursos naturais	2	8,7
	Meio ambiente	10	43,5
	Outras	2	8,7
	Total	23	100,0
América Latina e Caribe	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	12	26,7
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	1	2,2
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	5	11,1
	Educação, formação profissional	2	4,4
	Energia, recursos naturais	5	11,1
	Gestão pública	4	8,9
	Meio ambiente	2	4,4
	Políticas sociais, trabalho	5	11,1
	Cooperação técnica	7	15,6
	Outras	2	4,4
	Total	45	100,0
	África	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	8
Educação, formação profissional		2	8,0
Energia, recursos naturais		2	8,0
Gestão pública		5	20,0
Meio ambiente		1	4,0
Políticas sociais, trabalho		4	16,0
Saúde		1	4,0
Cooperação técnica		2	8,0
Total	25	100,0	

Tabela 7 - continuação

Grupo	Área	Quant	%
Timor Leste	Educação, formação profissional	1	50,0
	Cooperação técnica	1	50,0
	Total	2	100,0
CPLP	Outra	1	100,0
TOTAL	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	3	3,1
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	7	7,3
	Educação, formação profissional	6	6,3
	Energia, recursos naturais	9	9,4
	Gestão pública	9	9,4
	Meio ambiente	13	13,5
	Políticas sociais, trabalho	9	9,4
	Saúde	1	1,0
	Cooperação técnica	10	10,4
	Outras	5	5,2
	Total	96	100,0

Fonte: Planilhas de "gastos realizados" fornecidas pela ABC.

Tabela 8. Projetos e atividades concluídos entre 1998 e 2002. Valor executado em US\$ inteiros

Grupo	País	Valor executado					Total	
		1998	1999	2000	2001	2002	US\$	%
América do Sul	Argentina	0	1,590	0	0	0	1,590	0,10
	Colômbia	0	15,250	0	0	0	15,250	0,96
	Equador	0	66,610	0	0	0	66,610	4,18
	Paraguai	0	0	410	0	0	410	0,03
	Peru	33,323	0	0	0	0	33,323	2,09
	Suriname	0	2,650	0	0	0	2,650	0,17
	Venezuela	0	5,958	0	0	0	5,958	0,37
	Total	33,323	92,058	410	0	0	125,791	7,89
América Latina e Caribe	Costa Rica	0	20,287	0	0	0	20,287	1,27
	Cuba	41,113	0	0	0	0	41,113	2,58
	El Salvador	0	37,341	0	0	0	37,341	2,34
	Guatemala	102,174	0	0	0	0	102,174	6,41
	México	0	0	18,694	0	0	18,694	1,17
	Nicaragua	43,726	0	0	0	0	43,726	2,74
	Panamá	0	2,921	0	0	0	2,921	0,18
	República Dominicana	0	166,258	0	0	0	166,258	10,43
	Regional	0	0	195,948	0	0	195,948	12,29
	Total	187,013	226,807	214,642	0	0	628,462	39,41
África	Angola	28,287	0	0	0	0	28,287	1,77
	Cabo Verde	0	4,616	0	0	0	4,616	0,29
	Moçambique	31,732	0	0	0	0	31,732	1,99
	PALOP	578,452	0	0	31,159	0	609,611	38,23
	São Tomé e Príncipe	583	0	91,753	0	0	92,336	5,79
	Total	639,054	4616	91,753	31,159	0	766,582	48,07
Ásia	Timor Leste	0	0	54,536	0	0	54,536	3,42
CPLP	CPLP	0	0	19,193	0	0	19,193	1,20
TOTAL		859,390	323,481	380,534	31,159	0	1,594,564	100,00

Fonte: Relação da carteira de projetos e atividades fornecida pela ABC. Valor executado informado nos itens "atividades isoladas concluídas" e "projetos concluídos".

Tabela 9. BRA/98/004: carteira de projetos e atividades

Fonte	QTD	%
Relação fornecida pela ABC	23	25,3
Relatório de Progresso / 2003	22	24,2
Ambos	46	50,5
TOTAL	91	100,0

Tabela 10. Carteira de projetos e atividades - tipos

Tipo	QTD	%
Atividade isolada	21	23,1
Projeto	48	52,7
Sem classificação (*)	22	24,2
TOTAL	91	100,0

Fontes: Ver Tabela 9.

(*) Projetos extraídos do Relatório de Progresso - 2003

Tabela 11. Carteira de projetos e atividades
Ano de início e ano de término previsto

Ano	Início		Término previsto (*)	
	Qtd	%	Qtd	%
1997	1	1,1	0	0,0
1998	1	1,1	0	0,0
1999	2	2,2	1	1,1
2000	4	4,4	0	0,0
2001	22	24,2	1	1,1
2002	17	18,7	9	9,9
2003	21	23,1	23	25,3
2004	8	8,8	33	36,3
2005	0	0,0	12	13,2
2006	0	0,0	2	2,2
SI	15	16,5	10	11,0
TOTAL	91	100,0	91	100,0

Fontes: Ver Tabela 9.

(*) De acordo com o Relatório de Progresso - 2003, 18 projetos foram concluídos no ano: 2 com término previstos para 2002; 11 para 2003; 3 para 2004 e 4 sem informação.

Tabela 12. Carteira de projetos e atividades - execução orçamentária.

Início	Percentual de execução orçamentária							Total
	100 ou mais	80 a 99	50 a 79	20 a 49	1 a 19	Zero	SI	
1997	0	0	0	0	0	1	0	1
1998	0	0	1	0	0	0	0	1
1999	0	1	1	0	0	0	0	2
2000	0	1	0	0	2	1	0	4
2001	5	3	3	2	3	5	1	22
2002	3	2	3	2	4	1	2	17
2003	6	1	3	3	2	1	5	21
2004	4	0	0	0	0	0	4	8
SI	1	2	1	2	1	2	6	15
TOTAL	19	10	12	9	12	11	18	91
%	20,9	11,0	13,2	9,9	13,2	12,1	19,8	100,0

Fontes: Ver Tabela 9.

Tabela 13. Carteira de projetos e atividades por grupos de países

Grupo	País	Quant	%
América do Sul	Argentina	1	1,1
	Bolívia	15	16,5
	Colômbia	4	4,4
	Equador	3	3,3
	Guiana	4	4,4
	Paraguai	3	3,3
	Peru	8	8,8
	Venezuela	1	1,1
	Países do Cone Sul	1	1,1
	Total	40	44,0
América Latina e Caribe	Costa Rica	1	1,1
	Cuba	3	3,3
	El Salvador	3	3,3
	Guatemala	5	5,5
	México	4	4,4
	Nicaragua	2	2,2
	Países da América Latina	1	1,1
	Total	19	20,9
África	Angola	4	4,4
	Cabo Verde	5	5,5
	Guiné Bissau	2	2,2
	Moçambique	6	6,6
	São Tomé e Príncipe	4	4,4
	São Tomé e ... / Cabo Verde	1	1,1
	Total	22	24,2
Ásia	Timor Leste	5	5,5
CPLP	CPLP	5	5,5
TOTAL		91	100,0

Fontes: Ver Tabela 9.

Tabela 14. Carteira de projetos e atividades.
Orçamento original e executado por grupos de países. Valores em US\$ inteiros.

Grupo	País	Orçamento US\$	% total	Executado US\$	% total	Taxa de Execução
América do Sul	Argentina (*)	0	0,0	0	0,0	
	Bolívia	186.391	2,1	81.807	1,3	43,9%
	Colômbia	36.031	0,4	22.303	0,3	61,9%
	Equador	29.246	0,3	21.064	0,3	72,0%
	Guiana	111.884	1,2	87.463	1,4	78,2%
	Paraguai	930.740	10,3	782.302	12,2	84,1%
	Peru	176.933	2,0	25.357	0,4	14,3%
	Venezuela (*)	0	0,0	0	0,0	
	Países do Cone Sul	26.700	0,3	19.004	0,3	71,2%
	Total	1.497.925	16,6	1.039.300	16,2	69,4%
América Latina e Caribe	Costa Rica	1.000	0,0	951	0,0	95,1%
	Cuba	43.392	0,5	27.713	0,4	63,9%
	El Salvador	87.546	1,0	48.536	0,8	55,4%
	Guatemala	153.525	1,7	49.226	0,8	32,1%
	México	0	0,0	0	0,0	
	Nicaragua	127.580	1,4	129.558	2,0	101,6%
	Países da América Latina	3.800	0,0	0	0,0	0,0%
	Total	416.843	4,6	255.984	4,0	61,4%
África	Angola	2.096.276	23,2	1.868.700	29,1	89,1%
	Cabo Verde	68.597	0,8	35.032	0,5	51,1%
	Guiné Bissau	988.747	11,0	6.415	0,1	0,6%
	Moçambique	259.958	2,9	286.732	4,5	110,3%
	São Tomé e Príncipe	414.940	4,6	380.103	5,9	91,6%
	São Tomé e ... / Cabo Verde	18.000	0,2	4.800	0,1	26,7%
	Total	3.846.518	42,6	2.581.782	40,2	67,1%
Ásia	Timor Leste	2.776.805	30,8	2.468.739	38,4	88,9%
CPLP	CPLP	484.125	5,4	76.356	1,2	15,8%
TOTAL		9.022.216	100,0	6.422.161	100,0	71,2%

Fontes: Ver quadro 9.

(*) Não estão disponíveis informações sobre orçamento dos projetos desenvolvidos com esses países.

Tabela 15. Carteira de projetos e atividades por grupos de países e áreas temáticas

Grupo	Área	Quant	%
América do Sul	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	15	37,5
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	1	2,5
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	1	2,5
	Educação, formação profissional	2	5,0
	Energia, recursos naturais	1	2,5
	Gestão pública	3	7,5
	Meio ambiente	7	17,5
	Políticas sociais	2	5,0
	Saúde	7	17,5
	Cooperação técnica	0	0,0
	Outras	1	2,5
	Total	40	100,0
América Latina e Caribe	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	1	5,3
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	0	0,0
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	0	0,0
	Educação, formação profissional	7	36,8
	Energia, recursos naturais	4	21,1
	Gestão pública	1	5,3
	Meio ambiente	0	0,0
	Políticas sociais	1	5,3
	Saúde	4	21,1
	Cooperação técnica	1	5,3
	Outras	0	0,0
	Total	19	100,0
África	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	2	9,1
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	0	0,0
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	0	0,0
	Educação, formação profissional	12	54,5
	Energia, recursos naturais	2	9,1
	Gestão pública	0	0,0
	Meio ambiente	1	4,5
	Políticas sociais	1	4,5
	Saúde	3	13,6
	Cooperação técnica	0	0,0
	Outras	1	4,5
	Total	22	100,0

Continua

Tabela 15 - continuação

Grupo	Área	Quant %	
Timor Leste	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	1	20,0
	Desenvolvimento empresarial / formação profissional	2	40,0
	Educação, formação profissional	2	40,0
	Total	5	100,0
CPLP	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	2	40,0
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	1	20,0
	Gestão pública	1	20,0
	Saúde	1	20,0
	Total	5	100,0
TOTAL	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	21	23,1
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	4	4,4
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	1	1,1
	Educação, formação profissional	23	25,3
	Energia, recursos naturais	7	7,7
	Gestão pública	5	5,5
	Meio ambiente	8	8,8
	Políticas sociais	4	4,4
	Saúde	15	16,5
	Cooperação técnica	1	1,1
	Outras	2	2,2
Total	91	100,0	

Fontes: Ver Tabela 9.

Tabela 16. Carteira de projetos e atividades por grupos de países e áreas temáticas detalhadas.

Grupo	Área	Quant	%
América do Sul	Agricultura	11	27,5
	Pecuária	3	7,5
	Pesca	1	2,5
	Desenvolvimento empresarial	1	2,5
	Formação profissional	2	5,0
	Atenção à família e à criança	2	5,0
	Gestão pública	1	2,5
	Gestão pública - informatização	2	5,0
	Meio ambiente	7	17,5
	Recursos hídricos	1	2,5
	Saneamento	1	2,5
	Prevenção e tratamento: DST / HIV / AIDS	5	12,5
	Medicina	2	5,0
	Software	1	2,5
	Total	40	100,0
América Latina e Caribe	Agropecuária	1	5,3
	Alfabetização de jovens e adultos	1	5,3
	Bolsa-Escola	3	15,8
	Ensino superior	3	15,8
	Atenção à família e à criança	1	5,3
	Gestão pública - informatização	1	5,3
	Energia	1	5,3
	Recursos hídricos	1	5,3
	Recursos minerais	2	10,5
	Prevenção e tratamento: DST / HIV / AIDS	2	10,5
	Saúde pública	2	10,5
	Cooperação técnica	1	5,3
	Total	19	100,0
	África	Agroindústria	1
Agropecuária		1	4,5
Alfabetização de jovens e adultos		4	18,2
Bolsa-Escola		2	9,1
Bolsa-Escola / alfabetização		1	4,5
Formação continuada de professores		1	4,5
Formação profissional		3	13,6

Continua

Tabela 16 - continuação

Grupo	Área	Quant	%
	Atividades sócio-educativas	1	4,5
	Atenção à família e à criança	1	4,5
	Meio ambiente	1	4,5
	Recursos hídricos	2	9,1
	Prevenção e tratamento: DST / HIV / AIDS	3	13,6
	Visita do Presidente da República	1	4,5
	Total	22	100,0
Timor Leste	Agricultura	1	20,0
	Desenvolvimento empresarial / formação profissional	2	40,0
	Alfabetização de jovens e adultos	1	20,0
	Educação à distância	1	20,0
	Total	5	100,0
CPLP	Agricultura	2	40,0
	Desenvolvimento empresarial	1	20,0
	Gestão pública	1	20,0
	Saúde pública	1	20,0
	Total	5	100,0

Fontes: Ver Tabela 9.

Tabela 17. Carteira de projetos e atividades. Orçamento por grupos de países e áreas temáticas. Valores em US\$ inteiros

Grupo	Área	US\$	%
América do Sul	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	199.652	13,3
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria (*)	0	0,0
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	10.160	0,7
	Educação, formação profissional	930.740	62,2
	Energia, recursos naturais	8.250	0,6
	Gestão pública	5.484	0,4
	Meio ambiente	311.908	20,9
	Políticas sociais	29.469	2,0
	Saúde (*)	102	0,0
	Outras (*)	0	0,0
	Total	1.495.765	100,0
América Latina e Caribe	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	6.227	1,5
	Educação, formação profissional	283.238	67,2
	Energia, recursos naturais	122.578	29,1
	Gestão pública (*)	0	0,0
	Políticas sociais	4.760	1,1
	Saúde (*)	3.800	0,9
	Cooperação técnica	1.000	0,2
	Total	421.603	100,0
África	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	6.730	0,2
	Educação, formação profissional	3.503.390	91,1
	Energia, recursos naturais	41.860	1,1
	Meio ambiente	8.242	0,2
	Políticas sociais	6.100	0,2
	Saúde (*)	0	0,0
	Outras	280.196	7,3
	Total	3.846.518	100,0
Timor Leste	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	104.997	3,8
	Desenvolvimento empresarial / formação profissional	1.906.956	68,7
	Educação, formação profissional	764.852	27,5
	Total	2.776.805	100,0
CPLP	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	65.400	13,5
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	200.000	41,3
	Gestão pública	200.000	41,3

Saúde	18.725	3,9
Total	484.125	100,0

Tabela 17 - continuação			
Grupo	Área	US\$	%
TOTAL	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	383.006	4,2
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	200.000	2,2
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	10.160	0,1
	Educação, formação profissional	7.389.176	81,9
	Energia, recursos naturais	172.688	1,9
	Gestão pública	205.484	2,3
	Meio ambiente	320.150	3,5
	Políticas sociais	40.329	0,4
	Saúde	22.627	0,3
	Cooperação técnica	1.000	0,0
	Outras	280.196	3,1
	Total	9.024.816	100,0

Grupo	Área	US\$	%
CPLP	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	65,400	13,5
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	200,000	41,3
	Gestão pública	200,000	41,3
	Saúde	18,725	3,9
	Total	484,125	100,0
TOTAL	Agricultura, agroindústria, pecuária, pesca	407,993	4,5
	Desenvolvimento empresarial, comércio, indústria	200,000	2,2
	Desenvolvimento urbano, saneamento, transporte	10,160	0,1
	Educação, formação profissional	7,499,105	81,9
	Energia, recursos naturais	172,688	1,9
	Gestão pública	205,484	2,2
	Meio ambiente	320,150	3,5
	Políticas sociais	40,329	0,4
	Saúde	24,787	0,3
	Cooperação técnica	1,000	0,0
	Outras	280,196	3,1
	Total	9,161,892	100,0

Fontes: Ver Tabela 9.

(*) Não estão disponíveis informações sobre orçamento dos projetos desenvolvidos nessas áreas e grupos. Na área de saúde, no grupo América do Sul, há informação para dois dos sete projetos; no grupo América Latina e Caribe, há informação para apenas um dos quatro projetos.

Tabela 18. Carteira de projetos e atividade. Instituições executoras nacionais

Instituição executora	QTD %	
AAPAS - Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização Solidária	6	6,2
ABC - Agência Brasileira de Cooperação	1	1,0
ANA - Agência Nacional de Águas	1	1,0
BACEN - Banco Central do Brasil	1	1,0
CAESB - Companhia de Saneamento Básico de Brasília	1	1,0
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	4	4,1
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	4	4,1
EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	1	1,0
FARFESP - Federação das Associações de Recuperação Florestal do Estado de São Paulo	1	1,0
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz	1	1,0
FRM - Fundação Roberto Marinho	1	1,0
IAP - Instituto Ambiental do Paraná	1	1,0
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	2	2,1
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	1	1,0
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4	4,1
MCR - Missão Criança	4	4,1
MEC - Ministério da Educação	2	2,1
MME - Ministério das Minas e Energia	1	1,0
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	1,0
MS - Ministério da Saúde	11	11,3
NADS - Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável	1	1,0
PC - Pastoral da Criança	4	4,1
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa	1	1,0
SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia	1	1,0
SEMAD - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável /MG	1	1,0
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	6	6,2
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados	1	1,0
SINFRA - Secretaria de Infra-estrutura da Bahia	1	1,0
SOFTTEX - Fundação Softex	1	1,0
TSE - Tribunal Superior Eleitoral	2	2,1
UESBA - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	2	2,1
UFBA - Universidade Federal da Bahia	1	1,0
UFLA - Universidade Federal de Lavras / Minas Gerais	1	1,0
UFPR - Universidade Federal do Paraná	1	1,0
UFV - Universidade Federal de Viçosa / Minas Gerais	2	2,1
UGF - Universidade Gama Filho	1	1,0
UNB - Universidade de Brasília	1	1,0
UNESP - Universidade Estadual Paulista	2	2,1
USP - Universidade de São Paulo	1	1,0
SI - Sem informação	17	17,5
TOTAL (*)	97	100,0

Fontes: Ver quadro 9.

(*) Seis projetos contam com duas instituições executoras

Relação A - BRA/98/004: Projetos identificados

Projeto	Situação	Ano	País
Programa de formação de formadores para capacitação de quadros da administração local	NEG	2001	Angola
Fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas - INAPEM	NEG	2001	Angola
Fortalecimento da educação ambiental em Angola	PROG	2003	Angola
Reorganização, fortalecimento institucional e inovação tecnológica da extensão rural como estratégia de desenvolvimento rural sustentável em Angola	PROG	2003	Angola
Fortalecimento institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola	PROG	2003	Angola
Apoio ao Programa Nacional Escola para Todos	PROG	2003	Angola
Sistema de voto eletrônico na Província de Buenos Aires	OP	2003	Argentina
Fortalecimento institucional para o Programa Nacional de HIV / AIDS de Barbados	NEG	2003	Barbados
Manejo do cultivo e técnicas de propagação do caju	NEG	2001	Bolívia
Desenvolvimento e transferência de tecnologia para o aumento da produtividade de pequenos produtores de arroz em Santa Cruz	NEG	2001	Bolívia
Assistência técnica do SEBRAE do Brasil	NEG	2001	Bolívia
Prevenção e controle de DST / HIV / AIDS na Bolívia	PROG	2003	Bolívia
Estruturação do Centro de Referência de Queimados em La Paz	NEG	2003	Bolívia
Sistema eletrônico de contratações estatais	NEG	2003	Bolívia
Reestruturação técnica e pedagógica do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional São Jorginho - CEFAP	NEG	2001	Cabo Verde
Fortalecimento do sistema educacional	NEG	2001	Cabo Verde
Implantação do Balcão Único de Atendimento ao Cidadão	NEG	2001	Cabo Verde
Apoio à investigação pública no setor de caju	NEG	2001	Cabo Verde
Gestão de recursos hídricos	OP	2001	Cabo Verde
Formação de professores com recursos da educação à distância	NEG	2003	Cabo Verde
Fortalecimento e capacitação técnica de recursos humanos para o sistema de formação profissional de Cabo Verde	NEG	2003	Cabo Verde
Projeto - piloto de dessalinização em Ribeira da Barca	PROG	2003	Cabo Verde
Melhoramento da produção forrageira em Cabo Verde	NEG	2003	Cabo Verde
Formação de quadros diretivos superiores do setor público da saúde no Chile	NEG	2001	Chile
Cooperação na área de avaliação educativa	NEG	2001	Colômbia

Projeto	Situação	Ano	País
Assessoria técnico-científica em tele-educação	NEG	2001	Colômbia
Determinação de esterase neutrotóxica em pacientes expostos a praguicidas fosforados	NEG	2001	Colômbia
Estudo comparativo de resposta imune em população humana com diagnóstico presumido de enfermidade de Chagas	NEG	2001	Colômbia
Deteção de mutágenos e tóxicos em água utilizando bioensaios microbianos	NEG	2001	Colômbia
Prevenção e controle do tabagismo	NEG	2001	Colômbia
Estágio em biologia molecular	NEG	2001	Colômbia
Preparação e manutenção de amostras de qualidade	NEG	2001	Colômbia
Planejamento elétrico em zonas não interconectadas, distantes dos grandes centros urbanos e das fontes geradoras de energia elétrica	PROG	2001	Colômbia
Aproveitamento das energias alternativas no suprimento de energia	PROG	2001	Colômbia
Seminário sobre mapeamento geoquímico	PROG	2001	Colômbia
Capacitação e transferência de tecnologia para o manejo sanitário do cultivo de cacau com ênfase em tolerância genética e biocontroladores	PROP	2003	Colômbia
Esquemas de energização rural vinculados ao desenvolvimento local	PROP	2003	Colômbia
Gestão ambiental do setor mineiro energético	PROP	2003	Colômbia
Capacitação e transferência de tecnologia na produção de álcooles carbunates	PROP	2003	Colômbia
Desenho de instrumentos para a promoção de projetos de desmarginalização	PROP	2003	Colômbia
Acompanhamento do processo de instalação de capacidades técnicas em matéria de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, na região fronteiriça	NEG	2003	Colômbia
Capacitação e treinamento para supervisão e controle de projetos de conservação e sustentação de banco de germoplasma animal, vegetal e de microorganismos, em áreas de preservação da biodiversidade	NEG	2003	Colômbia
Atenção e tratamento a pessoas vivendo com HIV / AIDS na Colômbia	NEG	2003	Colômbia
Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial	NEG	2000	CPLP
Centro Regional de Excelência em Administração Pública	NEG	2000	CPLP
Fortalecimento institucional na área de investigação agropecuária do Ministério de Agricultura de Cuba	NEG	2003	Cuba

Projeto	Situação	Ano	País
Capacitação em hotelaria e turismo	NEG	2003	Cuba
Manejo integrado de bacias hidrográficas	NEG	2003	Cuba
Utilização da informação da teledetecção na proteção do meio ambiente	NEG	2003	Cuba
Fortalecimento do marco regulatório ambiental para o controle dos riscos das atividades de exploração - produção de petróleo e gás em águas profundas	NEG	2003	Cuba
Biotecnologia para o cultivo de Colossoma sp em pequenas barragens e tanques	NEG	2001	Cuba
Avaliação geológico-mineira e econômica de recursos minerais de Cuba	NEG	2001	Cuba
Tecnologia para a intensificação da produção e processamento da Lagostín Malayo	PROG	2001	Cuba
Apoio interinstitucional para criação de uma rede de laboratórios acreditados de acordo com as normas ISO	NEG	2001	El Salvador
Criação e fortalecimento da rede interinstitucional de metrologia legal	NEG	2001	El Salvador
Capacitação em planejamento financeiro e estratégico	NEG	2001	El Salvador
Apoio técnico ao Corpo de Bombeiros de El Salvador	NEG	2003	El Salvador
Atenção e tratamento de pessoas vivendo com HIV / AIDS em El Salvador	PROG	2003	El Salvador
Programa de produtividade e qualidade da pequena indústria madeireira	NEG	2001	Equador
Cooperação amazônica para construção de capacidades locais	NEG	2001	Equador
Prevenção e controle da raiva no Equador	NEG	2001	Equador
Assistência técnica para a prestação, financiamento e evolução dos serviços de saúde e alternativas das instituições para estender a cobertura de programas de saúde	NEG	2001	Equador
Criação do Instituto de Medicina Tropical da Amazônia e de DST / HIV / AIDS	NEG	2003	Equador
Sistema de cadastro único de programas sociais	OP	2003	Equador
Fortalecimento da capacidade de resposta do programa de prevenção e controle de DST / HIV / AIDS no Equador	OP	2003	Equador
Planejamento de sistemas eficientes para o controle da formiga acoushi no interior da Guiana	NEG	2001	Guiana
Identificação e desenvolvimento de variedades da mandioca amarga de curta maturação	NEG	2001	Guiana
Programa nacional de desenvolvimento do gado leiteiro	NEG	2001	Guiana
Estudo do efeito do mercúrio no meio ambiente	NEG	2001	Guiana
Construção de abatedouro e curtume em Lethem e revitalização da indústria pecuária da região de Rupununi	NEG	2001	Guiana
Curso sobre concepção e formulação de projetos de CTI	NEG	2001	Guiana
Saúde ocupacional	NEG	2003	Guiana

Projeto	Situação	Ano	País
Transferência de tecnologia para implantação de modernas técnicas de produção e processamento industrial do caju	PROG	2003	Guiné Bissau
Cultivo de arroz irrigado	PROG	2003	Guiné Bissau
Produção e comercialização de manga e flores ornamentais para exportação	ID	2003	Honduras
Identificação da estrutura de funcionamento das empresas de transporte: organização da empresa e prestação do serviço	NEG	2001	México
Ônibus impulsionados por tecnologias alternativas (híbridos)	NEG	2001	México
Determinação das tarifas de transporte público de passageiros nas grandes cidades para organismos governamentais e serviços concessionados	NEG	2001	México
Metodologias de planejamento de transporte urbano utilizando modelos matemáticos de simulação para cidades metropolitanas	NEG	2001	México
Estratégia para a implementação de um programa de operação, manutenção e controle de serviços na rede de trolebus	NEG	2001	México
Processo de concessão e permissão dos serviços de transporte público de passageiros e acompanhamento do cumprimento das obrigações	NEG	2001	México
Conceitualização e operação do sistema de vigilância epidemiológica binacional e capacitação na área de epidemiologia	NEG	2001	México
Saúde do adulto e do idoso ante o avanço das doenças crônico-degenerativas	NEG	2001	México
Modelo de pesquisa operativa de serviço de saúde	NEG	2001	México
Integração e operação do Comitê de Segurança e Atenção Médica em casos de desastres	NEG	2001	México
Programa de melhoria contínua da qualidade da atenção médica	NEG	2001	México
Otimização do usos de leitos hospitalares (camas sazonais)	NEG	2001	México
Estudo da variação genética do aedes aegypti no México	NEG	2001	México
Epidemiologia da tuberculose pulmonar e infecções respiratórias agudas em diaristas agrícolas migrantes	NEG	2001	México
Fatores associados ao câncer pulmonar na zona metropolitana da Cidade do México	NEG	2001	México
Projeto de cooperação de pesquisa em virologia, clínica, epidemiologia, aspectos sociais e econômicos das infecções respiratórias agudas entre o México e o Brasil.	NEG	2001	México
Análise comparativa dos censos experimentais dos censos demográficos de 2000	NEG	2001	México
Treinamento técnico IBGE - INEGI na área de documentação e disseminação da informação	NEG	2001	México
Demonstração do sistema eleitoral brasileiro de votação e apuração eletrônicas na Cidade do México	OP	2003	México
Planejamento e gestão de recursos hídricos	PROG	2003	México
Apoio ao desenvolvimento e fortalecimento do setor de pesquisa agropecuária da República de Moçambique	PROG	2003	Moçambique

Projeto	Situação	Ano	País
Uso de tecnologias da informação e da comunicação na educação presencial e à distância, em Moçambique	NEG	2003	Moçambique
Cooperação na área de alfabetização e educação de adultos	NEG	2003	Moçambique
Assistência técnica na área de apoio a pequenas e médias empresas de Moçambique	PROP	2003	Moçambique
Cenário do saneamento básico no Brasil - uma alternativa de capacitação técnica para o INNA	NEG	2001	Nicaragua
Desenho urbano de setores priorizados na cidade de Manágua e estudo de reestruturação da rede de ônibus urbanos	NEG	2001	Nicaragua
Capacitação e fortalecimento institucional para o desenvolvimento industrial	NEG	2001	Nicaragua
Programa de formação de quadros da saúde dos PALOP	NEG	2001	PALOP
Fortalecimento do controle de qualidade de sementes	NEG	2001	Panamá
Fortalecimento da pesquisa e transferência tecnológica no setor agroindustrial	NEG	2001	Panamá
Centro de Formação Profissional Paraguai - Brasil em Hernandárias	NEG	2001	Paraguai
Projeto de cooperação técnica sobre metrologia, certificação e acreditação de laboratórios	NEG	2001	Paraguai
Bolsa-escola no Paraguai	PROP	2003	Paraguai
Modernização do sistema de concessão de documentos a estrangeiros	PROP	2003	Paraguai
Formação de recursos humanos nacionais em gestão de empreendedorismo, clústeres produtivos e interação universidade - empresa	PROP	2003	Paraguai
Formação de recursos humanos nacionais em diagnóstico tecnológico, gestão de incubadoras de empresas e marco legal do sistema nacional de inovação	PROP	2003	Paraguai
Assistência e tratamento de pessoas vivendo com HIV / AIDS no Paraguai	PROG	2003	Paraguai
Transferência de tecnologia para sustentabilidade das espécies amazônicas	NEG	2001	Peru
Apoio aos estudos globais e floresta amazônica	NEG	2001	Peru
Cooperação e intercâmbio técnico Peru / Brasil para o fortalecimento técnico na área de população e desenvolvimento	NEG	2001	Peru
Transferência tecnológica para melhorar a competitividade e a capacidade inovadora das pequenas e médias empresas do setor de couro, calçado e têxtil-confecções	NEG	2001	Peru
Controle da raiva silvestre	NEG	2001	Peru
Melhoramento dos serviços de defesa zoonosológica e diagnóstico de laboratório veterinário	PROG	2003	Peru
Fortalecimento institucional de entidades prestadoras de serviços de saneamento no Peru: tratamento de águas residuais e lodos de esgoto sanitário	PROG	2003	Peru

Projeto	Situação	Ano	País
Vocações empresariais e tecnológicas	PROG	2003	Peru
Estimativa da variabilidade genética populacional de <i>Brachyplatystoma Flavicans</i> Castelnau, 1855, na amazônia peruana	PROG	2003	Peru
Cooperação técnica Brasil - Peru na área de pequenas e médias empresas (continuação)	PROP	2003	Peru
Assistência técnica em desenvolvimento urbano e habitação em assentamentos amazônicos prioritários	PROP	2003	Peru
Descentralização dos programas sociais do Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social	PROP	2003	Peru
Transferência de métodos e instrumentos de gestão de projetos de investigação e desenvolvimento agrário	PROG	2003	Peru
Prevenção e controle de DST / HIV / DST no Peru	PROG	2003	Peru
Recuperação ambiental da região de Huaypetuhe	PROG	2003	Peru
Cooperação Tripartite Brasil - Peru - Colômbia na em saúde	NEG	2003	Regional / AL
Manejo da bacia do Rio Yaque do Norte: parques florestais, ecoturismo, educação ambiental e investigação hidrológica	PROG	2003	República Dominicana
Assistência e tratamento de pessoas vivendo com HIV / AIDS na República Dominicana	PROG	2003	República Dominicana
Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe	OP	2003	São Tomé e Príncipe
Cooperação no domínio do setor petrolífero	ID	2003	São Tomé e Príncipe
Apoio ao desenvolvimento da área agrícola da República Democrática de São Tomé e Príncipe	ID	2003	São Tomé e Príncipe
Redução dos impactos negativos da mineração artesanal do ouro no Suriname	NEG	2003	Suriname
Implantação do pólo de capacitação em saúde da família em Timor Leste	NEG	2001	Timor Leste
Fortalecimento da capacidade nacional para reestruturação do sistema de saúde em Timor Leste	NEG	2001	Timor Leste
Transferência de técnicas cafeeiras a Timor Leste	NEG	2001	Timor Leste
Alfabetização Solidária em Timor Leste - continuação	ID	2003	Timor Leste
Ensino à distância (telecurso) - continuação	ID	2003	Timor Leste

Projeto	Situa- ção	Ano	País
Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social - apoio a novas turmas	ID	2003	Timor Leste
Conhecimento sobre os fatores que incidem na necrose das gemas de flor de pera no Uruguai	NEG	2003	Uruguai
Capacitação e transferência de metodologia para zoneamento do cultivo da videira no Uruguai e caracterização analógica e comercial de vinhos	NEG	2003	Uruguai
Reativação e consolidação do Centro Amazônico de Pesquisas Ambientais	NEG	2001	Venezuel a
Assistência técnica para o desenho de um programa integral de resíduos sólidos a nível nacional	NEG	2001	Venezuel a
Sistema integrado de informação com base em indicadores de gestão para serviço de água potável e saneamento	NEG	2001	Venezuel a
Corredor fluvial do Orinoco	NEG	2001	Venezuel a
Programa de limpeza, secagem e armazenamento de arroz em unidade de produção na Venezuela	NEG	2001	Venezuel a
Programa para fomentar e recuperar o cultivo de cacau no Estado de Yaracuy	NEG	2001	Venezuel a
Programa para promover a criação e exportação de software	NEG	2001	Venezuel a
Cooperação técnica Brasil - Venezuela em matéria de produção agropecuária e desenvolvimento rural	PROP	2003	Venezuel a
Controle da febre amarela na fronteira	NEG	2003	Venezuel a
Controle e prevenção de DST / HIV / AIDS na fronteira	NEG	2003	Venezuel a
Nove perfis de projetos nas áreas de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e vigilância ambiental	NEG	2003	Venezuel a

**RELAÇÃO B - PROJETOS e ATIVIDADES CONCLUÍDOS ENTRE 1998 E 2002
(parte 1)**

Projeto / Atividade	País	1998	1999	2000	2001	2002
Atendimento às crianças e adolescentes em circunstâncias particularmente difíceis	Angola	X	X			
Centro Móvel	Angola	X	X			
Desenvolvimento de políticas sociais destinadas à reinserção dos deslocados, repatriados e desmobilizados	Angola	X				
Programa de combate à pobreza	Angola		X			
Desenvolvimento de processos de tratamento biológico de resíduos da indústria química e petroquímica em reatores anaeróbicos	Argentina		X	X		
Transferência de tecnologia em horticultura	Bolívia	X				
Modernização da administração do serviço público - recursos humanos	Cabo Verde		X			
Projeto na área de trabalho e previdência	Cabo Verde		X			
Administração para conservação e aproveitamento sustentável da fauna silvestre e aquática	Colômbia			X		
Assistência técnica e capacitação para desenvolvimento de programa rural (aqueduto e saneamento básico)	Colômbia			X		
Capacitação de funcionários do Ministério do Meio Ambiente em desenvolvimento urbano	Colômbia		X			
Corredores de comércio internacional e de transportes e centro de referência. Controle e gestão ambiental no setor de transportes	Colômbia			X		
Implantação de um sistema de gestão ambiental e adaptação de modelos de dispersão	Colômbia			X	X	
Metodologia de avaliação de técnicas de reprodução aplicadas em peixes nativos de águas continentais colombianas	Colômbia			X		
Desenvolvimento de método de cálculo para cobrança de transporte	Costa Rica		X			
Desenvolvimento de projetos hidroelétricos em bacias hidrográficas	Costa Rica		X	X		

em assentamentos indígenas						
Projeto na área de energia	Costa Rica		X			
Assessoria para desenvolvimento de metodologia para elaboração do Plano Nacional de Normalização	Costa Rica			X		
Reestruturação do sistema de organização de arquivos da Secretaria Executiva da CPLP	CPLP			X		
Aproveitamento energético da cana-de-açúcar e seus subprodutos	Cuba		X		X	

**RELAÇÃO B - PROJETOS e ATIVIDADES CONCLUÍDOS ENTRE 1998 E 2002
(parte 2)**

Projeto / Atividade	País	1998	1999	2000	2001	2002
Avaliação geológica e econômica de recursos minerais	Cuba				X	
Educação e saúde comunitária	Cuba	X				
Manejo da cooperação técnica financeira internacional	Cuba		X			
Projeto de interesse do Ministério de Economia e Planejamento e do Programa de Recuperação Econômica de Cuba	Cuba			X	X	
Saúde comunitária e da família	Cuba	X				
Tecnologia para produção e processamento do lagostim malayo	Cuba				X	
Educação acelerada	El Salvador		X			
Educação, ciência e técnicas de apoio a proteção e conservação do meio ambiente	El Salvador		X			
Estudo de factibilidade para estabelecimento de incubadora de empresas	El Salvador		X			
Projeto na área de meio ambiente	El Salvador		X			
Transferência de tecnologia para a agroindústria de óleo de mamona	El Salvador			X		
Uso de metodologias para acompanhamento de tratados internacionais e práticas nacionais	El Salvador			X		
Conservação e desenvolvimento sustentável do Parque Nacional de Sangay	Equador		X	X	X	X
Curso de elaboração de projetos de manejo ambiental no campo geológico e de mineração	Equador			X		
Programa de mestrado em Produção Agrícola Sustentável	Equador		X	X		
Curso de planejamento e gestão da atividade científica	Guatemala	X				
Fruticultura tropical	Guatemala		X			
Mulher rural incorporada ao desenvolvimento social e econômico	Guatemala				X	
Projeto na área de agricultura	Guiné Bissau	X				
Projeto na área de transporte	México			X		
Vírus da tristeza dos cítricos	México			X		
Floresta de savana	Moçambique	X				
Formação de recursos humanos em mineração	Moçambique		X			
Gemologia e geologia de gemas	Moçambique		X			
Desenvolvimento da produção de sementes melhoradas na Nicarágua	Nicarágua		X	X	X	

RELAÇÃO B - PROJETOS e ATIVIDADES CONCLUÍDOS ENTRE 1998 E 2002 (parte 3)

Projeto / Atividade	País	1998	1999	2000	2001	2002
Intercâmbio técnico no setor dendroenergético	Nicaragua		X	X		
Produção e certificação de sementes	Nicaragua	X				
Sistema Nacional de Acreditação de Laboratório e capacitação em metrologia legal	Nicaragua				X	
Curso de concepção e elaboração de projetos de cooperação técnica internacional	Países da AL e Caribe				X	
Curso internacional de cooperação técnica - I módulo	Países da AL e Caribe				X	
Curso internacional de cooperação técnica - II módulo	Países da AL e Caribe				X	
Curso internacional de cooperação técnica - III módulo	Países da AL e Caribe				X	
Curso internacional de cooperação técnica - IV módulo	Países da AL e Caribe				X	
Curso internacional sobre bioquímico para viabilidade e vigor de sementes para países da América Latina e do Caribe.	Países da AL e Caribe				X	X
Curso internacional sobre harmonização de metodologias de análise de sementes	Países da AL e Caribe			X		
Curso internacional sobre zoonoses para técnicos da América Latina e do Caribe	Países da AL e Caribe				X	X
Curso regional de capacitação em fruticultura tropical	Países da AL e Caribe			X		X
Seminário internacional de vigilância em sanidade animal e zoonoses	Países da AL e Caribe				X	
Curso de atualização tecnológica para cultivo do feijoeiro comum	PALOP			X	X	
Curso de práticas diplomáticas em Moçambique	PALOP			X		
Curso de práticas diplomáticas em São Tomé e Príncipe	PALOP				X	
Curso de produção de milho e transferência de tecnologia para as culturas de milho e sorgo	PALOP			X	X	
Curso de técnicas de cultivo dependente de chuva em zonas semi-áridas	PALOP				X	
Curso de técnicas de produção animal em zonas semi-áridas	PALOP				X	
Fortalecimento da capacitação institucional dos PALOP	PALOP		X	X	X	
Plano de cooperação em treinamento e desenvolvimento de tecnologia para apoio dos programas de saúde e cuidados primários nos PALOP	PALOP			X		

RELAÇÃO B - PROJETOS e ATIVIDADES CONCLUÍDOS ENTRE 1998 E 2002 (parte 4)

Projeto / Atividade	País	1998	1999	2000	2001	2002
Programa Brasileiro de Treinamento na Área Agrícola	PALOP			X		X
Seminário de fortalecimento institucional	PALOP	X				
Curso de atualização tecnológica para cultura de arroz de terras altas	PALOP				X	
Curso de processamento e cultivo da mandioca	PALOP				X	
Melhoramento da educação científica	Panamá		X			
Reforço dos programas de pesquisa e transferência de tecnologia na área agroindustrial do Centro de Produção e Investigações Agroindustriais e outras entidades públicas	Panamá				X	
Apoio às atividades preparatórias do Censo Nacional de População e Domicílios	Paraguai			X	X	
Seminário sobre migrações: Brasil - Paraguai	Paraguai			X		
Apoio às micro e pequenas empresas	Peru	X				
Criação do sistema nacional de prevenção e combate a incêndios florestais	Peru			X		
Produção, crioconservação e caracterização de germoplasma Elite de Passiflora livre de patógenos	Peru		X	X		
Programa de cooperação técnica Brasil - Peru na área de pequenas e médias empresas	Peru		X	X	X	X
Projeto - piloto de recuperação da região de Huaypetue	Peru		X			
Recuperação ambiental em Huaypetue - Fase II	Peru			X	X	
Sensoriamento remoto para zoneamento ecológico da amazônia peruana	Peru		X			
Combate ao trabalho infantil	República Dominicana		X	X		
Curso de concepção e elaboração de projetos de cooperação técnica	República Dominicana			X		
Educação urbana para Centro Histórico Comercial Santiago de Los Caballeros	República Dominicana		X	X	X	X
Fortalecimento da capacidade de gestão operacional do serviço nacional	República Dominicana		X			
Fortalecimento das bases normativas sobre higiene e segurança no trabalho	República Dominicana			X		
Programa de desenvolvimento urbano - área de transporte	República Dominicana		X			

RELAÇÃO B - PROJETOS e ATIVIDADES CONCLUÍDOS ENTRE 1998 E 2002 (parte 5)

Projeto / Atividade	País	1998	1999	2000	2001	2002
Recuperação de habitações em bairros populares de Santiago	República Dominicana		X	X		
Curso de avaliação e enquadramento de projetos de cooperação técnica	São Tomé e Príncipe				X	
Curso de concepção e elaboração de projetos de cooperação técnica	São Tomé e Príncipe			X		
Formação de professores	São Tomé e Príncipe	X				
Projeto no setor de mineração de ouro no Suriname	Suriname		X			
Alfabetização Comunitária em Timor Leste	Timor Leste			X	X	
Estabelecimento do Programa de Cooperação Brasil / Timor Leste	Timor Leste			X	X	
Centro Amazônico de Investigações Ambientais Alejandro Humboldt	Venezuela		X			
Política institucional de desenvolvimento hidroelétrico	Venezuela		X			

Fonte: Planilhas de "gastos realizados" fornecidas pela ABC.

RELAÇÃO C - CARTEIRA DE PROJETOS e ATIVIDADES (parte 1)

N°	Título	Área	Inst exec nacional	Início	Término previsto	Término efetivo	Orçamento	Executado	País	RP 2003
A003	Assessoria à Pastoral da Criança de Angola	PS	PC	25/08/2002	27/10/2002		6.100	318	Angola	NC
A021	Preparação da Visita do Presidente da República do Brasil ao Centro de Formação Profissional Brasil-Angola	OUT	SI	18/06/2003	31/03/2004		280.196	255.761	Angola	NC
S027	Centro de Formação Profissional Brasil-Angola	ED	SENAI	28/04/1999	31/12/2003		1.809.980	1.612.621	Angola	68
	Fortalecimento do programa DST / AIDS em Angola	SD	MS	SI	31/12/2003	31/12/2003	SI	SI	Angola	67
	Sistema de voto eletrônico na Província de Buenos Aires	GP	TSE	SI	SI		SI	SI	Argentina	8
A013	Congresso Boliviano de Gastroenterologia e Endoscopia Digestiva	SD	SI	04/08/2002	08/08/2002		102	18	Bolívia	NC

A016	Transferência de metodologia da Pastoral da Criança do Brasil para a Pastoral Del Niño da Bolívia	PS	PC	07/05/2003	12/09/2003		2.769	2.769	Bolívia	9
S004	Apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa	AGP	MAPA	15/11/2001	18/11/2005		22.280	19.039	Bolívia	47
S005	Transferência de tecnologia para apoiar a competitividade do circuito produtivo do café na região de Yungas	AGP	EPAMIG UFV	15/11/2001	18/11/2005		19.420	13.047	Bolívia	48
S006	Capacitação e transferência de tecnologia no cultivo e processamento de frutas tropicais em Chapare e Yungas	AGP	UESBA EMBRAPA	15/11/2001	18/11/2005		16.780	9.481	Bolívia	48

S007	Controle do bicudo do algodoeiro e caracterização de área livre da praga	AGP	MAPA	15/11/2001	18/11/2005		10.720	0	Bolívia	48
S008	Capacitação e transferência de tecnologia no cultivo do palmito (bactris gasipaes) em Chapare	AGP	CEPLAC	15/11/2001	18/11/2005		11.980	5.070	Bolívia	48
S009	Legislação de recursos hídricos	ERN	ANA	15/11/2001	15/12/2002	30/11/2003	8.250	0	Bolívia	50
S010	Sistema de alerta e monitoramento de incêndios florestais	MA	IBAMA	15/11/2001	15/06/2003	31/05/2003	10.480	2.153	Bolívia	50
S012	Melhoramento de procedimentos para a gestão ambiental na Bolívia	MA	IAP	15/11/2001	15/06/2003	31/01/2003	23.645	23.645	Bolívia	50
S013	Transferência de tecnologia nas áreas de horticultura, fruticultura e grandes culturas	AGP	SI	01/12/1997	30/12/1999		6.605	6.605	Bolívia	NC
S029	Manejo da fauna silvestre	MA	IBAMA	15/11/2001	18/11/2005		47.400	0	Bolívia	49

S047	Prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis, vírus de deficiência imunológica humana e síndrome de imunodeficiência adquirida (DST / HIV / AIDS)	SD	MS	28/04/2003	28/04/2004		2.160	0	Bolívia	49
S049	Projeto sistema eletrônico de contratações estatais	GP	SERPRO MPOG	28/04/2003	28/04/2004		3.800	0	Bolívia	49
	Estruturação de Centro de Referência para Queimados	SD	UGF	18/11/2003	18/11/2005		SI	SI	Bolívia	50
A008	Capacitação para guarda-parques nas áreas protegidas de Cabo Verde	MA	SEMAD	01/12/2002	10/08/2004	31/07/2003	8.242	8.242	Cabo Verde	69

A010	Fortalecimento do sistema de formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Solidariedade de Cabo Verde	ED	ABC	01/05/2003	31/10/2003	30/11/2003	18.495	18.495	Cabo Verde	69
S019	Gestão dos recursos hídricos em Cabo Verde	ERN	SINFRA	01/07/1999	30/12/2002		0	0	Cabo Verde	NC
S056	Projeto-piloto de "Dessalinização em Ribeira da Barca"	ERN	SEDUR	01/01/2004	31/01/2005		41.860	8.275	Cabo Verde	33
	Programa Alfabetização Solidária em Cabo Verde	ED	AAPAS	01/08/2002	30/11/2004		SI	SI	Cabo Verde	69
S025	Capacitação e transferência de tecnologia no cultivo de cacau para sua expansão na Colômbia	AGP	CEPLAC	01/11/2001	31/12/2003		8.445	5.984	Colômbia	52

S026	Cultivo da seringueira na Colômbia: viabilidade produtiva e financeira	AGP	CEPLAC	01/01/2001	31/12/2003		19.195	7.928	Colômbia	52
S033	Implementação da atividade citrícola no município de Puerto Lleras, Departamento del Meta	AGP	UESBA	01/01/2001	30/12/2001		8.391	8.391	Colômbia	NC
	Assistência e tratamento de pessoas vivendo com HIV -AIDS na Colômbia	SD	MS USP	17/10/2003	31/12/2004		SI	SI	Colômbia	52
A028	Participação brasileira no "Seminário de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica"	CT	SI	26/05/2004	30/06/2004		1.000	951	Costa Rica	NC

A011	II Curso Internacional: Capacitação em Educação à Distância em Saúde Pública. Área de concentração: vigilância sanitária. Programa de parceria Brasil - Japão.	SD	FIOCRUZ	27/01/2003	28/02/2003		18.725	1.731	CPLP	77
A023	II Curso Internacional sobre Cultivo e Processamento da Mandioca. Programa de parceria Brasil - Japão	AGP	EMBRAPA	06/10/2003	31/10/2003		31.380	31.246	CPLP	77
S030	Centro Regional de Excelência em Administração Pública	GP	SI	01/07/2000	30/12/2004		200.000	4.520	CPLP	NC
S031	Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial	DE	SI	01/07/2000	30/12/2004		200.000	19.790	CPLP	NC

A002	I Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais. Programa de parceria Brasil-Japão	AGP	SENAI	14/10/2002	10/12/2003		34.020	19.069	CPLP	NC
A020	Capacitação em metodologia de avaliação de ativos minerais	ERN	SI	02/06/2003	28/02/2004		1.200	104	Cuba	NC
S045	Diplomado em Banca Comercial	ED	BACEN	21/04/2003	24/10/2003	31/12/2003	42.192	27.609	Cuba	58
	Fortalecimento do programa nacional de DTS / AIDS - Fase II	SD	MS	SI	31/12/2003	31/12/2003	SI	SI	Cuba	58
S015	Estruturação do programa de pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade de El Salvador.	ED	UNB	01/07/1998	21/08/2004	31/12/2003	23.216	17.633	El Salvador	59
S017	Desenvolvimento ambiental nos programas de formação de docentes	ED	UFPR	01/12/2000	31/10/2002		22.330	29.828	El Salvador	NC
S046	Bolsa-Escola em El Salvador	ED	MCR	20/03/2003	31/12/2004		42.000	1.075	El Salvador	59

A019	Sistema de cadastro único de programas sociais	GP	SI	05/05/2003	10/12/2003		1.684	1.684	Equador	13
S028	Cooperação amazônica para construção de capacidades locais	MA	NADS	01/10/2001	01/10/2003	30/06/2003	27.562	19.380	Equador	53
	Fortalecimento da capacidade de resposta do programa nacional de prevenção e controle de HIV/AIDS/DST do Equador	SD	MS	SI	31/12/2004		SI	SI	Equador	53
A031	Apoio ao projeto Bolsa-Escola na Guatemala	ED	SI	14/08/2004	14/11/2004		13.500	4.500	Guatemala	NC
S016	Apoio à criação do Instituto de Pesquisas Geoquímicas	ERN	SI	03/02/2002	09/02/2002		25	25	Guatemala	NC
S039	Alfabetização Solidária na Guatemala	ED	AAPAS	22/08/2002	22/08/2004		113.600	25.991	Guatemala	61
S043	Bolsa-Escola na Guatemala	ED	MCR	01/09/2002	31/12/2004		26.400	18.710	Guatemala	60

	Apoio ao programa nacional de prevenção e controle de DST / HIV / AIDS da Guatemala	SD	MS	SI	28/02/2004	31/12/2003	SI	SI	Guatemala	61
S034	Gestão de base de dados de produção de gado leiteiro e vigilância de doenças na Guiana	AGP	UFLA	18/04/2002	30/07/2004		36.171	13.532	Guiana	54
S035	Identificação e desenvolvimento de variedades de mandioca adequada para segurança alimentar no interior da Guiana	AGP	UNESP	18/04/2002	18/04/2003	31/01/2003	15.251	15.251	Guiana	54
S036	Sistemas eficientes de controle da formiga acoushi em agricultura orgânica no interior da Guiana	AGP	UNESP	18/04/2002	18/04/2003	31/01/2003	18.974	18.974	Guiana	54
S037	Limpeza de resíduos químicos de Camp Groomes	MA	SI	18/04/2002	18/04/2003		41.488	39.706	Guiana	NC

A012	Esporte educacional	ED	SI	01/11/2002	15/12/2002		6.415	6.415	Guiné Bissau	NC
S044	Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau	ED	SENAI	31/07/2002	31/07/2005		982.332	0	Guiné Bissau	68
A026	Encontro Sub-regional Centro-Americano e Caribenho da Pastoral da Criança	PS	PC	18/05/2004	20/05/2004		4.760	328	México	NC
	Planejamento e gestão de recursos hídricos	ERN	SI	SI	SI		SI	SI	México	26
	Demonstração do sistema eleitoral brasileiro de votação e apuração eletrônicas na Cidade do México.	GP	TSE	SI	SI	31/12/2003	SI	SI	México	62
	Programa de cooperação sobre saúde ambiental	SD	MS	SI	SI	31/12/2003	SI	SI	México	61
S020	Bolsa-Escola em Moçambique	ED	MCR	01/07/2001	31/12/2004		28.259	54.839	Moçambique	64

S021	Programa Alfabetização Solidária em Moçambique	ED	AAPAS	01/07/2001	31/12/2003	31/03/2003	231.699	231.533	Moçambique	66
	Apoio ao desenvolvimento e fortalecimento do setor de pesquisa agropecuária da República de Moçambique	AGP	EMBRAPA	05/11/2003	31/12/2004		SI	SI	Moçambique	66
	Uso de tecnologias da informação e da comunicação na educação presencial e à distância, em Moçambique	ED	MEC	SI	30/11/2004		SI	SI	Moçambique	65
	Cooperação na área de alfabetização e educação de adultos	ED	MEC AAPAS	02/01/2004	31/12/2005		SI	SI	Moçambique	64
	Projeto Programa de Cooperação Internacional - Ntwanano	SD	MS	05/11/2003	05/11/2005		SI	SI	Moçambique	65

A014	Estabelecimento de um modelo metodológico de geração e transferência de tecnologia agropecuária aplicada às diferentes zonas de influência da ELLAG de Rivas	AGP	SI	22/09/2002	06/10/2002		6.227	6.227	Nicarágua	NC
S018	Programa de modernização do setor dendroenergético da Nicarágua	ERN	UFV FARFESP	01/02/2001	30/04/2002	31/07/2003	121.353	123.331	Nicarágua	62
A027	Seminário internacional em políticas públicas para as mulheres na área de saúde: experiências latino-americanas	SD	SI	25/05/2004	27/05/2004		3.800	0	Países da América Latina	NC

A015	Disseminação da metodologia desenvolvida pela Pastoral da Criança do Brasil de combate à mortalidade infantil aos países da América Latina.	PS	PC	25/03/2003	18/09/2003		26.700	19.004	Países do Cone Sul	NC
A030	Apoio ao projeto Centro de Formação e Capacitação Profissional Brasil-Paraguai em Hernandárias	ED	SENAI	08/07/2004	08/10/2004		28.200	17.800	Paraguai	NC
S014	Centro de Formação e Capacitação Profissional Paraguai-Brasil em Hernandárias	ED	SENAI	15/01/2002	10/05/2004		902.540	764.502	Paraguai	55
	Assistência e tratamento de pessoas vivendo com HIV / AIDS no Paraguai	SD	MS	SI	SI		SI	SI	Paraguai	55

S051	Melhoramento dos serviços de defesa zooto-sanitária e diagnóstico de laboratório veterinário	AGP	UFBA	24/06/2003	24/10/2006		5.440	0	Peru	56
S052	Fortalecimento institucional de entidades prestadoras de serviços de saneamento no Peru: tratamento de águas residuais e lodos de esgoto sanitário	DU	CAESB	24/06/2003	24/10/2006		10.160	0	Peru	57
S053	Controle da raiva silvestre	MA	MAPA	24/06/2003	24/12/2004		53.940	1.713	Peru	56
S054	Recuperação ambiental da região de Huaypetuhe	MA	MME	25/08/2003	25/08/2005		107.393	23.644	Peru	56
	Transferência de métodos e instrumentos de gestão de projetos de investigação e desenvolvimento agrário	AGP	EMBRAPA	SI	SI		SI	SI	Peru	57

	Estimativa da variabilidade genética populacional de <i>Brachyplatystoma Flavicans</i> Castelnau, 1855, na amazônia peruana	AGP	INPA	SI	SI		SI	SI	Peru	57
	Vocações empresariais e tecnológicas	DE	SEBRAE	SI	SI		SI	SI	Peru	56
	Prevenção e controle de DST / HIV / DST no Peru	SD	MS	SI	SI		SI	SI	Peru	56
S022	Transferência de tecnologia de produção e de aproveitamento de subprodutos do cacau em São Tomé e Príncipe	AGP	CEPLAC	01/09/2001	31/12/2003		6.730	9.475	São Tomé e Príncipe	71
S023	Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe	ED	MCR	01/08/2001	31/07/2003		53.000	45.083	São Tomé e Príncipe	71
S024	Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe	ED	AAPAS	01/07/2001	16/06/2004		355.210	325.545	São Tomé e Príncipe	34

	Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na prevenção de DST / AIDS	SD	MS	01/08/2001	31/03/2003	31/03/2003	SI	SI	São Tomé e Príncipe	71
A032	Apoio aos projetos Bolsa-Escola e Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde	ED	SI	01/07/2004	15/10/2004		18.000	4.800	São Tomé e Príncipe / Cabo Verde	NC
A022	Apoio à implantação de novas turmas do projeto Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social em Timor Leste	DE / FP	SI	10/07/2003	30/07/2004		214.742	158.849	Timor Leste	NC
S001	Formação de professores e alunos com recursos de educação à distância em Timor Leste (Telecurso)	ED	FRM	01/08/2001	30/07/2004		313.128	313.246	Timor Leste	73

S002	Desenvolvimento empresarial, formação profissional e promoção social em Timor Leste	DE / FP	SENAI	01/10/2000	31/07/2004		1.692.214	1.541.172	Timor Leste	72
S003	Expansão nacional - Alfabetização Comunitária em Timor Leste	ED	AAPAS	01/03/2001	31/07/2004		451.724	354.579	Timor Leste	73
S041	Transferência de técnicas cafeeiras para Timor Leste	AGP	MAPA	18/05/2002	30/07/2004		104.997	100.893	Timor Leste	73
	Programa para promover a criação e exportação de software	OUT	SOFTEX	SI	SI		SI	SI	Venezuela	57

ANEXO III
DADOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (geral e dos projetos acima de US\$ 100 mil)

Tabela 22. Orçamento executado por item de despesa do BRA/98/004

Rubrica	Descrição	Gasto do Projeto até 22/10/2004 (% gasto por rubrica e Gasto Total)
11.01	Consultores e Peritos Internacionais	11,7
13.01	Pessoal de Apoio Administrativo Nacional	2,3
15.01	Passagens	33,5
15.02	Diárias	6,8
17.01	Pessoal Técnico Nacional – Equipe Base	13,4
17.02	Consultores Nacionais	2,2
21.00	Subcontratos	6,4
31.01	Bolsas e Viagens de Estudo	-
32.02	Treinamento em Grupo	6,3
45.01	Material de Consumo	3,2
45.02	Material Permanente	11,0
45.03	Operação e Manutenção de Equipamentos	-
45.04	Operação e Manutenção de Escritório	0,5
53.01	Diversos	0,4
99.99	Custo Operacional Administrativo	2,3
	Gasto Total	100,0% US\$ 12,402,057

Fonte: Sistema de Gerenciamento Financeiro de Projetos de CTPD, ABC

Tabela 23. Orçamento executado por item de despesa dos projetos com valor acima de US\$ 100,000 (Projetos “Alfabetização comunitária em Timor-Leste - Expansão Nacional” e “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”)

		Gasto do Projeto até 22/10/2004 (% gasto por rubrica e Gasto Total)					
		Timor-Leste - Centro de Formação	Angola	Paraguai	Timor-Leste - Alfabetização	S. T. e Príncipe	Nicaragua
11.01	Consultores e Peritos Internacionais	47,7	-	23	-	22,4	-
13.01	Pessoal de Apoio Administrativo Nacional	-	10	-	-	-	-
15.01	Passagens	1,3	59,4	6,6	61,2	26	95,2
15.02	Diárias	0,3	5,6	9,1	7,7	5,5	2,9
17.01	Pessoal Técnico Nacional - Equipe Base	-	-	-	-	-	-
17.02	Consultores Nacionais	0,1	2,7	9,2	-	-	-
21.00	Subcontratos	34,3	4,5	3,4	31	2,4	-
31.01	Bolsas e Viagens de Estudo	-	-	-	-	-	-
32.02	Treinamento em Grupo	5,7	0,8	4,4	0,1	43,7	1,7
45.01	Material de Consumo	6,1	-	23,1	-	-	0,2
45.02	Material Permanente	3,8	16,3	21,2	-	-	-
45.03	Operação e Manutenção de Equipamentos	0,2	-	-	-	-	-
45.04	Operação e Manutenção de Escritório	0,5	0,7	-	-	-	-
53.01	Diversos	-	-	-	-	-	-
99.99	Custo Operacional Administrativo	-	-	-	-	-	-
Gasto Total		100,00% US\$ 1,540,952	100,00% US\$ 1,623,115	100,00% US\$ 780,523	100,00% US\$ 354,477	100,00% US\$ 325,545	100,00% US\$ 140,487

Tabela 24. Percentual dos Gastos nas Rubricas Passagens e Diárias (até 03/11/2004)

Rubrica	Descrição	Projetos e Atividades Isoladas								
		A016 Pastoral da Criança	S004 Febre Aftosa	S005 Café	S006 Frutas Tropicais	S008 Palmito	S010 Incêndios Florestais	S012 Gestão Ambiental	S013 Horticultura	S048 Recursos Hídricos
11.01	Consultores e Peritos Internacionais	-	-	-	-	-	-	50,8%	-	-
15.01	Passagens	-	44,4%	43,1%	16,8%	25,3%	81,6%	14,9%	63,6%	-
15.02	Diárias	-	55,6%	35,8%	31,9%	27,3%	18,4%	30,6%	36,4%	-
32.01	Treinamento em grupo	100,0%	-	21,1%	51,3%	47,4%	-	3,7%	-	100,0%
45.01	Material de consumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	100,0% US\$ 2,769	100,0% US\$ 19,038	100,0% US\$ 13,047	100,0% US\$ 9,481	100,0% US\$ 5,070	100,0% US\$ 2,153	100,0% 23,645	100,0% US\$ 6,605	100,0% 4,763

Fonte: Sistema de Gerenciamento Financeiro de Projetos de CTPD, ABC